



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E DE PROBLEMAS BRASILEIROS



Nº 740
NOV/DEZ - 88

CALCULADORA DE BOLSO.



Simple e fácil de carregar. Faz operações fantásticas. Quer ver? **Soma.** Em apenas oito meses de operação Ourocard é o terceiro cartão no Brasil, somando quase 600.000 clientes.

Multiplicação. Rapidamente a rede de lojistas se multiplicou. Atualmente são 95.000 estabelecimentos

comerciais cadastrados.

Divisão. Divididos por todo o País, são 110.000 pontos onde os clientes podem sacar dinheiro com o Ourocard garantindo o Cheque-Ouro. Você acha que está faltando uma operação? É, mas **Subtração** ele não faz, não. Ourocard. O cartão que colocou todos os outros no bolso.



BANCO DO BRASIL



SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA: TRÊS MODELOS EXPLANATÓRIOS	7
Diego Abente	
A ANTÁRTICA: SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA PARA O BRASIL. QUAL SERIA A GRADUAÇÃO ÓTIMA DE EMPREGO DOS ESCASSOS RECURSOS NACIONAIS NAQUELE CONTINENTE	31
Edison Nascimento Martins	
UMA ESTRATÉGIA NACIONAL POSSÍVEL - AS DEPENDÊNCIAS MARÍTIMAS DA NAÇÃO À LUZ DA GEOPOLÍTICA E DA ESTRATÉGIA PROSPECTIVA	97
Sergio Porto da Luz	

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

SESQUICENTENÁRIO DO COMBATE DO RIO PARDO	41
Cláudio Moreira Bento	
ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS: CARACTERÍSTICAS, CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS OBJETIVOS E QUALIFICAÇÃO DOS EXECUTIVOS	53
Sergio Henrique Lyra Barbosa	
D. PEDRO II, O SEU REINADO E O ADVENTO DA REPÚBLICA	62
F. Silveira do Prado	
ARGENTINA: MODELO EXEMPLAR DE RETROCESSO ECONÔMICO	75
Ib Teixeira	
A EQUAÇÃO QUE FALTOU A SIR WALTER RALEIGH OU É POSSÍVEL TERMOS HISTÓRIA OU INFORMAÇÕES DE RIGOROSA BASE CIENTÍFICA	87
Francisco Ruas Santos	
O EXÉRCITO E A SOCIEDADE - DA COLÔNIA AO FIM DA 2ª GUERRA MUNDIAL	103
Sérgio Luiz Mesquita Rocha	

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

UMA INTRODUÇÃO À GUERRA ELETRÔNICA ESTRATÉGICA	114
Humberto José Corrêa de Oliveira	

EDITORIAL	5
-----------------	---

INFORMAÇÕES	137
-------------------	-----

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA RIBEIRO

N.º 1

Não de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

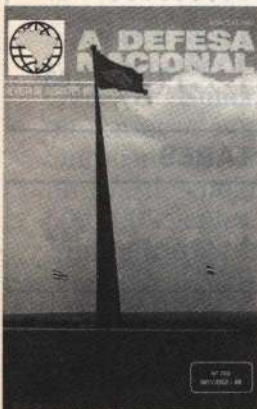
Anno I.

Grupo mantenedor: Berthold Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Paulo Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeo Cavalcante, Euclides Figueiredo, Tahorda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-simile da portada do N.º 1 Anno I 10 10 1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Banco do Brasil S.A.	2ª capa
Fundação Habitacional do Exército — POUPEX	3ª capa
Carbo Cloro S.A. Inds. Químicas	4ª capa
Produtos Alimentícios Fleischmann e Royal Ltda.	4
Schause S.A. Ind. Mecânica e Eletrônica	6
Siteltra S.A.	74
FI Indústria e Comércio Ltda.	86
Inds. Romi S.A.	113
Firestone Ind. Pneumáticos Ltda.	139



NOSSA CAPA

Mastro da Bandeira (Praça dos Três Poderes, Brasília, DF). Evoca o dia 19 de Novembro, Dia da Bandeira.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Brig Arnaldo Serafim
Diretor-Secretário:	Cel Sady Nunes
Diretor-Administrativo:	Cel Geraldo Martinez Y Alonso
Diretor-Tesoureiro:	1º Ten Camilo Bezerra Roberto
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel José Antonio Gama de Menezes Cel Salim Nigri T C Márcio Paiva Barroso
Suplentes:	T C Hiroito Soares Gonçalves Onça T C Jorge Tavares da Costa T C Antonio José de Rezende Montenegro

Revista A DEFESA NACIONAL

Redator-Chefe:	Gen Brig Arnaldo Serafim
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis Cel Claudio Moreira Bento CMG José Correia de Sá e Benevides Professor Jorge Boaventura
Publicidade:	Cel R/1 José Eugênio de Carvalho
Produção Gráfica:	Edison Alves de Azevedo

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) – Cz\$ 2.200,00
Exterior – US\$ 50
Número avulso – Cz\$ 500,00
As importâncias deverão ser enviadas por cheques ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.
Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

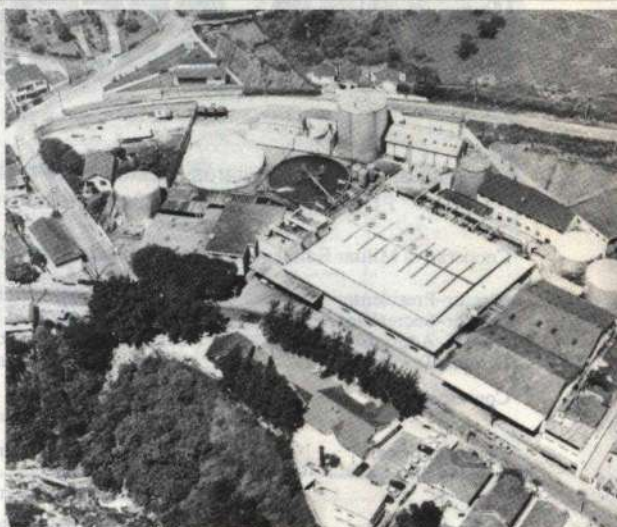
PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Tallent's Produções Gráficas e Publicidade Ltda.
Rua Senador Dantas, 117 grs. 1742/43
CEP 20034 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tels.: (021) 533-0037 e 533-3910

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS FLEISCHMANN E ROYAL LTDA

PETRÓPOLIS - RJ

sempre
presentes
em vários
pontos do
território
nacional
fabricando o
produto básico
para o pão -
fermento
Fleischmann.



CADA - PE



JUNDIAÍ - SP



FLEISCHMANN
ROYAL



EDITORIAL

A República Federativa do Brasil tem hoje nova Constituição. Mosaico de aspirações representativas de diversos segmentos da sociedade, passa agora a ser testada em relação às reais aspirações da Nação Brasileira.

Contestada por uns e exaltada por outros, com prodigalidade de adjetivações, ela espelha as contradições do momento histórico vivido pelo País, onde o apelo ao chamado regime autoritário justifica qualquer proposição de conveniência.

Refletindo fenômeno próprio de um processo democrático imaturo, ela reúne decisões onde se identificam marcas do imediatismo, do emocional e do racional, em dosagem difícil de ser quantificada, compondo um texto de pertinência, coerência e harmonia discutíveis.

Uma constituição, para sobreviver, deve conformar-se à realidade, e é nesse sentido que, a partir de agora, passa a ser testada.

Queira Deus que a nova Federação que dela emerge seja capaz de permitir, sem traumas, as correções que se impuserem no decurso do seu uso, em benefício da construção de uma sociedade, além de próspera e justa, séria e responsável, e de uma Nação que, mantendo-se fiel a suas crenças e tradições, não se distancie das nações de vanguarda do século XXI, com elas caminhando no mesmo sentido, e não em contramão.

SCHAUSE

Contribuindo para a evolução das telecomunicações no Brasil.

Nos dias de hoje, criar e desenvolver tecnologia em telecomunicações é, mais do que nunca, contribuir para a integração e progresso de um país.

No caso do Brasil, isto é mais do que verdadeiro.

A Schause, empresa 100% nacional, desde 1973 vem colaborando neste esforço de evolução. Através de sua Divisão de Projetos Especiais, dispõe de uma equipe estruturada para atender às necessidades de produtos com características especiais dentro da área de telecomunicações.

E, também, produtos que exijam a integração, o desenvolvimento e fabricação, das áreas mecânica e eletrônica.

Atualmente, diversos produtos são fornecidos para Embratel, tais como equipamentos de telessupervisão microprocessados, equipamentos para transmissão de telex (módulos quadricanal), equipamentos destinados à repetição de sinais de rádio através de cabos coaxiais (na frequência de 12 MHz) e equipamentos para transmissão de TV.

A Schause já produziu, inclusive, equipamentos para sistema de satélite Brasilsat. E, com a experiência acumulada nesta área, fabrica o telex mais avançado no País: Escriba 2021.

Tudo isto afinada com a tecnologia mais sofisticada existente no mundo. E com o treinamento constante e mão-de-obra.

Para a Schause, o futuro do Brasil passa pelas telecomunicações.



SCHAUSE S.A.
INDÚSTRIA MECÂNICA E ELETRÔNICA

BR - 116, Km 399 - n.º 6340 - Trevo do Tarumã
Tel.: (041) 262-2411 - Telex: 41.5597 SCHC BR
CEP: 82.500 - Curitiba - PR



A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA:

Três modelos explanatórios

Diego Abente

Tradução, revisada pelo autor, do artigo "The War of the Triple Alliance: Three Explanatory Models", publicado na Latin American Research Review 22 (2), 1987.

Ao aplicar, com isenção, critérios de pesquisa contemporânea de conflitos internacionais para explicar a guerra, o presente estudo, embora não seja este seu intento, neutraliza algumas interpretações tendenciosas que, difundidas ultimamente com insistência perversa, confundem a percepção das novas gerações, pouco afeitas ao estudo da História, sobre fatos marcantes da nossa História.

A Guerra do Paraguai, ou da Tríplice Aliança, travada pelo Paraguai contra o Brasil, a Argentina e o Uruguai (1864-1870), permanece única no contexto da América Latina, sob vários aspectos. Terrível por sua duração e tributo humano, não teve sua causa diretamente ligada à dis-

cordância de fronteiras. Diferente de outros conflitos latino-americanos, a Guerra da Tríplice Aliança mistura uma apaixonada controvérsia, envolvendo fortes conotações ideológicas, com alguns analistas encarando-a como um conflito entre a civilização (a Aliança) e o barbarismo (o Paraguai) e outros

* Gostaria de agradecer a James Lee Ray, pelas sugestões muito criteriosas da última versão de seus manuscritos; a Ricardo Caballero, por seus comentários, e aos quatro revisores anônimos LARR, por suas críticas precisas e estimulantes. Os erros de omissão, comissão ou interpretação permanecem meus.

ntando-a como uma confronta-
o entre o imperialismo britânico
Aliança) e o nacionalismo lati-
o-americano (o Paraguai).

Muitas tentativas têm sido fei-
s para explicar essa guerra. Nu-
erosos estudos têm adotado uma
interpretação apologética (Garcia
ellid, 1963; Pomer, 1968; Trias,
1975). Alguns contêm cuidadosas
detalhadas considerações crono-
gicas (Cardozo, 1967c) e outros
presentam análises profundas so-
re as dimensões diplomáticas e
políticas do conflito (Box, 1948;
ardozo, 1954, 1961). Mas, exce-
to umas poucas observações de
Robert Burr (1955), ninguém tem
publicado, sistematicamente, crité-
rios de pesquisa contemporânea de
conflitos internacionais para expli-
car a guerra. Este é o propósito
deste artigo, mesmo como um en-
sio preliminar, sujeito a ulterior
aperfeiçoamento.

A aplicação de várias teorias
obre a guerra resulta em numero-
s benefícios para a compreensão
do Conflito da Tríplice Aliança.
Primeiro, esse exercício submete a
névia interpretação da guerra aos
ais rigorosos testes. Segundo,
alia a utilidade dos conceitos
presentados pela disciplina Políti-
Internacional. Terceiro, e certa-
mente mais importante, ele pro-
uz uma saudável revisão de ins-
tumentos conceituais usados para
xplicar conflitos armados na
mérica Latina, e abre a janela pa-
mais gratificantes estudos inter-

disciplinares entre os países dessa
área geográfica.

A primeira parte deste estudo
será uma breve revisão da seqüên-
cia histórica dos eventos que con-
duziram à guerra. Em seguida, ele
discutirá três competentes mode-
los largamente usados na literatura
das relações internacionais, para
explicar a eclosão de conflitos ar-
mados — “imperialismo”, “balanço
do poder” e “transição do po-
der”¹. Para verificar sua utilidade
na explicação da Guerra da Tríplice
Aliança, a parte seguinte forne-
cerá os dados para testar esses mo-
delos empíricos. A última parte
avaliará, comparativamente, seus
poderes explicativos.²

A SEQÜÊNCIA HISTÓRICA

Os maiores eventos que prece-
deram a guerra podem, aqui, ape-
nas ser sumariados.³ Em 1864, o
governo uruguaio, sob o controle
do partido Blanco, conservador,
enfrentava uma revolta comanda-
da pelo General Venâncio Flores,
do Partido Colorado. Tendo luta-
do na guerra civil argentina (termi-
nada em 1861) ao lado do presi-
dente argentino, Bartolomeu Mitre,
Flores conquistou o tácito endos-
so do governo argentino e o apoio
aberto do Império do Brasil. Em
contraste, as relações Brasil-Uru-
guai foram crescentemente afeta-
das por incidentes fronteiriços,
exacerbados pela elite pecuarista
brasileira do Rio Grande do Sul e
pelas reclamações uruguaias de que

forças rebeldes usavam o território brasileiro como base de operações. O estado limítrofe do Rio Grande do Sul era uma força importante na política brasileira, em parte porque muito dos quadros militares brasileiros procedia desse estado sulino.

A decisão brasileira de usar forças militares para obter concessões do governo uruguaio (e, eventualmente, derrubá-lo) impeliu o Uruguai a buscar apoio externo, por meio de uma aliança com o Paraguai. As tentativas do presidente paraguaio, Marechal Francisco Lopez, de intermediar o conflito foram refugadas pelos brasileiros, o que levou Lopez a lançar o ultimato de 30 de agosto de 1864. Esse documento rezava que qualquer ocupação do território uruguaio por tropas brasileiras seria considerada uma violação do princípio de equilíbrio entre os estados da região do Rio da Prata, assunto de fundamental importância para o Paraguai, na medida em que assegurava a segurança, paz e prosperidade da área. Desse modo, uma invasão do Uruguai, pelos brasileiros, foi declarada um *casus belli* para o Paraguai.

Em outubro de 1864, os brasileiros bloquearam o porto de Montevideu e iniciaram o desembarque de forças "para proteger a vida, honra e propriedade" de cidadãos brasileiros. Em retaliação, no mês seguinte, o governo paraguaio apreendeu o navio mercante *Marquês de Olinda*, quando subia o

Rio Paraguai, rumo a Mato Grosso. As hostilidades tinham começado.

Para ampliar o teatro de operações, o Exército paraguaio necessitava usar a província argentina de Corrientes (e, também, o disputado território de Misiones) como um corredor. O Paraguai pediu permissão ao governo argentino para atravessá-lo, o que lhe foi negado, sob o fundamento de que a Argentina desejava manter-se neutra. Contestando que a neutralidade argentina era apenas um pretexto para privar o Paraguai, perversamente, em suas necessidades de trânsito terrestre, enquanto o Brasil já tinha sido garantido com o equivalente uso livre das aquavias, Lopez declarou guerra à Argentina e procedeu a captura da cidade de Corrientes (Centurion, 1894, 248-56).

Em 19 de maio de 1865, os governos do Brasil, Argentina e Uruguai (agora encabeçado pelo vitorioso Flores) assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, que devia ser mantido secreto até que seus objetivos fossem atingidos. O tratado declarava que a guerra não era "contra o Paraguai, mas contra o tirano Lopez" e que, após a guerra, a independência do Paraguai e sua integridade territorial seriam mantidas (uma tradução inglesa do tratado está reproduzida em Kolinski, 1965).

Os paraguaios nunca chegaram ao teatro de operações do Uruguai. A guerra tornou-se uma defensiva

para o Paraguai, após suas tropas terem sido derrotadas pelos aliados, na Batalha de Uruguaiana. A guerra terminou cinco anos mais tarde, com o Exército paraguaio aniquilado e a população dizimada, quando o Marechal Lopez foi morto, em 1º de março de 1870, por um batalhão brasileiro, em Cerro Corá.

TRÊS MODELOS COMPETENTES DE PESQUISA DE CONFLITOS INTERNACIONAIS

Teoria do Balanço do Poder

A teoria do balanço do poder, como construção analítica e modelo consagrados, é o mais ambíguo dos três modelos. Neste artigo, ela será usada como um modelo analítico de equilíbrio, e não de mera distribuição do poder. Em outras palavras, ela será usada para caracterizar um tipo particular de distribuição do poder, ajustado ao equilíbrio de forças entre os membros de um dado sistema.

A teoria do balanço do poder encontra sua referência empírica imediata na situação européia entre 1816 e 1914, instituída pelo Congresso de Viena. Esse "sistema de grandes, médios e pequenos estados com um perfeito balanceamento" (Ferrero, 1963, Vi) respondeu à concepção de Von Gentz de que "se o sistema de estados da Europa é para existir e ser mantido por compromisso co-

mum, nenhum dos seus membros deve tornar-se tão poderoso, que seja capaz de coagir todos os restantes em conjunto... O estado que não é impedido, por alguma consideração externa, de oprimir um mais fraco (estado), é sempre, embora fraco como possa ser, *muito forte* para o interesse do conjunto" (Von Gentz, citado em Claude, 1962, 63, ênfase no original).

O balanço do poder que manteve a paz na Europa por quase um século (tolerando, apenas, relativamente "pequenas guerras") tem sido louvado em toda parte, particularmente pelos britânicos, porque a Grã-Bretanha, a "balanceadora", foi supostamente responsável em manter o sistema funcionando de modo apropriado. Nas palavras de Sir Wiston Churchill, o balanço do poder ilustra "a maravilhosa não deliberada tradição da política externa britânica" (citado em Claude, 1962, 18), uma tradição de tomar partido pelo mais fraco, para restaurar o equilíbrio quebrado pelo forte.

Embora muitos eruditos e políticos afirmem que o equilíbrio previne a erupção da guerra, muitas pessoas são mais céticas a respeito dos seus alegados efeitos políticos, enquanto outras questionam se tal balanço, antes de tudo, existiu (Haas, 1961; Carr, 1939). Nesse caminho, A.F.K. Organski declara que a evidência histórica não apóia a tese segundo a qual o equilíbrio conduz à paz, e que o

oposto é na realidade o caso. Ele afirma que "a relação entre a paz e o balanço do poder parece ser exatamente o oposto daquilo que tem sido propalado. Os períodos de balanço, real ou imaginário, são períodos de guerra, enquanto os períodos de conhecida hegemonia são períodos de paz". As nações relutam em ir à guerra, a menos que acreditem ter boa chance de vencer; porém isso é verdade para ambos os lados, quando os dois estão razoavelmente equilibrados ou, pelo menos, acreditam que estão. Assim, um balanço de poder aumenta as chances de guerra" (Organski, 1968, 294). De acordo com esse argumento, a situação de hegemonia preservará a paz, porque o mais forte não necessita ir à guerra, e o mais fraco não pode.

A fim de avaliar a aplicabilidade do modelo balanço do poder deve-se, primeiro, verificar se esse balanço existia no momento da eclosão da guerra. Porque, nesse caso, o resultado conhecido foi a guerra, constatando que um equilíbrio de forças lançaria dúvidas sobre o tradicional argumento de que o balanço do poder previne a guerra. Em vez disso, o argumento de que ele conduz à guerra é que seria apoiado. De modo inverso, se as verificações indicarem que a região do conflito não foi caracterizada por um equilíbrio de forças entre as nações-estado, mas, antes, pela preponderância de um ator, então esse desbalanceamento deve ser postulado como um fator de

causa relevante. Esse argumento emprestaria apoio indireto à tradicional teoria do balanço do poder, porquanto, se tal balanço estivesse presente, ele poderia (ao menos teoricamente) ter prevenido a guerra.

O Modelo da Transição do Poder

Organski (1968) elaborou seu modelo de transição do poder sob a hipótese de que mudanças — particularmente econômicas e modernização — antes que estabilidade, é a chave das políticas internacionais e seus conflitos. Contrastando com a ênfase à estabilidade da teoria do balanço do poder, a interpretação da transição do poder salienta a mudança como a mais importante variável explicativa para se entender as causas da guerra. A guerra, então, resulta de mudanças que afetam a distribuição do poder.

Organski argumenta que, quando um poder de 1ª linha, num dado sistema, é ameaçado de eclipse por um poder de 2ª linha, a guerra eclode, não só porque o poder de 1ª linha deseja evitar de ser alcançado pelo de 2ª linha, como porque este último busca o reconhecimento de sua capacidade atual e o reajustamento de sua posição relativa sobre o líder, referente a poder, prestígio ou a ambos (Organski, 1968, Cap. 14, especialmente 338-42 e 355-63). Os países são, por essa razão, classificados em três categorias principais: aqueles com poder potencial (baixa produ-

tividade e nenhuma industrialização); aqueles em estágio de crescimento e transição (rápida industrialização, urbanização e aumento de poder em todos os campos) e aqueles em um estágio maduro (plenamente industrializado). A guerra é mais provável na segunda categoria, porque mudanças abruptas devem afetar, significativamente, a distribuição de poder preexistente.

Organski, então, introduz a variável "satisfação" e a combina com o poder, numa espécie de teoria de carência relativa aplicada à arena internacional. Ele levanta quatro novas categorias: 1) países que são poderosos e satisfeitos; 2) países que são poderosos e insatisfeitos; 3) países que são fracos e satisfeitos e 4) países que são fracos e insatisfeitos.

A maioria das guerras são improváveis de eclodir entre países enquadrados nas primeira, terceira e quarta categorias, porém elas se tornam muito prováveis quanto a países da segunda categoria. A guerra sempre é mais provável na situação de um poder em transição envolvendo países da primeira e segunda categorias, porque um país poderoso deve considerar a distribuição do poder inadequada e, além disso, deve atentar para mudá-la em sua vantagem, ou o poder dominante, sentindo-se ameaçado pela emergência de um novo poder, pode lançar-se a uma guerra preventiva.

Para testar os argumentos de

Organski, deve-se determinar se os países envolvidos na Guerra do Paraguai eram poderosos e satisfeitos ou poderosos insatisfeitos. Depois, deve-se conferir se a região estava em uma situação de transição do poder, isto é, se o poder de 1ª linha estava em vias de ser eclipsado pelo de 2ª linha, ou se este último tinha considerado inadequada a distribuição do poder e estava tentando mudar a situação em seu benefício.

A Teoria Imperialista

Embora as duas primeiras interpretações não tenham ainda sido utilizadas na análise da Guerra da Tríplice Aliança, a Teoria Imperialista tem desfrutado aceitação ampla. A interpretação imperialista para essa guerra está associada ao movimento revisionista da década 60 do nosso século e foi fortalecida, nos anos 70, pelo crescimento da teoria da dependência. Sua grande capacidade de atração tem conquistado o apoio de eruditos de direita e de esquerda, os primeiros por sua fascinação com todas as coisas autoritárias e antiliberais, e os últimos porque a Guerra do Paraguai parece uma ilustração excelente da vitalidade da teoria da dependência. *Proceso a los falsificadores de la historia del Paraguay* (1963), de Atilio Garcia Mellid, de uma extremidade do espectro, e *La Guerra del Paraguay: Gran Negocio* (1968), de Leon Pomer, do outro extremo, repre-

sentam dois dos mais influentes estudos, entre os muitos produzidos pelo movimento.

A versão da dependência, da interpretação revisionista, encara a guerra como uma colisão entre a intenção do Paraguai de possuir um caminho independente e nacionalista de desenvolvimento e o imperialismo britânico, que estava igualmente determinado a transformar o Paraguai em uma colônia econômica. Esse processo de desenvolvimento independente teria sido origem da, assim chamada, "revolução autônoma paraguaia", usualmente vista como um regime neo-socialista independente, instituído por J. Gaspar Rodrigues Francia (1814-1840) e continuado por Carlos A. Lopes (1840-1862) e Francisco Solano Lopez (1862-1870), bem antes de Marx ter escrito o *Das Kapital*. A versão da dependência, do revisionismo, segue, amplamente, a tese leninista de que o expansionismo e o imperialismo são conseqüências da "luta por territórios econômicos", dos países capitalistas (Tucker, 270). Aplicado à Guerra da Tríplice Aliança, o argumento assevera que a guerra foi provocada pela Grã-Bretanha, para abrir o Paraguai como um campo de investimentos proveitosos e um mercado para as exportações britânicas, assim como para obter acesso à matéria-prima (algodão), de suprimento escasso, devido à Guerra Civil dos Estados Unidos.

Para explorar a validade dessa

aproximação, deve-se estabelecer, primeiro, se a Grã-Bretanha estava procurando oportunidades de investimentos, mercado para seus produtos e algodão para suas indústrias, no Paraguai. Deve-se verificar, então, se o Paraguai constituía um mercado atrativo para o capital e produtos britânicos, assim como um grande supridor de algodão. Finalmente, deve-se estabelecer se o governo Lopez evitou tornar-se o mercado que a Grã-Bretanha estava procurando e o grande supridor de algodão de que ela necessitava.

UMA ANÁLISE DAS CAPACIDADES NACIONAIS E REGIONAIS

Para avaliar a validade relativa dessas três interpretações teóricas do conflito, numerosos problemas de mensuração devem ser consignados. Os modelos balanço do poder e transição do poder requerem, ambos, a utilização e quantificação do enganoso conceito de poder. Neste artigo, *poder* será concebido como a posse de certas capacidades, isto é, como a disponibilidade de recursos que poderão ser usados em uma confrontação entre nações-estados. Das três espécies de capacidades postuladas aqui, as mais relevantes são econômicas, militares e geopolíticas (para uma discussão mais detalhada desse tópico, ver Sullivan, 1976, 102-7, 155-89). As limitações des-

sa definição restrita do poder, como poder-recursos ou posses, são óbvias (ver Baldwin, 1979, para uma excelente crítica). Porém ela é, sem dúvida, a melhor ferramenta de avaliação, por permitir a comparação sistemática de numerosas situações. O conceito de poder, assim definido como poder-capacidade, permitirá o desenvolvimento de uma série de índices de capacidade de poder para cada nação e contornos separados, dentro de dimensões econômicas, militares e geopolíticas.

Com frequência, a capacidade econômica tem sido associada não apenas com medidas de *output* (tais como PIB, por exemplo) mas, também, com *inputs*, isto é, com níveis de consumo de materiais estratégicos, como ferro, aço e eletricidade (ver Sabrosky, 1975, por exemplo). No contexto da Guerra do Paraguai, tais referências são não apenas impraticáveis (pela carência de dados), mas irrelevantes, porque alguns *inputs* eram inexistentes ou de pouca importância, em relação ao que são agora. As dimensões econômicas da capacidade do poder serão medidas, por essa razão, usando outros indicadores relacionados, principalmente, com extrativismo e comércio. Três variáveis foram escolhidas como indicadores de capacidade econômica global: "valor do comércio" (exportação + importação), "renda do governo" e "renda do governo per capita". Esses três fatores são amplamente considera-

dos como os melhores indicadores disponíveis para medir a capacidade econômica do século XIX. Eles foram selecionados, também, por Wayne Ferris, em seu estudo sobre capacidade do poder de todas as nações-estado, no período de 1850 a 1966 (1973, 33-51).

A medida da capacidade militar apresenta sempre enormes problemas, porque os contornos comparáveis são disponíveis somente para o efetivo das Forças Armadas. O resultado completo da qualidade técnica dos equipamentos e do treinamento é, por si só, um tema para outro estudo. Consequentemente, o efetivo do exército é o único indicador usado neste estudo, ao passo que o estudo de Ferris inclui as despesas militares e as despesas militares per capita (1973, 50).

A medida da capacidade geopolítica é direta, com a superfície e a população escolhidas como indicadores. Para refletir o fato de que, na época, nenhum país da região tinha completo controle administrativo sobre seu território, somente a metade dos territórios foi computada.⁴ Grosso modo, uma metade das áreas disputadas entre o Paraguai e a Argentina e entre o Paraguai e o Brasil (a atual província argentina de Misiones, o território ao norte do Rio Apa e o sul de Mato Grosso) foi computada como território paraguaio.

Finalmente, foram adotados os pesos considerados por Ferris

(1973, 50), porque todas as dimensões de capacidade não eram igualmente importantes para construir um índice de capacidade do poder. Resumidamente, o reajustamento do valor dos fatores significa que toda unidade de poder está desagregada, dentro de numerosas dimensões de diferente poder relativo ou importância. Assim, para o valor do comércio, é dado um peso .1589; renda do governo, .1905; renda do governo per capita, .0762; Forças Armadas, .4127

(desse modo, absorvendo valores que poderiam ser imputados a despesas militares e despesas militares per capita); superfície, .0615 e população, .0998. Juntos, eles somam uma unidade de poder, embora algumas variáveis sobrecarreguem o peso de outras na composição da unidade.⁵ O Quadro 1 contém a capacidade global da região em valores absoluto e porcentual. O Quadro 2 transforma os valores do Quadro 1 em um índice de capacidade do poder.

QUADRO 1 — Capacidade de poder regional do Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai, por volta de 1860

Países	Valor das Exportações e Importações	Renda do Governo	Renda do Governo per capita	Forças Armadas Efetivo	Superfície em km ²	População
	libras esterlinas (%)	libras esterlinas (%)	libras esterlinas (%)	(%)	(%)	(%)
Paraguai	560,392 (1,5)	314,260 (4,3)	.79 (14,2)	57,000 (27,0)	275,000 (4,6)	400,000 (3,5)
Argentina	8.951,621 (24,3)	1.710,324 (23,5)	.83 (14,9)	30,000 (14,2)	1.388,328 (23,1)	1.737,076 (15,1)
Brasil	23.739,898 (64,4)	4.392,266 (60,3)	.48 (8,6)	119,218 (56,4)	4.255,983 (70,9)	9.100,000 (79,2)
Uruguai	3.607,711 (9,8)	870,714 (12,0)	3.48 (62,4)	5,000 (2,4)	93,463 (1,5)	250,000 (2,2)
Total Regional	36.859,682 (100,0)	7.287,524 (100,0)	5.58 (100,0)	211.218 (100,0)	6.012,774 (100,0)	11.487,076 (100,0)

Fontes: *Para o Paraguai*: Exportações, importações e renda do governo, referidos a 1860, são de Herken (1982, 108-9). O cálculo das Forças Armadas vem de Kolinski (1965, 42), embora a estimativa de Cardozo (1961, 254) seja mais baixa (38.173), tal como a de Bray, 40 a 50.000 (1958, 152). A superfície representa estimativa do autor, com base em metade da superfície atual mais a metade do território considerado perdido para os aliados. A estimativa da

população vem de Williams (1979, 117). *Para a Argentina*: As estimativas de exportações e importações (referidas a 1863) são baseadas em registro oficial corrigido, para o comércio de contrabando, por A. Vaillant, como citado em Acevedo (1933, 3:127). A renda do governo (1865) foi tirada de Randall (1977, 2:222). As estimativas das Forças Armadas é de Spalding (1940, XVII-XIX), como citado por Kolinski (1965, 64). Embora Kolinski considere a estimativa muito alta, Acevedo cita uma ainda mais alta, de 43.250 (1933, 3:375). A superfície foi estimada pelo autor. A estimativa da população é de Cuccorese (1966, 59). *Para o Brasil*: Exportações e importações (1860) e renda do governo foram tiradas de Randall (1977, 3:217, 222). A estimativa das Forças Armadas é de Kolinski (1965, 49, 57) e inclui 16.834 do Exército, 2.384 da Marinha e uma metade da Guarda Nacional (estimada, por Kolinski, em 200.000 membros). A superfície foi estimada pelo autor. A estimativa da população é de Acevedo (1933, 3:118) e Kolinski (1965, 49). *Para o Uruguai*: Exportações e importações vêm de Acevedo (1933, 3:126). A renda do governo foi retirada de Acevedo (1933, 3:466-69) e foi calculada como se segue: rendas departamentais (1865) 1.104,360 pesos fortes e rendas do tesouro (1866) 2.988,000 pesos fortes. A estimativa das Forças Armadas vem de Acevedo (1933 :375). A Superfície é estimativa do autor. A da população (1864) vem de Acevedo (1933, 2:118). Fontes sobre índices de trocas (câmbio): *para o Paraguai*, Herken (1982, 108-9); *para a Argentina*, Randall (1977, 2:202); *para o Brasil*, Randall (1977, 3:208-9) e, *para o Uruguai*, Acevedo (1933, 3:165).

QUADRO 2 — Índices de Capacidade do Poder

	Valor Fator	Paraguai	Argentina	Brasil	Uruguai
Comércio	.1589	.0024	.0368	.1023	.0156
Renda do Governo	.1905	.0082	.0448	.1149	.0229
Renda do Governo per capita	.0762	.0108	.0114	.0066	.0475
Forças Armadas	.4127	.1114	.0586	.2328	.0099
Superfície	.0615	.0028	.0142	.0435	.0009
População	.0998	.0035	.0151	.0790	.0022
Total	1.0000	.1391	.1827	.5791	.0990

Fontes: ver Quadro 1

Nota: As cifras foram obtidas multiplicando o valor porcentual do país em relação ao total regional pelo fator de ponderação (ver nota 3 final) e dividindo o produto por 100. Por exemplo, o valor .0024 do comércio do Paraguai resulta de 1,5 vezes .1589 dividido por 100. Os totais não ultrapassam 1000, por arredondamento.

Essas medidas de capacidade do poder permitem avaliar, diretamente, a validade dos modelos balanço do poder e transição do poder. Mas, para analisar de modo ideal a interpretação imperialista, seriam necessárias algumas medidas relativas à importância potencial do mercado paraguaio, em termos de absorção das importações britânicas e provisão de matérias-primas vitais. Na falta de tão preciso indicador de mercado, este estudo confia nas medidas disponí-

veis de capacidade econômica, acopladas com dados concernentes às importações de algodão da Europa e América do Norte, relacionadas à indústria e às exportações brasileiras de algodão. Embora longe de perfeitos, esses indicadores refletem, acuradamente, os fatores básicos da economia que a teoria imperialista tenta abarcar. O algodão foi selecionado porque alguns analistas têm argumentado que a escassez criada pela Guerra Civil Norte-Americana provocou

QUADRO 3 — Fontes de Suprimento de Algodão para as Indústrias Européias e Norte-Americanas. Média Anual em Milhões de Libras

Anos	Estados Unidos	Brasil	Índias Ocidentais	Índias Orientais	Egito e Esmirna	Total
1856-1860	1,633.7	27.7	7.2	207.9	57.0	1,933.5
1861-1865	531.7	36.2	14.6	491.3	191.4	1,265.2
1866-1870	1,108.6	99.9	33.2	576.5	190.9	2,009.1

Fonte: Platt (1977, 257)

QUADRO 4 — Produção Brasileira de Algodão

Anos	Volume (em arrobas)	Valor (em libras esterlinas)
1860-1861	670.860	608.843
1861-1862	872.210	1.012.484
1862-1863	1.085.628	2.190.767
1863-1864	1.282.974	3.651.662

Fonte: Granziera (1979, 163)

Nota: Uma arroba igual a vinte e cinco libras.

ações britânicas na região do Rio da Prata. As flutuações na importação de algodão devem ser tomadas como um indicador grosseiro da situação do mercado mundial, ao passo que as exportações de algodão do Brasil devem ser comparadas às exportações totais do Paraguai, para aferir o potencial de produção de algodão paraguaio.

IMPERIALISMO, BALANÇO DO PODER OU TRANSIÇÃO DO PODER?

Imperialismo

Muito do charme, assim como do suporte da interpretação, imperialista, deriva, à primeira vista, do fato de que, no Paraguai, a influência dos centros de poder era desprezível, o investimento externo insignificante e amplamente restrito ao setor comercial, e os setores estratégicos da economia estavam sob controle do estado (embora muitos eruditos possam argumentar que, naquela época, eles estavam sob o controle patrimonial do domínio familiar). Ainda que essa caracterização deva ser verdadeira, uma ligação de causa entre o imperialismo e a guerra não pode ser deduzida dela logicamente.

A leitura atenta da evidência acima apresentada prontamente revela a fraqueza da interpretação imperialista. Os dados constantes dos Quadros 1 a 4 emprestam pequeno suporte à tese de que o Pa-

raguai constituía um atrativo mercado para o capital e as exportações britânicas, dentro das hipóteses relativas aos interesses econômicos britânicos e ao potencial econômico paraguaio, como muitos autores têm sugerido. De fato, tendo apenas uma pequena parte da capacidade total do sistema, o Paraguai dificilmente podia ter-se constituído em uma saída para a Grã-Bretanha. Nem há evidência (senão a circunstancial apresentada por Pomer, 1968) de que a Grã-Bretanha estivesse avidamente esperando o Paraguai abrir seus mercados ao capital britânico. Se tal fosse o caso, uma vez que o obstáculo para a expansão britânica (Solano Lopez) tivesse sido removido, a Grã-Bretanha teria investido largamente e aumentado esse comércio significativamente. Por volta de 1880, contudo, os investimentos britânicos não excediam a 1,5 milhão de libras esterlinas, menos que 1% dos seus investimentos totais na América Latina. Na verdade, o Paraguai ocupava o 149º lugar nos investimentos britânicos na América Latina, seguido apenas de Cuba, Guatemala e Nicarágua, que estavam na esfera de influência econômica dos Estados Unidos. A título de comparação, os britânicos investiram 38,9 milhões de libras no Brasil, 20,3 milhões na Argentina, 36,1 milhões no Peru e 32,7 milhões no México (Platt, 1972, 289). Deve ser também observado que 1,5 milhão de libras representavam obrigações

governamentais pagas pelo governo paraguaio no mercado de Londres, e não investimentos diretos britânicos. Tanto quanto o comércio é referido, não antes de 1903 as importações paraguaias procedentes do Reino Unido alcançaram cem mil libras, e não antes de 1913 as exportações paraguaias para a Grã-Bretanha excederam cinquenta mil libras esterlinas (Platt, 1972, 316-19, 322).

Uma outra versão da interpretação imperialista é baseada na crise do algodão, da metade do século XIX. O argumento sustenta que a Guerra Civil dos Estados Unidos criou uma ruptura de mercado tão severa, que os britânicos estavam considerando o Paraguai como saída, para compensar o declínio da produção nos Estados Confederados. A crise, na verdade, existiu e foi severa mas, como pode ser visto nos Quadros 3 e 4, quando a Guerra do Paraguai começou, os britânicos já tinham colocado fontes alternativas em toda parte, particularmente nas Índias Ocidentais, Egito e Brasil. Esse fato é desconhecido, também, por Pomer (1968), um dos mais entusiastas defensores da tese imperialista. Além do mais, a limitada capacidade econômica do Paraguai, a essa época, torna sem razão acreditar que o país estivesse perto de se tornar o maior supridor mundial que a Grã-Bretanha pudesse estar procurando. As exportações paraguaias representavam menos de 3% do total das exportações do Brasil.

Alcançar ao menos a metade do nível brasileiro em uma década teria sido miraculoso.

A mais sadia refutação à interpretação baseada na crise do algodão e à interpretação imperialista vem das próprias ações de Lopez. Ele tinha, de fato, se interessado em encontrar mercado para os produtos paraguaios, especialmente algodão, e tinha enviado numerosas amostras da variedade paraguaia à Europa, para atrair o interesse de possíveis compradores (Sanchez Quell, 1973, 213). Conseqüentemente, nenhuma base factual existe para acreditar que Lopez teria, em qualquer sentido, obstado o Paraguai de exportar tanto algodão quanto possível. Nem que existisse qualquer obstáculo governamental para a importação de bens da Grã-Bretanha, uma atividade exercida pelos mercadores de Assunção (a maioria estrangeiros) através do porto de Buenos Aires. De fato, a família Lopez parece ter sido a principal beneficiária das importações européias.

Outro argumento usado em apoio à interpretação imperialista é baseado na incompatibilidade política entre o estilo capitalista liberal britânico e o estilo capitalista estatal paraguaio. Esses dois modelos obviamente diferiam em muitos aspectos, embora a economia paraguaia fosse muito mais capitalista do que se pensa. Mas o argumento de que essa incompatibilidade conduziu a Grã-Bretanha

a empreender uma guerra dissimulada tem sido apoiada somente pela referência aos empréstimos feitos ao Brasil e à Argentina em 1865, e pelos documentos do representante diplomático britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, "cujo desagrado por ambos, Paraguai em geral e Solano Lopez em particular, foi um segredo aberto" (McLynn, 1979, 30). Mas, como Nicholas Tate (1979) e F. J. McLynn mostram, as referências de Thornton não motivaram o Ministério das Relações Exteriores Britânico a aumentar seu "muito pequeno interesse na guerra" (McLynn, 1979, 30). Pesquisas mais recentes sobre a extensão do alegado interesse britânico, baseado na cobertura da guerra pelo *The London Times*, retêm similar conclusão (Herken e Giménez de Herken, 1983). Obviamente, o ponto de vista de Thornton, embora anti-Lopez, não indica, por si só, uma conspiração imperialista.

Os empréstimos foram bônus de governo vendidos a pessoas físicas ou a associações no mercado de Londres. Operações muito similares ocorreram bem antes da guerra e muito mais depois dela. O empréstimo brasileiro de 1865 para financiar a guerra (no montante nominal de 6,7 milhões de libras esterlinas) tinha sido precedido por quase 16 milhões de libras esterlinas em empréstimos, assinados entre 1824 e 1860 (Randall, 1977, 3:219). Similarmente, o empréstimo argentino de 2,5 milhões de li-

bras esterlinas (valor nominal 1865) tinha sido precedido pelos de 1822, 1823 e 1857, num montante de 2,6 milhões de libras esterlinas (Randall, 1977, 2:190). Lopez, ele mesmo, tinha sido autorizado pelo Congresso a contrair uma dívida de 5 milhões de libras esterlinas para pagar a guerra, embora não tenha sido efetivada, devido ao bloqueio militar do Paraguai (Centurion, 1894, 243). Em suma, seja qual for o enfoque pelo qual a interpretação imperialista seja considerada, a evidência disponível provê surpreendentemente pequeno suporte empírico.

Balanco do Poder

A interpretação do balanço do poder faz sentido, na medida em que ele foi publicamente declarado a causa da guerra. Manter o balanço do poder foi a base lógica encontrada pelo ultimato de 30 de agosto, e a declaração de guerra à Argentina repetiu o mesmo argumento. No parecer do Congresso, em apoio à declaração de guerra (que não podia ter sido escrito sem a aprovação de Lopez), a situação regional foi comparada à das guerras russo-otomanas. A *História da Turquia*, de Alphonse de Lamartine (1854), foi citada para argumentar que a posição argentina se assemelhava à interferência da Áustria e da Prússia na invasão da Turquia pela Rússia, esta sendo enfocada como análoga à invasão do Uruguai pelo Brasil.

Os dados constantes dos Quadros 1 e 2, porém, dão pequeno suporte à hipótese de que um balanço de poder existiu na região. De fato, o Brasil abarcava quase 60% da capacidade regional global, mais que a Argentina, Uruguai e Paraguai combinados. Se a variável militar for incluída (argumentando que as cifras militares do Paraguai superestimam seu real poder militar), ou se é correto incluir fatores como poder naval e despesas militares, a preponderância do Brasil torna-se maior ainda. Nenhum balanço de poder existiu no sentido de equilíbrio no Rio da Prata, nos anos 1860. Conseqüentemente, ali não poderia haver nenhuma ameaça a um equilíbrio que nunca existiu. O Brasil era, sem contestação, se bem que não irrestrito, o primeiro poder regional, por qualquer padrão, e seu poder excedia longe o de todos os demais atores combinados.

Por conseguinte, então, esses fatos apóiam a hipótese de que uma ausência de balanço, a preponderância do Brasil, provocou a guerra? Esse argumento parece persuasivo quando se enfoca somente a invasão do Uruguai pelo Brasil, à qual o Ministro das Relações Exteriores do Brasil aparentemente concebeu como uma limitada operação "cirúrgica". Também essa operação resultou em um conflito de proporção regional não iniciado, no sentido restrito, pelo Brasil. Em outras palavras, enquanto o conflito localizado brasi-

leiro-uruguaio, encabeçado pela invasão do Uruguai pelo Brasil, possa ser posicionado como resultante da supremacia brasileira, o seguinte conflito regional não pode, porque o Brasil foi engajado em um conflito que ele não tinha, ativamente, procurado, e que foi encabeçado por um ator regional que não era predominante. Desse modo, mesmo se a retórica em torno do conflito induza a ver as causas da guerra de acordo com a teoria do balanço do poder, essa interpretação incita tantas perguntas como respostas.

Esses problemas são levantados pelo fato de que as medidas das relações de poder apresentam hoje pouca semelhança com todo o grosso das indicações que estiveram disponíveis para Lopez e seus contemporâneos. É lícito afirmar que seus estudos sobre relações de poder eram, de longe, mais impressionáveis que os apresentados aqui. Além do mais, sempre existe uma disparidade entre a percepção de equilíbrio ou ameaça e o real estado de equilíbrio ou ameaça (Jervis, 1976). Poder-se-ia, então, supor que a combinação de um altamente impressionista e distorcido estudo de relações de poder e a falta de percepção de perigo levaram Lopez a agir. Ele tinha visitado a Europa, entre junho de 1853 e dezembro de 1854 e, em conseqüência, não surpreende que ele viesse a aplicar, no contexto do Rio da Prata, as teorias tão largamente discutidas na Europa a esse tempo,

especialmente a do balanço do poder (para avaliação sobre a permanência de Lopez na Europa, ver Sanchez Quell, 1980, 23-52). Existe evidência clara da influência européia nos pontos de vista e no estilo de vida de Lopez (Sanchez Quell, 1973, 217-19). A fraseologia usada na declaração de guerra à Argentina, a despeito da situação, emprega parâmetros europeus, que lembram, exatamente, a Guerra Russo-Otomana. Embora as considerações sobre balanço do poder fossem meramente um pretexto de Lopez para uma atitude expansionista (como muitos têm argumentado), ou um sincero, mas amadoristicamente enganoso, estudo da situação, não pode ser irrefutavelmente ratificado. Essa questão há de permanecer como um tópico de especulação.

Para resumir, a evidência disponível demonstra que a teoria do balanço do poder não reflete a realidade do poder na região. De um lado, o suposto colapso de um balanço que não existiu não pode ser postulado como um relevante fator de causalidade. A teoria de que a ausência de balanço conduziu à guerra, de outro lado, faz emergir mais perguntas que respostas, principalmente porque o conflito não deve sua erupção a um fator preponderante. Finalmente, um enquadramento geral da teoria do balanço do poder deveria ser feita com base no conjunto de percepções e na eventual disparidade entre percepções e realidades. Essa

dimensão da percepção envolvida em todas as avaliações de situações conflitantes, junto com o difundido uso de linguagem e de literatura sugerindo que o balanço do poder foi, em verdade, uma consideração-chave, aumentam o significado simbólico da teoria.

Transição do Poder

Para analisar o valor explicativo da interpretação transição do poder é necessária uma mudança no nível de análise. Ao examinar as hipóteses precedentes, um sistema regional de estados esteve sendo discutido. Ao testar o modelo transição do poder é necessário, contudo, lidar com duplas de estados, ou grupos de dois, e estimar as mudanças através do tempo.

Por serem Brasil e Paraguai as duas principais partes do conflito, esse grupo de dois deve ser examinado primeiro. Ironicamente, ele dá o menor suporte à interpretação da transição do poder, porque a distância do poder entre as partes é enorme. Na verdade, a cota da capacidade do Paraguai (.1391) é menos que 1/4 da do Brasil (.5791). Em consequência, é teoricamente difícil construir um caso para esse modelo baseado nas evidências à mão.

O modelo transição do poder não seria descartado tão facilmente, contudo, porque duas outras duplas, Paraguai-Uruguai e Paraguai-Argentina, devem ser examinadas, também, como possíveis ca-

sos de transição do poder. Começando com a dupla Paraguai-Uruguai, suas cotas relativas no poder regional são similares (.1391 para o Paraguai, e .0990 para o Uruguai). O Quadro 5 mostra que ambos os países experimentaram um período de rápida expansão econômica, no fim dos anos 1850 e começo dos anos 1860. No caso do Paraguai, contudo, esse índice de expansão parece acentuado, como resultado da severa contração experimentada entre 1810 e 1840.

Mas os dados não fornecem qualquer amostra de alteração significativa nas diferenças básicas da capacidade econômica, como o valor do comércio do Uruguai, 5,5 vezes maior que o do Paraguai, na década de 1850, e 4,4 vezes maior, na década de 1860.

Em adição à falta de alteração dramática das porções relativas de poder sobre a década anterior à guerra, não foi percebida, para qualquer lado, a possibilidade de tal ameaça à ausência de balanço.

QUADRO 5 — Evolução Econômica do Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai nos anos 1850 e 1860

Países	Exportações (libras esterlinas)		Renda do Governo (libras esterlinas)	
	Anos 1850	Anos 1860	Anos 1850	Anos 1860
Paraguai	211,801	307,798	138,659	281,043
Argentina	2.126,704	6.774,435	872,763	1.845,862
Brasil	9.257,828	13.706,407	3.661,448	4.666,897
Uruguai	1.160,714	1.347,809		870,714

Fontes: Para as exportações paraguaias: anos 1850, a média de 1851 a 1859 (Herken, 1982, 108); anos 1860, a média entre o registrado para 1860 (Herken, 1982, 108) e o registrado para 1861 (Schmitt, 1963, 146). Para a renda do governo paraguaio: anos 1850, a média de 1854 a 1858 (inclui o valor das vendas, não o lucro ou impostos sobre ela) — Herken (1982, 109); anos 1860, a média entre o registrado para 1860 (Herken) e o registrado para 1864 no *El Semanário* (citado em Acevedo, 1933, 3:373). Para as exportações argentinas: anos 1850, o registrado para 1851 (somente Província de Buenos Aires) por Randall (1977, 2:204); anos 1860, a média de 1864 a 1867 (Randall, 1977, 2:218). Para a renda do governo argentino: anos 1850, o registrado para 1850 por Lynch (1981, 195); anos 1860, a média de 1864 a 1867 (Randall, 1977, 2:222); taxas de câmbio tomadas de Gondra (1943, 397-98) e Randall (1977, 2:201-2). Para as exportações brasileiras: anos 1850, a média de 1850 a 1859; anos 1860, a média de 1860 a 1867 (Randall, 1977, 3:216-17). Para a renda do governo brasileiro: anos 1850, média de 1850 a 1859; anos 1860, média de 1860 a 1867 (Randall, 1977, 3:248); taxas de câmbio tomadas de Randall (1977, 3:208-9). Para as exportações uruguaias: anos 1850, consideradas as de 1856; anos 1860, consideradas as de 1864 (Acevedo, 1933, 2:673 e 3:345). Para a renda do governo uruguaio para 1865, ver recursos no Quadro 1; taxas de câmbio tomadas de Acevedo (1933, 2:673 e 3:165).

De fato, a situação pré-guerra evidenciou uma aliança entre o Paraguai e o Uruguai, e se Flores tivesse fracassado em tomar posse no Uruguai, os dois países poderiam ter permanecido aliados no decorrer da guerra. Claramente, então, uma situação de transição do poder não aflora, no caso da dupla Paraguai-Uruguai.

A dupla Paraguai-Argentina apresenta a mais promissora perspectiva para o modelo transição do poder. Suas cotas relativas de poder regional (.1391 para o Paraguai, e .1827, para a Argentina) parecem indicar que uma situação de transição do poder poderia ter existido. Porém, uma investigação acurada revela que a distância do poder era provavelmente maior que a sugerida por esses números. De fato, .1114 do total paraguaio de unidades do poder (.1391) compreende a variável Forças Armadas, e o valor da capacidade militar do Paraguai está provavelmente inflada.⁶ Como mencionado atrás, confiar exclusivamente no efetivo do Exército, deixando de lado o nível de despesas (e, também, o poder naval) influencia o dimensionamento da capacidade militar contra a Argentina. Através dos anos 1850 e 1860, entretanto, a Argentina aplicou 30 a 50% do seu orçamento em despesas militares. Em 1864, esse número totalizou 37% da renda de 1,4 milhão de libras esterlinas (Randall, 1977, 2:211, 222). Então, em 1864, a despesa militar argentina tinha

atingido 520 mil libras esterlinas, um valor igual, grosso modo, ao das exportações e importações paraguaias (ver Quadro 1). A suposição racional de que o Paraguai estivesse despendendo cerca da mesma proporção de recursos nos seus negócios militares poderia sugerir que a Argentina estivesse usando quase cinco vezes mais recursos que seu vizinho no mesmo setor, tornando o "gap" do poder mais extenso do que ele aparentava (ver Quadro 5).

Além do mais, embora no início do conflito o efetivo militar possa ser grande, suprimentos externos e uma poderosa base econômica são vitais para o êxito de qualquer empreendimento militar, num conflito prolongado. O Paraguai exibiu uma evidente desproporção entre o tamanho do seu Exército e todos os indicadores econômicos relevantes. Em contraste, menos de 1/3 do índice total de poder da Argentina é considerado como variável militar.

Igualmente, nenhuma mudança dramática foi detectada para os indicadores econômicos. Em torno de 1863, a razão entre o valor do comércio argentino para o paraguaio era cerca de 3 para 1. Em 1851, as exportações paraguaias totalizaram 68 mil libras esterlinas, enquanto o valor das exportações da Província de Buenos Aires excedia em 2 milhões de libras, uma razão de 31 para 1. Embora reduzindo-se, marcadamente, através desse período de dez anos, o "gap"

permaneceu, de longe, muito grande, para se justificar uma situação de transição. Pode-se, também, lembrar que a rápida expansão paraguaia, nesse período, resultou da abertura da economia, após décadas de severas restrições, e que foi improvável continuar no mesmo passo. Em resumo, então, a dupla Paraguai-Argentina não apresenta, tampouco, uma situação de transição do poder.

Existe contudo uma dimensão política no modelo transição do poder que os dados apresentados não tocam adequadamente e cuja análise parece oferecer as bases para uma interpretação sobretudo convincente. Parece, também, esclarecer vários dos muitos aspectos enigmáticos da guerra — a deflagração do conflito, assim como seu alongamento por cinco anos sangrentos. Primeiro, por que o Paraguai iniciou a guerra? A resposta plausível, de acordo com este modelo, é a disparidade existente entre a avaliação paraguaia do seu real poder *versus* o poder que os outros atores estavam querendo reconhecer. Era o caso de uma nação relativamente poderosa (pelos seus próprios padrões) e basicamente insatisfeita. A guerra, então, constituiu uma tentativa para reparar uma reivindicação contra um *status quo* percebido como contrário ao interesse nacional. Na verdade, a reivindicação básica paraguaia era o direito de ser consultado a respeito de qualquer acordo concernente à região do Rio da

Prata, um “direito de consulta” que nem o Brasil, nem a Argentina estavam querendo outorgar.

Segundo, por que a Argentina não ficou do lado do Paraguai para restaurar o *status quo* perturbado pelo Império do Brasil? A Argentina tinha acabado de emergir como nação, após a Batalha de Pavón, em 1861. Entre 1852 e 1861, duas Argentinas tinham coexistido — Buenos Aires e a confederação que incluía as províncias do interior. A possibilidade de ressurgimento da resistência das províncias contra Buenos Aires foi um motivo de constante receio na capital. A nova república argentina estava em face de duas ameaças consideráveis. Uma era a possibilidade de o Uruguai juntar-se às províncias, quebrando então o monopólio platino no comércio. Daí vem a importância de um governo amigo em Montevideú. Outra ameaça era a possível secessão das províncias, apoiadas ou inspiradas externamente por um emergente (e bastante poderoso) Paraguai. Se as províncias careciam de um aliado potencialmente poderoso, Buenos Aires, não muito tarde, teria que temê-lo. Nisto se assenta o interesse por um fraco Paraguai.

Lopez tranquilizava Mitre, repetidamente, que o Paraguai não estava atrás de um realinhamento político de nacionalidades regionais (um país compreendendo o Uruguai, Entre Rios, Corrientes e Paraguai era comumente considerado possível nessa época), mas

que o Paraguai buscava, ao consolidar o *status quo*, garantir que este proporcionasse a ele próprio um papel mais proeminente. Mitre, obviamente, não confiava em seu vizinho, porque um papel mais proeminente para o Paraguai podia ter rapidamente conduzido a nova nação argentina ao colapso.

Mitre não estava preocupado com a distribuição regional do poder. O Brasil já tinha sido aceito como a nação preponderante na região e sua ação no Uruguai não era percebida como ameaça, em parte porque ambos, Brasil e Argentina, estavam apoiando os rebeldes uruguaios, embora por diferentes razões. Mais importante, a ação brasileira foi interpretada por Mitre como limitada em extensão, não como uma ameaça à existência independente do Uruguai como estado-tampão. Em verdade, o governo da Argentina estava preocupado com a unidade nacional, e um vitorioso Paraguai poderia ter reunido poder suficiente para uma nova divisão da Argentina, seja pelo aberto apoio das províncias do litoral contra Buenos Aires, seja pelo simples encorajamento à sua secessão. Em algum sentido, algumas considerações sobre balanço do poder estiveram focalizadas aqui. Mas, enquanto Lopez, inspirado em doutrinas européias, enfocava o balanço do poder regional como um todo, Mitre atentava para as ameaças ao processo de construção nacional, estava dirigindo sua atenção para o balanço de for-

ças com a matriz do Vice-reinado do Rio da Prata.

Terceiro, por que a guerra não terminou em 1866? Na Conferência de Yataity Corá, Lopez ofereceu a Mitre quase tudo que ele pedia, porque, nas palavras de Lopez, "o sangue já derramado tinha sido suficiente para purificar as ofensas mútuas infringidas pelas partes" (para uma versão pró-Mitre do encontro, ver Baéz, 1929, 37). De uma perspectiva de transição do poder, a guerra não teve fim porque os problemas não eram nem ofensas nem concessão territorial (que a Argentina esperava obter em qualquer caso), mas a necessidade de salvar a unidade argentina, um objetivo que só poderia ser alcançado pela completa derrota de Lopez.

Quarto, por que o Brasilperseguiu uma guerra de extermínio, em vez de ficar satisfeito com a punição infligida ao Exército paraguaio, durante a primeira parte da guerra? A resposta é que as forças em serviço quando a guerra foi deflagrada não estavam influenciando os eventos depois disso. Por exemplo, ao ser desencadeada a guerra, o Brasil estava procurando extrair concessões do governo blanco do Uruguai. No caso do Paraguai, as intenções do Brasil eram assegurar a liberação do Marquês de Olinda, punir o Paraguai por sua agressão e obter acesso ao Rio Paraguai, pelos navios brasileiros servindo na região de Mato Grosso.⁷

Entretanto, uma vez que a guerra foi desencadeada, tornou-se crítico, para o Brasil, prevenir a Argentina de anexar o Paraguai ou colher benefícios excessivos e, então, representar uma ameaça à preponderância do Brasil na área. O único caminho para atingir esse objetivo foi perseguir uma guerra até o fim e obter o controle sobre o futuro governo do Paraguai, o que o Brasil manobra por fazer, por décadas após o fim da guerra. A mesma direção foi também seguida pela Argentina e quase provocou uma guerra com o Brasil.⁸ Essa competição brasileira-argentina foi habilmente explorada pelos diplomatas paraguaios após 1870 (ver Warren, 1978).

NOTAS CONCLUSIVAS

O objetivo do presente estudo foi aplicar critérios de pesquisa contemporânea em conflitos internacionais para melhorar nossa compreensão da Guerra da Tríplice Aliança. Esse reexame das evidências disponíveis e reorganização dos dados previamente selecionados lançou luzes em muitos aspectos ao trágico evento. Em geral, o estudo sugere que um modelo de transição do poder modificado tem maior poder de explicação que os modelos balanço do poder e imperialismo. Quando combinado com o conhecimento do processo de construção da nação argentina nos anos 1860 (já evidenciada em Alberdi, 1962), o mode-

lo de transição do poder fornece respostas satisfatórias às mais importantes perguntas originadas pela guerra. O modelo balanço do poder devia ser melhor suscitado, se fosse modificado, para levar em conta o balanço do poder de territórios pertencentes ao primitivo Vice-reinado do Rio da Prata, ou as diferenças entre percepções e realidades. Este estudo também questiona a aceitação, amplamente acreditada, que o Paraguai constitua um poder de primeira linha na América do Sul e identifica relevantes dados, em um útil trabalho comparativo. Finalmente, ele mostra que a combinação de análise quantitativa e qualitativa com aspectos de relações internacionais pode produzir proveitosa reinterpretação de conflitos armados latino-americanos.

Um ponto para debate final é especular se a Guerra da Tríplice Aliança poderia ter sido evitada. Esse aspecto é relevante, porque ele origina a abordagem da questão sobre a possibilidade de existir linhas de ação alternativas, enfatizando, assim, o papel em política internacional dos processos de tomada de decisão. A lógica do poder e do "interesse nacional" parece sugerir que o término da guerra não estava ao alcance dos atores. Todavia, a significativa mudança da política exterior do Paraguai, durante os anos 1860, pode ter desempenhado um papel maior do que é, geralmente, reconhecido. Embora o potencial estrutural

para conflitos armados fosse alto, talvez um isolacionismo político mais prudente, como o seguido por Francia e Carlos A. Lopes, pudesse ter salvo o Paraguai da tragédia da guerra.

NOTAS

1. A alegada personalidade megalomânica do Marechal Francisco Lopez tem sido vista, tradicionalmente, como a maior, senão a principal causa da guerra. Eu contesto essa interpretação por várias razões. Primeiro, explicações dando ênfase a traços da personalidade tendem a sobrepor generalidades à análise. Elas consignam, convenientemente, improváveis e, também, falsos traços psicológicos que não podem ser provados falsos e, num exercício redutivo, que ignora a complexidade das interações internacionais, tenta converter impressões em afirmações científicas. Numa espécie de teleologia reversa, tais interpretações chegam à causa pelo caminho do efeito, em uma estrutura lógica que proíba validação livre. Embora o espaço impeça discutir as implicações teóricas do problema a nível de análise, como aplicada à interpretação de conflitos internacionais, muitos eruditos concordariam que o nível "individual" da análise não pode preceder o nível "nacional" ou "internacional", a menos que as explicações a esses níveis tenham se esgotado. Segundo, se alguém argumentasse consistentemente em favor de uma interpretação megalomaníaca, teria que avaliar seu poder explicativo, em face de explicações alternativas baseadas, digamos, no "sadismo" do imperador brasileiro, Dom Pedro, ou no "sanguinarismo" do presidente argentino, Bartolomeu Mitre. Um ou ambos esses fatores poderiam ser culpados pela extensão da guerra bem além da Conferência Yataity Corá, quando Lopez expôs-se mais do que desejoso à conciliação.

2. Como deve ser evidente, este estudo não é um teste das teorias do imperialismo, ou da dependência ou balanço do poder em geral, mas um exame de como essas teorias podem bem explicar um caso particular.

3. Para análise mais detalhada, o leitor deve consultar Cardozo (1954, 1961 e 1967 a),

Box (1948), Thompson (1869) e Carcano (1939).

4. Em virtude de esses ajustamentos serem aplicados igualmente para todos os países, eles não têm nenhum efeito no cômputo total dos índices de poder. Contudo, devia ser útil para futuros estudos internacionais contraditórios, que inclui outros países além dos dessa amostra.

5. "O peso selecionado para cada variável representa a média porcentual de variação. Ele tem, em comum com o primeiro componente, a dimensão da capacidade de poder que resulta do principal componente de análise dos nove indicadores variáveis" (Ferris, 1973, 49). Eventualmente, esses nove indicadores foram reduzidos a oito, quando o valor do comércio per capita foi eliminado, devido ao seu baixo poder explicativo. Eu, além disso, reduzi-os a seis indicadores, quando a carência de dados seguros forçaram-me a fundir três indicadores militares (forças armadas, despesas com defesa e despesas com defesa per capita) em um indicador singular do poder militar.

6. Deve-se ser, porém, cuidadoso, para não cometer o engano oposto de subestimar o vigoroso poder militar do Paraguai, que somente foi derrotado após cinco anos de sangrentos combates com dois superpoderes regionais.

7. A distinção entre a erupção do conflito e seu posterior desenvolvimento é significativa, especialmente no caso de guerras prolongadas, porque, como elas se arrastam, a dinâmica do conflito transforma vencedores e vencidos e gera uma nova estrutura do conflito. No caso da guerra do Paraguai, pode-se discernir dois "tempos de combate" distintos (um conceito discutido em Liska, 1982): a erupção, onde a decisão de Lopez logrou um grande papel, e o prolongamento posterior à Conferência de Yataity Corá, de 1866, onde outros fatores apareceram indistintamente e em um sentido ameaçador.

8. Esse desenvolvimento podia também ser interpretado como ilustrativo de que grandes alianças não duram, dando assim suporte à teoria de William Riker (1962) do proveito mínimo das alianças. Não obstante, se o princípio da dimensão — que alianças são tão grandes o suficiente para promover proveitos, mas normais — funciona atualmente, por que uma proveitosa aliança não emergiu em 1864? A interpretação dinâmica devia revelar que a Tríplice Aliança foi uma aliança de proveito mínimo no início (em 1864), mas, no final,

tornou-se uma grande aliança e se rompeu. Também tal argumento assumiria que um esboçado balanço do poder existiu no início da guerra, o que a evidência disponível não apóia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACEVEDO, EDUARDO, 1933. *Anales históricos del Uruguay*. 3 vols. Montevideo: Casa Barreiro y Ramos.
2. ALBERDI, JUAN, B., 1962. *Historia de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Ediciones de la Patria Grande.
3. BAEZ, ADOLFO, J., 1929. Yatayty-Corá: una conferencia histórica. Buenos Aires: Imprenta y Papelería Juan Perroti.
4. BALDWIN, DAVID, 1979. "Power Analysis and World Politics: New Trends versus Old Tendencies". *World Politics* 31, nº 2 (Jan): 161-94.
5. BOX, PELHAM, O., 1948. *Los orígenes de la Guerra de la Triple Alianza*. 2d ed. Buenos Aires: Editorial Nizza.
6. BRAY, ARTURO, 1958. *Solano López: soldado de la gloria y el infortunio*. 2d ed. Asunción: Editorial Nizza.
7. BURR, ROBERT, N., 1955. "The Balance of Power in Nineteenth-Century South America: An Exploratory Essay". *Hispanic American Historical Review* 35, nº 1 (Feb): 37-60.
8. CARCANO, RAMON, J., 1939. *La Guerra del Paraguay: orígenes y causas*. Buenos Aires: Editorial Domingo Veau.
9. CARDOZO, EFRAIM, 1954. *Vísperas de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Ateneo.
10. ———, 1961. *El imperio del Brasil y el Río de La Plata*. Buenos Aires: Editora Librería del Plata.
11. ———, 1967a. *Hace 100 años: crónicas de la Guerra de 1864-1870*. 11 vols. Asunción: Editorial Emasa.
12. ———, 1967b. *Efemérides de la historia del Paraguay*. Asunción: Ediciones Nizza.
13. CARR, E.H., 1939. *The Twenty-Years' Crisis, 1919-1939*. London: Macmillan.
14. CENTURION, JUAN, C., 1894. *Memorias*. Vol. 1. Buenos Aires: Imprenta de Obras de J. B. Berra.
15. CLAUDE, INIS, L., 1962. *Power and International Relations*. New York: Random House.
16. CUCCORESE, HORACIO J., et al, 1966. *Historia argentina contemporánea, 1892-1930*. Vol. 3. Buenos Aires: Ateneo.
17. FERRERO, GUGLIELMO, 1963. *The Reconstruction of Europe: Talleyrand and the Congress of Vienna, 1814-1815*. New York: W. W. Norton.
18. FERRIS, WAYNE S., 1973. *The Power Capabilities of Nation-States*. Lexington, Mass.: Lexington Books.
19. GARCIA MELLID, ATILIO, 1963. *Proceso a la falsificación de la historia del Paraguay*. 2 vols. Buenos Aires: Editorial Theoria.
20. GONDRA, LUIS R., 1943. *Historia económica de la República Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
21. GRANZIERA, LUIS G., 1979. *A Guerra do Paraguay e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
22. HASS, ERNEST B., 1961. "The Balance of Power: Prescription, Concept, or Propaganda". In *International Politics and Foreign Policies: A Reader in Research and Theory*, edited by James N. Rosenau, 318-29. New York: Free Press.
23. HERKEN, JUAN C., 1982. "Proceso económico en el Paraguay de Carlos Antonio López: la visión del Cónsul Británico Henderson (1851-1860)". *Revista Paraguaya de Sociología* 19, nº 54. (May-Aug.): 83-116.
24. HERKEN, JUAN C., AND MARIA I. GIMENEZ DE HERKEN, 1983. *Gran Bretaña y la Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Arte Nuevo.
25. JERVIS, ROBERT, 1976. *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton: Princeton University Press.
26. KOLINSKI, CHARLES J., 1965. *Independence or Death! The Story of the Paraguayan War*. Gainesville: University of Florida Press.
27. LAMARTINE, ALPHONSE DE, 1854. *Histoire de la Turquie*. 8 vols. Paris: Constitutionnel.
28. LISK, GEORGE, 1982. "Wars in Rounds". In *The Termination of Wars: Processes, Procedures, and Aftermaths*, edited by Nissan Oren, 114-46. Jerusalem: Magnes Press.

29. LYNCH, JOHN, 1981. Argentine Dictator: Juan Manuel de Rosas, 1829-1852. London: Oxford University Press.
30. MCLYNN, F. J., 1979. "The Causes of the War of the Triple Alliance: An Interpretation". *Inter-American Economic Affairs* 33, nº2 (Autumn): 21-44.
31. ORGANSKI, A.F.K., 1968. *World Politics*. 2d ed. New York: Alfred A. Knopf.
32. PLATT, D.C.M., 1972. *Latin America and British Trade, 1806-1914*. London: Adam and Charles Black.
33. POMER, LEON, 1968. *La Guerra del Paraguay: Gran negocio!* Buenos Aires: Ediciones Calden.
34. RANDALL, LAURA, 1977. *A Comparative Economic History of Latin America, 1500-1914*. 3 vols. New York: Institute of Latin American Studies, Columbia University.
35. RAY, JAMES LEE, 1984. *Global Politics*. 2d ed. Boston: Houghton Mifflin.
36. REBAUDI, ARTURO, 1924. *La declaración de guerra de la Republica del Paraguay a la Republica Argentina*. Buenos Aires: Editorial Serrantes.
37. RIKER, WILLIAM, 1962. *The Theory of Political Coalitions*. New Haven, Conn: Yale University Press.
38. SABROSKY, ALAN N., 1975. "From Bosnia to Sarajevo: A Comparative Discussion of Interstate Crisis". *Journal of Conflict Resolution* 19, nº1 (Mar.): 3-24.
39. SANCHEZ QUELL, HIPOLITO, 1973. *La diplomacia paraguaya de mayo a Cerro Corá*. Asunción: Casa América.
40. _____, 1980. *Historia de las relaciones entre Francia y Paraguay (de Napoleón III y Solano López a de Gaulle y Stroessner)*. Asunción: Casa América.
41. SCHMITT, PETER, 1963. *Paraguay und Europa: Die Diplomatischen Beziehungen unter Carlos Antonio López und Solano López, 1841-1870*. Berlin: Colloquium Verlag Berlin, Bibliotheca Ibero-americana.
42. SPALDING, WALTER, 1940. *A Invasão Paraguaia no Brasil*. São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira.
43. SULLIVAN, MICHAEL P., 1976. *International Relations: Theories and Evidence*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.
44. TATE, E. NICHOLAS, 1979. "Britain and Latin America in the Nineteenth Century: The Case of Paraguay, 1811-1870". *Ibero-Amerikanisches Archiv* 5, nº 1 (1979): 39-70.
45. THOMPSON, JORGE, 1869. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Imprenta Americana.
46. TRIAS, VIVIAN, 1975. *El Paraguay: de Francia el Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Cuadernos de Crisis, nº 19. Buenos Aires. Cuadernos de Crisis.
47. TUCKER, ROBERT C., ED. 1975. *The Lenin Anthology*. New York: W. W. Norton.
48. WARREN, HARRIS G., 1978. *Paraguay and the Triple Alliance: The Post-War Decade, 1869-1878*. Austin: University of Texas Press.
49. WHITE, RICHARD A., 1978. *Paraguay's Autonomous Revolution, 1810-1840*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
50. WILLIAMS, JOHN H., 1979. *The Rise and Fall of the Paraguayan Republic (1800-1870)*. Austin: University of Texas Press.

DIEGO ABENTE é Professor Assistente do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Miami (EUA).



A ANTÁRTICA: Sua importância estratégica para o Brasil. Qual seria a gradação ótima de emprego dos escassos recursos nacionais naquele continente?

Edison Nascimento Martins

"Perder o bonde da história", expressão tão usada em nossos dias, aplicar-se-á com justeza à questão antártica, por qualquer equívoco que se venha a cometer no seu trato.

Neste artigo, após destacar a importância do Continente Antártico para o Brasil e tecer considerações sobre a evolução do Sistema do Tratado da Antártica, em 1991, o autor chama atenção para a importância fundamental de, no período 1988-1991, ser ampliada a área de atuação do PROANTAR, a fim de respaldar maior parcela de participação do Brasil nos destinos da região em futuras mesas de negociação.

Dentro dessa linha, indica a melhor aplicação a ser dada aos recursos orçamentários do PROANTAR, até que novos parâmetros políticos e jurídicos sejam definidos com a revisão do referido Tratado.

O Continente Antártico, com seus 14 milhões de km², exerce considerável influência sobre o território nacional, o

mar territorial, a zona econômica exclusiva e o espaço aéreo brasileiros, como pode ser verificado pelas alterações climáticas ocasionais.

nadas pelas frentes frias, oriundas da região austral e, também, pelo fenômeno da ressurgência, que provoca condicionamentos à vida marinha em nossas águas jurisdicionais, pelo relacionamento direto com sua cadeia alimentar.

Em ambos os casos, significativos reflexos econômicos podem ser obtidos, caso sejam conhecidos os regimes meteorológicos e hidrográficos da Antártica, através de previsões adequadas aplicadas à agricultura e ao mapeamento das áreas de maior concentração de cardumes, que permita uma pesca racionalmente viável (9:37).

Apenas isso já seria suficiente para respaldar o interesse do Brasil por aquele continente; todavia, outros fatores de grande relevância para o nosso país indicam, também, a necessidade de um direcionamento de nossas preocupações para aquela região do planeta.

Assim, este trabalho procura demonstrar que é fundamental mantermos nossas atenções voltadas, permanentemente, para a importância estratégica da Antártica para o Brasil, face aos seus aspectos geográficos, sua potencialidade econômica e sua situação política, bem como estabelecer uma graduação ótima de emprego dos escassos recursos nacionais naquele continente, para a defesa de nossos interesses.

A ANTÁRTICA E SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

Aspectos Físicos e Posicionamento Geográfico Face ao Atlântico Sul

Enquanto o Ártico é constituído de uma imensa massa de mar congelado e um conglomerado de ilhas circundadas pelos continentes americano, europeu e asiático, que avançam para além do Círculo Polar Ártico, a Antártica é um continente isolado, cercado pelo Oceano Glacial Antártico, que nada mais é do que a continuação e junção do Atlântico, do Pacífico e do Índico. Os extremos da América do Sul, da África, da Índia e da Austrália não atingem, sequer, o paralelo de 60° Sul — início do que caracteriza a convergência antártica —, tornando, dessa forma, a região austral possuidora de aspectos totalmente peculiares no que concerne aos fatores físicos e biológicos, dotando-a de um ecossistema particular.

Entretanto, sua origem geológica é a mesma dos continentes que a circundam, em face de sua anterior existência como parte do supercontinente do GONDWANA, do qual separou-se no período Mesozóico, deslocando-se para a atual posição com a chamada Deriva dos Continentes (2:5).

Área do planeta submetida a rigorosas condições ambientais, desprovida de vegetação, à exce-

ção de musgos e líquens, permanentemente recoberta por uma camada de gelo que atinge, em alguns pontos, até 4.000 metros de espessura, com temperaturas que oscilam entre $+10^{\circ}\text{C}$ e -90°C e um regime de ventos que podem atingir velocidades acima de 200 km/h, difere, ainda, do Ártico por não possuir população humana natural, embora disponha de uma fauna marinha considerável e de centenas de espécies de aves.

Em face de seu posicionamento no globo terrestre, tem, também, a Antártica, domínio sobre as passagens marítimas entre os grandes oceanos (2:30), (9:37). No caso do Atlântico Sul e suas ligações com o Pacífico e o Índico, em particular, essa característica assume maior relevância em função da existência das ilhas subantárticas, que se projetam para o N-NE, formando, com as Sandwich do Sul, Geórgias do Sul e Malvinas, o chamado Arco de Escócia, ponte natural e trampolim de interligação entre os extremos da América do Sul e da África.

Assim, considerando o Atlântico Sul como o cenário estratégico do Poder Marítimo brasileiro, é natural que o setor antártico limítrofe a esse oceano constitua uma parcela dos interesses e preocupações nacionais (7:14).

POTENCIAL ECONÔMICO PREVISÍVEL

A rica fauna marinha do ocea-

no austral já é conhecida e explorada, embora de forma limitada, desde o século passado, principalmente por baleeiros noruegueses e, mais recentemente, por pescadores russos, poloneses e japoneses. Com as tentativas de preservação das baleias ante a pesca predatória, assumiu posição de destaque o pequeno crustáceo "Krill", de alto valor protéico e disponível em grandes estoques. Sua utilização como alimento ainda está em fase experimental, sendo mais usual, atualmente, o seu emprego no enriquecimento de rações para animais. Todavia, o seu potencial alimentar será dirigido, em muito curto prazo, para o consumo humano, provavelmente em forma de farinha adicionada a derivados de outros animais. É, indubitavelmente, uma promissora solução para minorar os graves problemas gerados pela fome nos Terceiro e Quarto mundos.

Como o "Krill", podem, ainda, ser econômicos e racionalmente explorados outros recursos vivos e vegetais marinhos, como as focas e as algas, por exemplo.

Por outro lado, apesar de ainda ocorrer alguma indefinição com relação ao real dimensionamento e valor comercial das diversas jazidas, está comprovada a existência de consideráveis depósitos de cobre, manganês, urânio, carvão, ferro, platina, cromo, berilo, cobalto, níquel, titânio, ouro e prata, principalmente na Península

Antártica e no restante do setor fronteiriço ao Atlântico Sul (2:34).

Nódulos polimetálicos já foram, também, detetados, embora em áreas pouco acessíveis e de difícil mineração com a tecnologia atualmente disponível.

Estima-se, ainda, uma reserva de petróleo acima de 50 bilhões de barris (as reservas brasileiras em 1985 somavam 2,2 bilhões de barris, conforme o Relatório Anual da PETROBRÁS), aliada a gigantescos depósitos de gás, na plataforma continental antártica, especialmente no Mar de Ross, no mar de Amundsen, no mar de Weddell e na Península Antártica (2:34), as duas últimas áreas situadas diante do Atlântico Sul.

Países que já detêm e desenvolvem tecnologia de prospecção em grandes profundidades, no mar, como o Brasil, seguramente participarão com considerável vantagem na exploração desses recursos minerais, no momento em que for decidido o seu aproveitamento.

SITUAÇÃO POLÍTICA ATUAL. POSSIBILIDADES DE SUA EVOLUÇÃO

O continente antártico é regido pelo "Tratado da Antártica", em vigor desde 23 de junho de 1961, após sua ratificação pelos doze países inicialmente signatários, autoconsiderados Membros Consultivos, em caráter permanente.

Estabelece, entre outras coisas,

o uso exclusivo da região austral para fins pacíficos, liberdade de pesquisas científicas, permuta de pessoal e resultados de pesquisas, realização de reuniões periódicas de consulta entre as partes contratantes e a possibilidade de, após 30 anos de vigência, revisão de seu funcionamento. É explícito, ainda, no que concerne à não-modificação das reivindicações territoriais dos membros, embora a internacionalidade seja a tônica durante a sua existência (1:79).

Esse tratado é o único instrumento jurídico reconhecido pela comunidade internacional interessada, formada hoje por dezenas de nações que a ele aderiram após 1961.

Com base nos termos desse documento, apesar de eventuais pequenas violações àquelas regras, diversos países passaram a executar atividades intensivas no campo científico, plantando bases e estações permanentes em todo o continente, além da realização de pesquisas nos mares adjacentes, especialmente nas campanhas de verão.

O estabelecimento dessas instalações terrestres seguiu, naturalmente, os interesses e as possibilidades de cada país. E esses interesses foram, ao que tudo indica, mais políticos do que científicos, para diversos países.

Assim, é que se vê, hoje, todo o perímetro antártico recoberto por bases norte-americanas e soviéticas, que possuem, também, grandes instalações no interior do

continente, e o setor atlântico vivamente ocupado, ainda, por estações e refúgios argentinos, chilenos e britânicos (2:31), algumas daquelas com famílias residentes e crianças sendo geradas na região.

É difícil considerar que, futuramente, investimentos dessa grandeza sejam pacificamente relegados em prol de uma Antártica universalizada, como querem alguns utópicos membros do cenário internacional, que almejam a região austral como patrimônio comum da humanidade, após 1991.

A existência de bases e estações de diversos outros países, que acorreram à Antártica mais recentemente, dispersas de forma irregular, poderá constituir mais um óbice a essa expectativa, como também àquela defendida com certo dinamismo em países do hemisfério sul, a chamada Teoria (ou Princípio) da Defrontação.

De acordo com ela, a região austral seria dividida, após expirarem os 30 anos de vigência do Tratado, em setores angulares, com vértices no pólo sul, tomando-se por base os meridianos que delimitam os pontos extremos dos diversos litorais dos países que com ela se defrontam, ao sul do Equador. Nas aberturas oceânicas, os setores decorrentes seriam repartidos pelas nações do hemisfério norte (8:5).

É provável que as grandes potências não se sintam satisfeitas com uma eventual partilha dessa natureza, uma vez que, estando to-

das ao norte do Equador, teriam que abdicar dos investimentos já realizados em outros pontos e concentrarem-se na disputa de espaços nas fatias restantes.

É provável, ainda, que os potenciais beneficiários dessa teoria, incluindo alguns que não possuem tradição antártica ou que a têm ainda embrionária, não disponham de recursos ou argumentos de força para garantir seus eventuais domínios. E é provável, sobretudo, que, entre eles, não se atinja uma solução conciliatória no que tange às delimitações territoriais, especialmente no setor atlântico, onde a Guerra das Malvinas inseriu, praticamente de forma definitiva, um território britânico, antepondo-se às possíveis projeções brasileira, uruguaia e argentina (na verdade, após a guerra, o antigo território das "Falklands e Dependências" passou a ser denominado "Território Antártico Britânico e Dependências").

Pode-se, dessa maneira, no meu entender, visualizar dois possíveis destinos para o continente branco: primeiro, a manutenção do atual sistema, com a renovação dos termos do Tratado por um período de tempo de razoável duração, abrindo-se, porém, a possibilidade de exploração dos recursos minerais em áreas previamente delimitadas, com o estabelecimento de quotas anuais de prospecção ou outro qualquer artifício equilibrador entre as partes contratantes (e, nesse caso, quem detiver maior

conhecimento, mais tecnologia, meios e recursos disponíveis obterá os melhores resultados). Em segundo lugar, de modo mais radical, poderá ocorrer o estabelecimento de um condomínio entre os Membros Consultivos, tomando-se como fator de participação, por exemplo, a quantidade de estações e/ou bases instaladas por cada país, ou o efetivo empenhado por cada nação, ou a conjugação desses parâmetros ou qualquer outro mecanismo que permita o atendimento aos diversos interesses.

O ENVOLVIMENTO BRASILEIRO NO CLUBE ANTÁRTICO E ESCALADA DAS ATIVIDADES

O Brasil despertou para a importância do continente austral, de forma oficial, a partir de 1975, com sua adesão ao Tratado da Antártica. Em 1976, estabeleceu suas Diretrizes Gerais para a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) e somente no verão de 1982/83 tornou efetivo seu interesse, com a realização da Operação Antártica I, marco inicial de uma escalada de rápido sucesso (1: 82-83). Em decorrência dessa expedição e das condições favoráveis na conjuntura política do Sistema do Tratado, naquela ocasião, já em meados de 1983 o Brasil era alçado à condição de Membro Consultivo, atingindo a primeira de suas metas visadas.

No verão de 1983/84, estabele-

cia-se a Estação Antártica Comandante Ferraz, durante a execução da Operação Antártica II, e dava-se continuidade a uma gama de projetos de pesquisas variadas, com que a comunidade científica nacional havia atendido ao chamado para a implementação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), um ano antes.

O ingresso no SCAR (Scientific Committee on Antarctic Research) foi o passo seguinte, conseguido em outubro de 1984.

O Brasil sedimentava, assim, sua posição naquele sistema e, com as Operações Antárticas III (verão de 1984/85) e IV (verão de 1985/86), expandia suas atividades, embora modestamente, com a ampliação de Ferraz e com a instalação de refúgios em duas outras ilhas.

No verão de 1986/87, além dos já tradicionais meios empregados no apoio às operações, o NApOC *Barão de Teffé*, o NOC *Prof. W. Besnard* (da Universidade de São Paulo) e aeronaves da FAB, utilizou-se pela primeira vez um navio voltado exclusivamente para a área da geofísica, o NOC *Alte Câmara*, com uma equipe de pesquisadores da PETROBRÁS.

Nesses cinco anos de atuação do PROANTAR, dezenas de projetos foram desenvolvidos por inúmeras universidades e instituições, necessários para respaldar, externamente, a posição brasileira no contexto do Tratado e, no campo interno, estimular os cientistas na-

cionais, formar novos recursos humanos em áreas específicas (como glaciologia, por exemplo) e aparelhar os vários laboratórios empregados.

Um grande esforço foi, também, executado para tornar a Estação Ferraz uma instalação de operação permanente, o que se deu a partir de 1986.

A POSIÇÃO BRASILEIRA ATUAL E PERSPECTIVAS IMEDIATAS

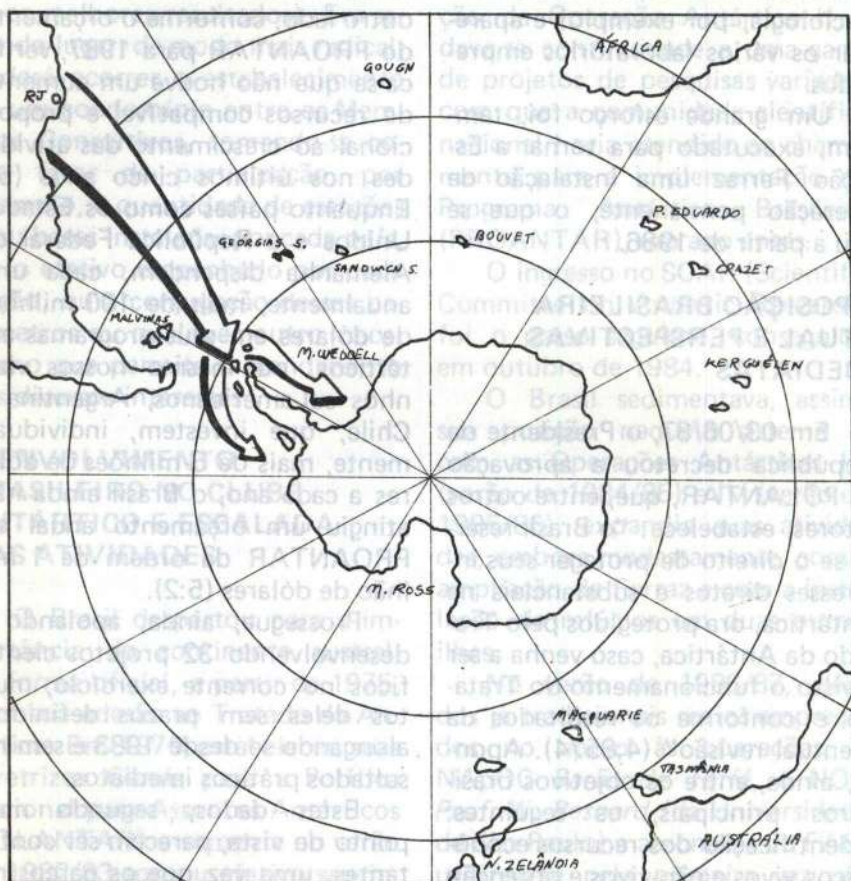
Em 03/06/87, o Presidente da República decretou a aprovação da POLANTAR, que, entre outros fatores, estabelece: "o Brasil reserva-se o direito de proteger seus interesses diretos e substanciais na Antártica, ora protegidos pelo Tratado da Antártica, caso venha a ser revisto o funcionamento do Tratado e conforme os resultados da eventual revisão" (4:8574). Apon-ta, ainda, entre os objetivos brasileiros principais, os seguintes: "identificação dos recursos econômicos vivos e não-vivos e obtenção de dados sobre as possibilidades de seu aproveitamento" e "participação na exploração e aproveitamento de recursos vivos marinhos e de recursos minerais antárticos e, se esta ocorrer, participação igualmente em condições que compensem a condição de país em desenvolvimento" (4:8575).

Constata-se, desse modo, as claras preocupações e intenções políticas do país em relação ao conti-

nente austral, bem como os decorrentes reflexos econômicos. Por outro lado, conforme o orçamento do PROANTAR para 1987, verifica-se que não houve um aumento de recursos compatível e proporcional ao crescimento das atividades nos últimos cinco anos (5). Enquanto países como os Estados Unidos e a República Federal da Alemanha dispendem, cada um, anualmente, mais de 100 milhões de dólares em seus programas antárticos, ou mesmo nossos vizinhos sul-americanos, Argentina e Chile, que investem, individualmente, mais de 5 milhões de dólares a cada ano, o Brasil ainda não atingiu um orçamento anual do PROANTAR da ordem de 1 milhão de dólares (5:2).

Prossegue, ainda, apoiando e desenvolvendo 32 projetos científicos no corrente exercício, muitos deles sem prazos definidos, alongando-se desde 1983 e sem resultados práticos imediatos.

Estes dados, segundo meu ponto de vista, parecem ser conflitantes, uma vez que os parques recursos alocados ao Programa não são coerentes com a amplitude e objetividade política estabelecida, além de sua aplicação atender, ainda, a um leque variado e abrangente de trabalhos científicos, quando, diante de uma condição temporal de quatro anos de vigência da atual carta, a canalização dessas disponibilidades já deveria estar voltada para poucos e direcionados projetos, cujos resultados pu-



O Brasil precisa voltar a ser um país marítimo.

O fortalecimento de uma mentalidade marítima pode, e muito, ser impulsionado por uma ação efetiva na direção austral.

dessem ser economicamente aproveitados em futuro não muito distante.

Entendo que nenhuma nação deve subordinar suas concepções e aspirações estratégicas aos casuismos-econômicos, sob pena de graves conseqüências em função das oportunidades perdidas. Em que pese as dificuldades atuais do país, torna-se necessário respaldar o PROANTAR financeiramente de modo adequado, para permitir o atendimento dos propósitos de nossa política antártica.

Caso não ocorra alteração substancial nesse contexto, as perspectivas imediatas não são significativas, mantendo-se o atual ritmo de envolvimento, executada, apenas, a obtenção de um novo navio polar, previsto no Plano de Reaparelhamento da Marinha (PRM) para prontificação no início da próxima década.

CONCLUSÃO

Constatada a importância estratégica do Continente Antártico para o país, verificadas as condicionantes políticas estabelecidas na POLANTAR e considerado o limitado quadro econômico nacional e as possibilidades de evolução do Sistema do Tratado da Antártica após 1991, resta-nos determinar uma gradação ótima de emprego dos recursos disponíveis.

Em minha opinião, é de fundamental importância, no período compreendido entre 1988 e 1991,

ampliar a área de atuação do PROANTAR, alongando-a nas direções sul, ao longo da Península Antártica, e leste, para o Mar de Weddell, a fim de respaldar uma maior parcela de participação nos destinos econômicos da região em futuras mesas de negociações.

Assim, julgo que os próximos orçamentos devem atender, prioritariamente, às pesquisas geofísicas na plataforma continental das áreas mencionadas, face às possíveis jazidas de hidrocarbonetos, e os projetos que conduzam ao aproveitamento do "Krill" e sua pesca economicamente viável, reduzindo-se consideravelmente o apoio aos demais trabalhos científicos, até que sejam definidos os novos parâmetros políticos e jurídicos decorrentes da revisão do Tratado.

Paralelamente, devem ser implantadas novas instalações em pontos diversos nas áreas de maior interesse, como pequenas estações de verão, refúgios e estações meteorológicas e sísmicas automáticas, por exemplo, de modo a demarcar, fisicamente, um perímetro compatível com nossas possibilidades tecnológicas e financeiras, mas, sobretudo, compatível com as aspirações e propósitos contidos na nossa política.

O princípio do objetivo não pode ser desvirtuado após as importantes conquistas já efetuadas, mesmo que isso prejudique, de alguma forma, interesses setoriais de parcelas da comunidade científica

participante, sob pena de serem desperdiçados tempo e investimentos preciosos, que podem contribuir para a consecução do propósito mais amplo: — a garantia, para as gerações futuras, de uma fonte de recursos fundamental para um país hoje carente, mas que almeja emergir, solucionando seus graves problemas internos.

BIBLIOGRAFIA

1. AQUINO, Sérgio Tasso Vasques de. A Presença Brasileira na Antártida. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, (7/9): 77-89, jul./set. 1985.
2. BAKKER, Múcio Piragibe Ribeiro de. A Antártida, uma nova perspectiva para o Brasil. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, (701): 5-56, maio/jun. 1982.
3. ———. O Brasil na Antártida: um desafio e uma esperança. *Revista Brasileira de Tecnologia*. Brasília, 13 (3): 3-21, jun./jul. 1982.
4. BRASIL. Leis, Decretos etc. Decreto nº 94.401, de 03 de junho de 1987. *Diário Oficial*. Brasília, 04 jun 1987. Seção 1, pt 1, p. 8573/75. Aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos.

5. ———. Ministério da Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Programa Antártico Brasileiro. Grupo de Gerenciamento. Proposta de Resolução nº 003/87 — *Orçamento 1987*.
6. CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro, F. Bastos, 1976.
7. ———. A Antártica no Contexto Internacional. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, 60(275): 12-14, 1986.
8. HENRIQUES, Elber de Mello. Uma visão política da Antártica. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, 57 (259): 4-8, jul./ago., 1983.
9. MARTINS, Edison Nascimento. Antártica, breves comentários. *O Anfíbio*. Ass. Relações Públicas do Comando-Geral do CFN. Rio de Janeiro, (3): 36-38, set. 1986.
10. MENEZES, Eurípedes Cardoso de. O Brasil na Antártica. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, 60(275): 4-7, 1986.
11. ———. *A presença do Brasil no Continente Antártico*. Conferência perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 10 de maio de 1978.
12. VILLELA, Rubens Junqueira. Viagem no tempo da Antártida. *Ciência Hoje*. SBPC. São Paulo, 4 (24): 42-56, maio/jun., 1986.



EDISON NASCIMENTO MARTINS — *Capitão-de-Fragata Fuzileiro Naval (turma de formação 1970 da Escola Naval). Entre 1983 e 1985, foi assessor de operações e logística do Programa Antártico Brasileiro, na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e primeiro comandante da Estação Antártica Comandante Ferraz. Tem difundido seus conhecimentos e opiniões em artigos publicados em O Anfíbio e na Revista Marítima Brasileira. Seu nome é citado na Enciclopédia Britânica do Brasil (Mirador Internacional Vol 2 — Antártida, I. História, 1.4.3. O Brasil e a Antártida, página 612). É o atual Chefe do Curso Especial Avançado de Operações Anfíbias, do Centro de Instrução e Adestramento do Corpo de Fuzileiros Navais.*



SESQUICENTE- NÁRIO DO COMBATE DO RIO PARDO

Claudio Moreira Bento

A República Rio-Grandense constitui a única experiência republicana concreta do País precursora da efetiva Proclamação da República Brasileira. O Combate do Rio Pardo representa sua maior vitória militar.

Neste estudo, o autor propõe-se a reconstituí-lo e analisá-lo à luz das principais fontes de pesquisa histórico-militar disponíveis.

Com ele, A Defesa Nacional reverencia o 15 de Novembro, incluso no bimestre desta edição.

Introdução

Em 30 de abril de 1888, transcorreu o sesquicentário do Combate do Rio Pardo, por certo, ponto culminante da História Militar da "República Riograndense" (1836-45).

Serviu-lhe de cenário a Coxilha do Barro Vermelho, hoje dentro dos limites urbanos da cidade de Rio Pardo. Ali, republicanos, ao comando do General Bento Manoel Ribeiro, atacaram forças im-

periais em posição defensiva, ao comando do Marechal Sebastião Barreto, filho de Rio Pardo, antigo Comandante-das-Armas da Província, destituído do cargo em 20 de setembro de 1835.

Segundo Ferdinando Foch, "o livro da História Militar é rico em reflexões para alimentar o cérebro de um Exército na paz e melhor prepará-lo para a guerra". O Combate do Rio Pardo, que, pela primeira vez, procuraremos reconstituir e analisar, à luz de alguns ele-

mentos que enformam a Arte Militar (a Arte do Soldado), é rico em lições e reflexões profissionais sob esse enfoque.

Até o presente, as fontes disponíveis, primárias e secundárias, têm sido conflitantes e discordantes, contendo, por vezes, até disparates. O presente ensaio baseou-se no estudo, e interpretação consequente, das principais fontes disponíveis.

O combate em apreço é a maior vitória militar da única experiência republicana concreta que precedeu a efetiva Proclamação da República Brasileira, em cujos alicerces se insere.

Os ideais dos farrapos, depois de dormirem de 1845 a 1870, reacenderam-se e crepitaram forte, até sua concretização, em 15 de novembro de 1889, pela espada do Marechal Deodoro, o que contou com o forte estímulo do jornal A Federação que refletia os ideais e o simbolismo da "República Rio-Grandense", consagrados pela Constituinte do Rio Grande de 1891. Recorde-se que recebera o nome "Clube 20 de Setembro", entidade fundada em São Paulo por estudantes gaúchos, entre os quais Assis Brasil, que então escrevera a segunda História da Revolução Farroupilha, do ponto de vista dos farrapos, glorificando-os e exaltando seu republicanismo.

Situação Geral

Em 20 de setembro de 1835,

estorou a Revolução Farroupilha. A ela aderiram, maciçamente, a Guarda Nacional e a Guarnição do Exército Imperial da Província do Rio Grande do Sul. A Revolução conseguiu, em curto espaço de tempo, seus objetivos: a deposição do Presidente Fernandes Braga e do seu Comandante-das-Armas, Marechal Francisco Sebastião Barreto, comandante imperial do combate aqui focalizado.

A nomeação de novo Presidente, Araújo Ribeiro, trouxe para o lado da legalidade o Coronel Bento Manoel Ribeiro. Isso alterou os rumos da Revolução.

Tendo Araújo Ribeiro assumido a Presidência na cidade de Rio Grande e passado a dominar, de modo incruento, essa posição estratégica, vital para ambos os contendores, os revolucionários concentraram seu esforço a partir de Pelotas, visando a reconquistá-la, enquanto Bento Gonçalves da Silva, líder da revolução, tentava bater Bento Manoel, atuando na Campanha.

Essas manobras desguarneceram Porto Alegre, que voltou para as mãos dos imperiais, em 15 de junho de 1836, em consequência de ousado golpe de mão liderado pelo Major Manoel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre. O governo revolucionário civil foi preso e enviado para a fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Os imperiais se fortificaram em Porto Alegre, a qual foi sitiada de 27 de junho a 18 de setembro de

1836. Em 23 de agosto, foi levantado o sítio naval, em Itapoam, e, em 4 de outubro, Bento Gonçalves foi aprisionado na ilha do Fanfa e enviado para o Rio de Janeiro, quando, depois de levantar o 1º sítio de Porto Alegre, marchava para a Campanha.

Nesse quadro adverso, os revolucionários bateram as tropas imperiais, no Seival, berço da República Brasileira, em 10 de outubro de 1836, proclamando a "República Rio-Grandense" no dia seguinte, no campo do Menezes, e instalando-a, em 6 de novembro, em Piratini. Nessa ocasião, Bento Gonçalves foi eleito Presidente da República, mesmo preso no Rio de Janeiro.

Pressionados, os agora republicanos, em 4 de dezembro de 1836, abandonam o Rio Grande do Sul e internam-se no Uruguai, até Bento Manoel prender o Presidente da Província, Marechal Antero Brito, em 28 de março de 1834, no Passo do Itavi, em Alegrete.

Em 8 de abril, os republicanos sitiaram e conquistaram Caçapava e, de 11 de março de 1837 a 13 de fevereiro de 1838, submeteram Porto Alegre ao 2º sítio, que incluiu bombardeios de Artilharia, a partir dos Moinhos de Ventos.

Em 25 de janeiro de 1838, o Presidente da Província e Comandante-das-Armas Marechal Eliziário Miranda Brito empreendeu, a partir de Porto Alegre, uma manobra disbordante, na direção Porto Alegre-Cai-Portão-São Leopoldo-

Gravataí, durante 18 dias, obrigando os republicanos, ao comando do Coronel José Mariano de Mattos, a levantarem o sítio terrestre e se retirarem para Lajes, SC, que conquistaram, então, para os republicanos riograndenses.

Entusiasmado com o sucesso, o Marechal Eliziário atuou sobre Rio Pardo.

Situação Particular

Em 3 de novembro de 1837, o General Antônio Eliziário Miranda Brito assumiu o Comando-das-Armas e da Província do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, sob o 2º sítio republicano. Em 31 de janeiro de 1838, tentou disbordar o sítio republicano, em Viamão, e atacá-lo pela retaguarda. Não conseguiu o ataque, mas obrigou os sitiados a se retirarem para Lajes. Entusiasmado com essa vitória, investiu Rio Pardo, que era defendida pelo General Bento Manoel Ribeiro. A aproximação de Eliziário, Bento Manoel evacuou Rio Pardo e retraiu para os lados do passo Pedrneiras, do rio Jacuí. Isso ocorreu em 17 de março de 1838. Bento Manoel só foi perseguido até Cachoeira do Sul, em razão do mau estado da cavalaria imperial. Eliziário dirigiu-se para Porto Alegre e deixou a praça ao comando do Marechal Sebastião Barreto, coadjuvado pelo bravo Brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, como comandante da Infantaria (1º e 2º BC-Batalhão de Caçadores), e o

oriental Brigadeiro Izaias Bonifácio Calderón, como comandante da Cavalaria (2º e 3º BCGN - Batalhão de Cavalaria da Guarda Nacional) e da Artilharia (8 peças). À disposição de Barreto, ficou o 8º BI (Batalhão de Infantaria) em Taquari, e ao longo do Jacuí, a barca a vapor *A Liberal*, ao comando de Greenfel, e uma esquadrilha de canhoneiras, no Rio Pardo. O Mar Sebastião Barreto ficou ocupando Rio Pardo, que foi atacada pelos republicanos.

A penetração republicana no Quadrilátero do Rio Pardo

O General Bento Manoel, comandante do Exército Republicano, e Netto idealizaram penetrar na área onde se encontrava o Exército Imperial.

David Canabarro foi encarregado da manobra de penetração. Ele transpôs com sucesso o Rio Pardo, abriu picadas na mata e atingiu o Rincão del-Rey, onde passou a dar cobertura para a travessia do restante do Exército Republicano. (ver esboço no fim do artigo).

Segundo Neto, "O Rio Pardo, em ambas as margens, era circundado de pântanos. O terreno atolava excessivamente. Só com extrema dificuldade os animais conseguiram vencê-lo. Além disso, no centro de um mato cerrado, havia um forte arroio com uma barranca bastante alta e profunda. No curto espaço de 10 horas, foi sobre ele construída uma ponte espaçosa,

pela qual passou todo o Exército Republicano".

Andrade Neves, que vigiava o Rincão del-Rey, foi investido por uma guerrilha republicana, e passou a retardá-la, na direção da Coxilha do Barro Vermelho, onde foi acolhido pelo Brigadeiro Xavier da Cunha, à frente do 1º BC e de duas peças de Artilharia. Do Rincão del-Rey, Netto enviou uma força na direção da ponte do Couto, sobre a única comunicação por terra, entre Rio Pardo e Santo Amaro, que foi então cortada.

O Marechal Barreto soubera, certo, da ocupação republicana do Passo do Couto ainda em 27, através de reconhecimento insatisfatório que fizera o Brigadeiro Xavier da Cunha. Possuindo forças superiores para manter a posse da estratégica e vital ponte do Couto, o Brigadeiro Cunha retraiu e tomou a posição na Coxilha do Barro Vermelho, aceitando o fechamento da única via de retirada terrestre, em caso de eventualidade. Os republicanos gradativamente foram interpondo reforços entre os republicanos e a ponte do Couto, e transformando essa área em base de partida para um ataque geral. Ao mesmo tempo, se preveniam para a hipótese de retirada por essa direção, caso a situação no interior do Quadrilátero viesse a se tornar insustentável.

No dia 29, à noite, todo o Exército Republicano, sob armas, estava reunido na baixada entre a Coxilha do Barro Vermelho e a

Ponte do Couto, havendo, atrás dele, uma linha de possível retraimento, livre de interferência imperial.

Na margem direita do rio Jacuí, ficou o Coronel Leão, para dar o sinal, se os imperiais tentassem repassar o Jacuí sem oferecer combate, e bloquear, com tiros de atiradores de escol, o porto do Rio Pardo.

Forças em Presença

Republicanos — Estima-se as tropas republicanas, vindas de diversos lugares da Campanha, em cerca de 2.800 (segundo Caldeira).

Segundo o cronista Caldeira, que participou do combate como porta-estandarte do 1º Corpo de Lanceiros Negros, “o plano do ataque do Rio Pardo foi tão bem combinado que, três dias antes dele, todas as forças republicanas já se haviam reunido para atacar o inimigo, que estava a espera, em posição muito vantajosa”, na Coxilha do Barro Vermelho, hoje parte da cidade do Rio Pardo e distante meia légua de seu centro.

Imperiais — O efetivo imperial no Rio Pardo, 14 dias antes do combate, era de 1.546, dos quais 886 infantes, 552 cavalariaos da Guarda Nacional e 99 artilheiros. Barreto dá como cerca de 1.000 os que participaram no combate e Araripe como 1.200 os combatentes imperiais.

Dispositivo para o combate
(Acompanhar pelo esboço, no fim do artigo)

Imperiais — Tomaram posição dominante na Coxilha do Barro Vermelho, à frente da confluência das estradas que demandavam a Vila do Rio Pardo. Tendo a Artilharia ao meio, em posição mais dominante, dispuseram a Infantaria desde a Charqueada do Porto até o Açougue. A posição da Infantaria aproveitava dois capões de mato, com um intervalo entre eles de 500m onde foi colocada a Artilharia, com um fosso escavado e com sua frente protegida por 50 infantes. À esquerda dessa posição, ficou o 2º BC (—) ao comando do Coronel Guilherme Lisboa. À direita dessa posição, ficaram duas companhias do 1º BC. As cinco restantes ficaram em reserva, muito próximo da linha de defesa, junto à Artilharia. A partir do Açougue, começava a ala Direita, toda de Cavalaria, ao comando de Calderón, com os 3º e 4º Corpos da Guarda Nacional e o Esquadrão Independente de Ourives. Aí atuou Andrade Neves.

Republicanos — Eles tomaram posição na baixada, entre a ponte do Passo do Couto e a Coxilha do Barro Vermelho, e adotaram original dispositivo, sob o comando geral do General Bento Manoel. Foi o seguinte o dispositivo republicano para o ataque:

Ala Direita — A Divisão de Ca-

valaria, ao comando do Coronel João Antônio da Silveira, flanqueando o reforço de Infantaria dos 1º e 3º Batalhões desta Arma.

Centro — Artilharia republicana, contando com o apoio de alguns pelotões de Caçadores.

Ala Esquerda — 2ª Divisão de Cavalaria, ao comando do Coronel Crescêncio.

Reserva — Ao comando de Netto, integrada por duas brigadas de Cavalaria, dispostas atrás do centro do dispositivo e, em especial, da Artilharia.

Assim, os republicanos lançariam sua direita e centro, à base de Cavalaria, reforçada com Infantaria e Artilharia, contra a esquerda e centro imperial, à base de Infantaria com apoio de Artilharia e tirando partido do terreno dominante.

Contra a Cavalaria imperial, na ala direita, eles lançariam sua maior e mais vantajosa tropa de Cavalaria.

Desenvolvimento do Combate

O Combate teve início por volta das 5,40 horas da manhã e durou cerca de uma hora e vinte minutos, "entre grandes alaridos e toques de clarim", quando 2.800 republicanos das três armas, a partir de posições numa várzea, investiram cerca de 1.000 imperiais das três armas, dispostos em posição elevada na Coxilha do Barro Vermelho, da qual tiraram o máximo partido defensivo.

O combate se resumiu em um ataque geral às alas e o centro imperiais. Houve primeiro o rompimento do Centro, depois de uma inexpressiva reação defensiva em toda a frente.

A iniciativa foi tomada pela ala direita republicana, ao comando do Coronel Silveira, que rompeu fogo sobre a ala esquerda imperial, defendida pelo 2º BC ao comando do valoroso Coronel Guilherme José Lisboa. Este foi atacado pelo 1º BI (Batalhão de Infantaria) republicano, apoiado por dois esquadrões de Cavalaria. A Infantaria Republicana fixou a Infantaria Imperial, fato aproveitado pela Cavalaria Republicana para envolver a Ala Imperial e penetrar até a retaguarda do Centro, depois que este foi rompido por Netto, com a reserva.

Face a essa realidade, alguns integrantes do 2º BC começaram a debandar desordenadamente. Seu comandante, o Coronel Lisboa, formou o quadrado e bateu-se com valor e coragem inauditos. Os republicanos, impressionados, gritavam-lhe: "Rende-te, coronel valente!" E ele respondia várias vezes: "Minha espada não se entrega a rebeldes!" E tombou morto, lutando como um bravo, até o último alento.

No Centro, o General Antônio Netto carregou contra a Artilharia e o 1º BC (reserva) imperial. A Artilharia, protegida por um fosso, conseguiu fazer cerca de quatro a cinco disparos, sendo logo ultra-

passada, envolvida e silenciada por três esquadrões da reserva de Netto. A Artilharia republicana só fez um disparo pois, se insistisse, iria atingir republicanos combatendo no alto da Coxilha do Barro Vermelho.

Neste ponto, o 1º BC se desorganizou e se pôs em fuga, em direção à Vila do Rio Pardo.

Segundo o comandante Cunha, da Infantaria imperial, "o ataque republicano foi iniciado no flanco esquerdo, o qual cedeu e possibilitou a entrada da Cavalaria por sua retaguarda".

No flanco direito imperial, a luta entre as cavalaria imperial e republicana foi mais difícil e demorada. O ataque republicano sofreu um atraso de uns 6 ou 7 minutos, por ter que desfilar ao longo de uma sanga, cuja travessia devia ser feita quase a nado. Enquanto a Divisão Crescêncio desviava a sanga, Canabarro mandou dois meios-esquadrões de "gente muito boa para a guerra". Eles deram uma descarga de clavinote nos imperiais de Calderón. Foi nessa ocasião que o 1º Esquadrão do Corpo de Lanceiros, de Teixeira Nunes, os atacou de flanco. E deu-se disputado entrevero. A Cavalaria foi atacada a espada pela retaguarda, pelo Major Ribeiro e sua gente e pelo Ten Cel Teixeira Nunes, a lança, com seus lanceiros pelo flanco.

O Brigadeiro Calderón resistiu

o quanto pôde. Fez três ataques, sendo que o último para desaferrar. Ao deixar o campo-de-combate, teve que abrir caminho combatendo. Entrincheirou-se atrás de uma porteira, entre o sobrado e a olaria de Joaquim Bento. O acesso à porteira possuía valas de ambos os lados. Assim, cerca de 400 lanceiros negros bem montados, armados de pistola e lança, investiram os 60 imperiais fazendo fogo e os neutralizaram.

O Corpo de Lanceiros Negros avançou até Rio Pardo, onde entrou pela rua da igreja Senhor dos Passos.* Dali, depois de reunir-se ao seu comandante, Teixeira Nunes, ferido a bala no ombro esquerdo, foi até o porto do Rio Pardo, onde não pôde impedir a fuga de Barreto. Do porto marcharam para a ponte, que conquistaram, e onde duas companhias imperiais do 2º BC resistiam bravamente. Teixeira Nunes recebeu ordem de Crescêncio de investir aquela tropa e o fez.

O Marechal Sebastião, vendo o combate perdido, procurou salvar-se. Atravessou um grande fuchinal e foi ter à margem do rio Jacuí, onde penetrou num lanchão que, com outros barcos, fugiam do Rio Pardo. Calderón, ao reconhecer-se derrotado por Barreto, procurou salvar-se, abrindo caminho combatendo entre os republicanos. Foi até o porto e apanhou uma lancha, na qual Barreto embarcou logo

* A Igreja Senhor dos Passos guarda os restos mortais de Andrade Neves.

após. O Brigadeiro Cunha, percebendo a derrota, foi até o porto, onde fez largar, rio abaixo, três lanchões de guerra, duas balsas para cavalos e canoas. Conseguiu recolher cerca de 100 extraviados. Próximo à foz do arroio do Couto, foi bombardeado por duas peças republicanas. Antes, Barreto e Cunha buscaram proteção com Calderón.

Os três Generais, Barreto, Cunha e Calderón, viajaram até Triunfo. Dalí, a bordo do barco de guerra, o *Leopoldina*, ao comando do Cap Guilherme Parker, chegaram constrangidos a Porto Alegre onde, mais tarde, seriam submetidos a Conselho de Guerra e absolvidos.

Perdas Imperiais

Segundo Alfredo Varela, o General Antônio Netto mencionou que os imperiais tiveram 370 mortos e 800 presos, inclusive feridos, o que dá um total de 1.170 baixas imperiais, para um efetivo de 1.546 em Rio Pardo. É provável que a realidade se aproxime desta cifra e que somente 376 conseguiram evadir-se do Quadrilátero do Rio Pardo, poucos nos navios de guerra ancorados no porto do Rio Pardo.

Tristão de Araripe, por seu turno, em 1881, mencionou como mortos dois coronéis, cinco alferes e 60 praças e, como prisioneiros, 300 oficiais e mais 100 praças.

Netto referiu-se, também, às baixas, especificando que morre-

ram em combate 370 imperiais, dos quais um coronel (Lisboa), três maiores e vinte subalternos, e que se apresentaram presos um coronel, um tenente-coronel, dois maiores, 58 oficiais subalternos e mais de 800 soldados.

Embora conflitantes, pelas circunstâncias de o combate vitorioso ter sido travado numa região onde a única possibilidade de retirada era embarcada, as perdas imperiais se explicam em número elevado (cerca de 75%).

Caíram em poder dos republicanos 8 peças de Artilharia, 1.000 armas de Infantaria, 8.000 cartuchos carregados e uma banda de música, chefiada pelo maestro negro Mendanha, futuro autor do Hino Farroupilha.

Os republicanos sofreram 200 baixas, sendo 17 mortes, entre as quais um capitão e dois soldados.

Essa vitória deu um grande alento moral aos republicanos, que submeteram Porto Alegre ao 3º e último sítio, de 15 de junho de 1858 a 8 de dezembro de 1840.

O Marechal Barreto, antigo comandante da 2ª DI, em Passo do Rosário, teve aí o seu Waterloo. O bravo defensor de Porto Alegre, Brigadeiro Cunha, irá encontrar a morte no combate de Santa Vitória, ano seguinte, bem como o Brigadeiro Calderón, em um ataque apoplético, em reconhecimento das margens do Jacuí.

Brilharia a estrela do Major José Joaquim Andrade Neves em nossas lutas externas contra Oribe

e Rosas (1851-52) e contra o Paraguai, quando se consagrou como um dos grandes vultos de todos os tempos da Cavalaria Brasileira.

Os soldados imperiais presos no Rio Pardo eram, em sua maioria, paulistas. Libertados pela República, voltaram para São Paulo, via terrestre (Vacaria-Lajes-Sorocaba). Mais tarde, paulistas integraram divisões, ao comando do Brigadeiro Xavier da Cunha e, depois, de Labatut, contra a República Riograndense.

A Arte Militar republicana no combate do Rio Pardo

No combate do Rio Pardo os republicanos assim observaram os Princípios de Guerra:

— *Objetivo*: Junto com o objetivo, foram definidos ataques simultâneos das alas imperiais, com envolvimento respectivo, acompanhados de uma penetração no centro. Esta foi conseguida de modo pioneiro, rápido e eficaz, com o emprego de reserva.

— *Surpresa*: Não foi caracterizada significativamente, a não ser antes do combate, quando os republicanos se infiltraram no Rincão del-Rey sem serem percebidos e, na primeira oportunidade, cortaram a retirada terrestre imperial para Santo Amaro, via Ponte do Couto. Não houve a surpresa que Alencar Araripe assim referiu em 1881: "Atacaram inesperadamente

o Rio Pardo, do qual se apoderaram, após mortífero combate".

— *Ofensiva*: Pode ser caracterizada pela conquista e manutenção da iniciativa das ações pelos republicanos, até imporem, de modo relâmpago, sua vontade ao adversário. Atacaram em toda a frente, e sempre. Foram ao encontro dos imperiais, Coxilha do Barro Vermelho acima, sendo que, contra a Infantaria e a Artilharia, lançaram a Infantaria mais a Cavalaria. Atacaram sempre a clavinote, a espada e a lança. O número de 370 imperiais mortos atesta o espírito ofensivo dos republicanos, bem como a desorganização geral que promoveram no dispositivo imperial, o qual ruuiu logo ao primeiro combate.

— *Manobra*: Através de movimentos rápidos, seguros e coordenados, os republicanos colocaram seus meios em posição vantajosa em relação aos imperiais. Para apoio ao movimento de penetração no Quadrilátero, construíram até uma ponte. Conseguiram, em pouco tempo, inverter a situação privilegiada imperial, que se pôs em terreno dominante e favorável à Infantaria, a primeira vista inexpugnável. O que caracterizou a manobra foi a simultaneidade dos ataques de desbordamento das alas com a ruptura inicial do centro, a carga da reserva, a base de Cavalaria. Outro momento foi quando Canabarro lançou a tropa de Encruzilhada sobre a Cavalaria Imperial, assegurando, ao Corpo de Lanceiros, ganhos de tempo pa-

ra desviar-se de uma Sanga, a nado, para, em seguida, lançar-se sobre o flanco adversário.

Caracteriza também a manobra a judiciosa combinação de Armas Cavalaria-Infantaria, na ala direita e centro republicano.

— *Massa*: Os republicanos foram mais fortes nos pontos decisivos (a Ala Direita Imperial, à base de Cavalaria) e no Centro, contando com apoio da Reserva. Sobre a ala foi lançada a Divisão de Crescêncio integrada por unidades de escol, afeitas as ações de choque. A 1ª Divisão, integrada pelos legendários e experimentados Crescêncio, Canabarro, Teixeira Nunes e Amaral, por si, caracteriza o princípio da Massa.

— *Economia de Meios*: Consistiu na distribuição judiciosa e compatível dos meios disponíveis entre a ação principal (ala esquerda) e as ações secundárias (Centro e Ala Direita) e a reserva, que foi decisiva para apressar a vitória. À ação Principal foram dados meios suficientes, sob a liderança de chefes de grande valor e experimentados (Canabarro, Crescêncio, Teixeira Nunes e Amaral). As ações secundárias receberam meios compatíveis, com dosagem adequada de Cavalaria mais Infantaria.

— *Segurança*: Caracterizada pelos ataques da esquerda e centro imperiais terem sido executados com apoio de Infantaria, por terem de enfrentar Infantaria em posição defensiva e em terreno dominante.

Outra preocupação de Segurança foi o atacar na direção contrária à da única possibilidade de retraimento terrestre, em caso de insucesso, ou seja, pela ponte do Couto.

A maior caracterização da Segurança foi constituir-se reserva compatível, à base de Cavalaria que, lançada em momento propício, acelerou a vitória. Constituiu Segurança as informações e o reconhecimento que os republicanos fizeram do dispositivo imperial, no Barro Vermelho.

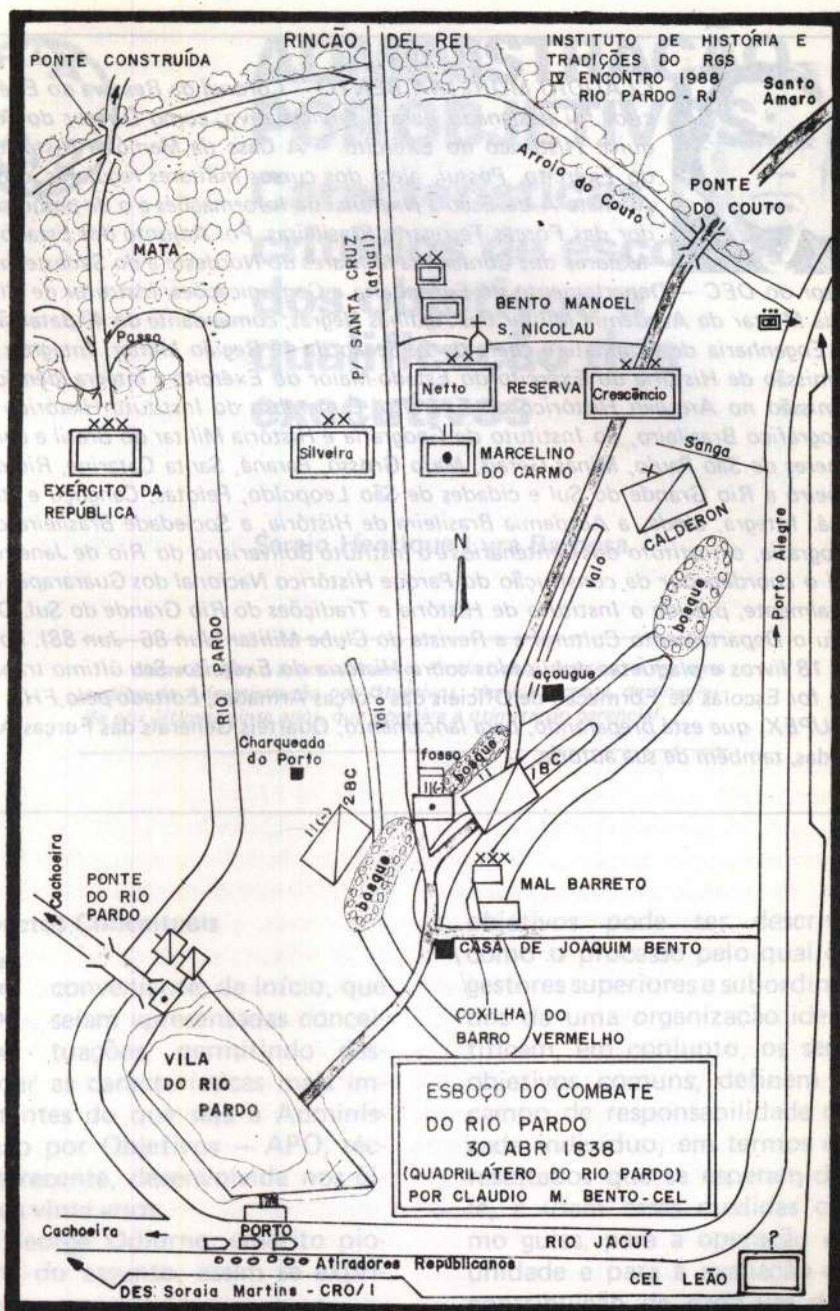
— *Simplicidade*: Conclui-se que a manobra foi simples e transmitida aos executantes com clareza. Cada divisão fez a sua parte com eficiência e eficácia. Foi um ataque em cada ala, concomitante com um ataque decisivo no centro imperial, usando a reserva republicana.

Conclui-se que os executantes entenderam bem as ordens. Viu-se, com frequência, o uso do clarim para ordenar ataques.

— *Unidade de Comando*: Toda a operação subordinou-se a Bento Manoel. A execução da mesma foi descentralizada.

— *Caracterização da Manobra republicana*: A Manobra que culminou com a estrondosa vitória do Rio Pardo foi uma manobra ofensiva do tipo central, na modalidade de penetração, seguido de duplo desbordamento das alas.

As direções do ataque foram divergentes. Sua amplitude foi tática.





CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Coronel da Reserva do Exército, foi designado para o serviço ativo, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército — A Casa da Memória Histórica do Exército. Possui, além dos cursos militares regulares, o de Analista A da Escola Nacional de Informações e o de pesquisador das Forças Terrestres Brasileiras. Foi Adjunto dos Estados-Maiores dos Comandos Militares do Nordeste e do Sudeste; assessor do DEC — Departamento de Engenharia e Comunicações; Instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras; comandante do 49º Batalhão de Engenharia de Combate e chefe da 2ª Seção da 1ª Região Militar. Integrou a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército e integra idêntica comissão no Arquivo Histórico do Exército. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e cidades de São Leopoldo, Pelotas, Canguçu e Itajubá. Integra, ainda, a Academia Brasileira de História, a Sociedade Brasileira de Geografia, o Instituto dos Centenários e o Instituto Bolivariano do Rio de Janeiro. Foi o coordenador da construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e, atualmente, preside o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Dirigiu o Departamento Cultural e a Revista do Clube Militar (Jun 86—Jun 88). Possui 18 livros e plaquetas publicados sobre História do Exército. Seu último trabalho foi Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas, Editado pelo FHE — POUPEX, que está preparando, para lançamento, Quartéis Gerais das Forças Armadas, também de sua autoria.



ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS: Características, critérios de escolha dos objetivos e qualificação dos executivos

Sergio Henrique Lyra Barbosa

Neste artigo, o autor apresenta fundamentos teóricos e faz uma análise da Administração por Objetivos, técnica recente, desenvolvida nos últimos vinte anos, que objetiva a otimização gerencial.

Aspectos Conceituais

É conveniente, de início, que sejam apresentadas conceituações, permitindo desvendar as características mais importantes do que seja a Administração por Objetivos — APO, técnica recente, desenvolvida nos últimos vinte anos.

George Odiorne, emérito pioneiro do assunto, assim se expressa:

“O sistema de gestão por

objetivos pode ser descrito como o processo pelo qual os gestores superiores e subordinados de uma organização identificam, em conjunto, os seus objetivos comuns, definem o campo de responsabilidade de cada indivíduo, em termos de resultados que se esperam dele, e usam essas medidas como guias, para a operação da unidade e para a avaliação da contribuição de cada um dos seus membros” (9:89).

Já a posição acadêmica do professor norte-americano Dale McConkey foi assim exposta:

“Gerência por objetivos pode ser definida como um método administrativo de planejamento e avaliação, no qual são estabelecidos objetivos específicos para cada gerente durante um ano, ou outro período de tempo, tendo como base os resultados que cada um deverá obter dentro do quadro dos objetivos globais da companhia. Ao final do período estabelecido, os resultados são avaliados em confronto com os originais, ou seja, com os resultados esperados de cada gerente” (8:21).

Paul Mali enalteceu este processo gerencial da seguinte maneira:

“É uma estratégia de planejamento e de obtenção de resultados na direção que a gerência deseja e necessita obter, ao mesmo tempo em que atinge os objetivos e necessidades de seus participantes. Na sua forma mais simples, procura fundir os planos individuais e as necessidades dos gerentes em direção a uma realização de larga escala dentro de um período específico de tempo” (7:1).

Contudo, é de Peter Drucker, primeiro a empregar a expressão

que batizou a técnica — administração por objetivos — a definição mais entusiástica:

“Toda empresa deve criar uma verdadeira equipe e reunir esforços individuais num trabalho comum. Cada membro da empresa contribui com uma parcela diferente, mas devem contribuir todos para a mesma meta comum. Seus esforços devem ser exercidos numa só direção e suas contribuições devem combinar-se para produzir um todo — sem lacunas, sem atritos, sem a desnecessária duplicação de esforços. A APO exige grande esforço e instrumentos especiais, pois, numa empresa, os executivos não são automaticamente dirigidos para o objetivo comum” (4:175).

Resumindo, podemos reunir os conceitos mencionados com vários outros de autores também renomados, e apresentar uma definição simples e sucinta que explicita todos os parâmetros fundamentais da APO: é um método de planejamento administrativo, baseado em indicadores quantitativos, onde todos os membros da organização, superiores e subordinados, escolhem pontos prioritários, estabelecendo daí *objetivos* a serem alcançados, dimensionando as respectivas *metas* individuais e procedendo, sistematicamente, ao acompanhamento do desempenho global.

Entenda-se, aqui, como meta, um objetivo parcial ou intermediário que canaliza o caminho para o atingimento do objetivo definitivo.

Requisitos para aceitação da técnica

Neste estágio, podemos já alinhar situações que predispõem o leitor a admitir como aceitável o processo administrativo que está sendo apresentado. São elas:

- a concorrência crescente nos dias de hoje, em todos os ramos de atividades, conduz à otimização dos recursos humanos e dos recursos materiais, e requer seu emprego nos setores que contribuam para o desenvolvimento da empresa e para a obtenção de resultados;

- há a necessidade atual de identificar opções frente às situações que surgem com a acelerada frequência das mudanças e que oferecem a chance de melhores resultados;

- a apresentação clara e precisa das metas a serem atingidas é um pré-requisito ideal para a ação eficaz;

- a moderna ciência do comportamento humano, "o behaviorismo", nos revela que a participação na definição dos objetivos e metas é o elemento fundamental à maior produção e produtividade;

- os esforços dispendidos conduzir-se-ão, indubitavelmente, em uma mesma direção, se houver a

integração dos diversos componentes da organização;

- a constatação do crescimento acelerado das organizações levam à busca de uma sistemática organizacional, de modo a manter a coerência e a unidade do todo;

- há a necessidade de se liberar os executivos mais graduados, para que tenham tempo para as tarefas mais criativas, capazes de levar a organização para uma atitude de antecipação, ao invés de uma posição de espera; e

- há a necessidade de avaliar, permanente e objetivamente, em que medida os resultados da atividade estão sendo alcançados para que se estabeleça constantemente a realimentação corretiva.

O professor Idalberto Chiavenato fez uma síntese dos óbices que podem ser encontrados quando se aplica a APO como técnica administrativa e que merecem ser mencionados para que possa ser abordada, no momento oportuno, a maneira mais apropriada de contorná-los. São eles os seguintes: — "a APO é melhor empregada em empresas mecânicas de tecnologia competentemente administrada"; ou então — "é um programa ineficaz quando aplicado onde as condições são rapidamente mutáveis e os papéis envolvam conflitos e ambigüidade" (3:215).

Um primeiro contorno interessante encontramos em Drucker, quando aborda a avaliação que cada indivíduo deve realizar quando

da consecução dos objetivos de sua organização:

"Devereis constituir um hábito constante, fornecer aos administradores meios claros e conhecidos de medição em todos os setores principais da empresa. Tais medidas não precisam ser quantitativas, nem mesmo exatas. Porém, devem ser claras, simples e racionais. Devem ser de confiança, pelo menos até o ponto em que a margem de erro seja reconhecida e compreendida. E, por fim, devem ser evidentes, compreensíveis, sem precisar de complicadas interpretações, nem discussões filosóficas" (5: 482).

Outrossim, existe um pressuposto de íntima colaboração e entendimento entre os chefes e seus subordinados na empresa, caso contrário, é duvidoso o êxito na consecução dos seus objetivos.

A processualística do planejamento

Os autores que tratam da APO alertam que essa técnica não pode ainda prescindir de um cuidadoso planejamento integrado.

A preocupação inicial é com um planejamento organizacional, que deverá ter estabelecida a melhor arrumação dos diversos recursos disponíveis e definidos os dispositivos de realimentação e con-

trole que servirão para corrigir, adequada e oportunamente, os desvios. A esse planejamento deve ser incorporado o planejamento individual ou grupal.

Existem imagens turvas a respeito dos objetivos que uma pessoa acha interessantes, ou um grupo considera válidos, baseados em valores subjetivos quase sempre vagos e pouco explícitos. Aqui é que, na realidade, se encontra a dificuldade maior do processo, isto é, a de clarear os objetivos individuais ou grupais e, em seguida, estabelecer o mecanismo integrador entre esses objetivos e os da organização, para que se alcance a fusão dos planejamentos organizacional e individual ou grupal.

O planejamento organizacional, em termos de APO, deve obedecer a um modelo simples e racional como o que se segue.

Partindo-se da filosofia, que deve emoldurar toda a atividade administrativa, estabelecem-se os valores, as motivações, as necessidades e os conhecimentos que devem nortear a atuação dos executivos principais e que gozam de plena aceitação dos acionistas. Daí fluem, espontaneamente, a finalidade da organização (sua razão de ser) e as políticas para a sua consecução.

Em seguida, parte-se para a formação de um banco de dados contendo Informações e Pressupostos sobre: a atividade da empresa; os recursos humanos, finan-

ceiros e materiais; a estrutura da empresa; o clima organizacional; o mercado e a concorrência; a legislação pertinente; e a tecnologia disponível. Os pontos fortes e as deficiências organizacionais devem surgir nesta fase e são fundamentais para se compor um planejamento eficiente. Portanto, a partir de um núcleo central de informações precisas e organizadas é possível se definir os objetivos-tentativa, isto é, uma primeira aproximação dos objetivos, ainda carentes de análise mais aprofundada, mas que se tornarão definitivos quando confrontados com os obstáculos e as facilidades, e estabelecidas as estratégias para sua implementação. Pode-se, agora, definir as metas das unidades e dos indivíduos componentes da estrutura estipulada, ou melhor, determinar qual a contribuição que cada um deve dar para o sucesso da organização. O fato de se ter objetivos e metas, no entanto, não basta para garantir que se tornem realidade. É mister que os planejadores os tornem intelegíveis, e que sejam imprescindíveis e aceitáveis. O plano elaborado deve primar pelo realismo e pela simplicidade, eliminando-se a sofisticação e o palavreado hermético, só compreensível para iniciados, pois, afinal, são pessoas mais simples geralmente que irão executá-lo. A ação, ou seja, a execução do que foi planejado é então iniciada. O executivo ou o administrador, qualquer que seja o seu nível, não tem responsa-

bilidade limitada apenas à elaboração do plano. Eles devem, também, ser responsáveis pela ação, seja ela bem sucedida ou não. Devem-se incomodar com os resultados, o produto final, que é, efetivamente, o que interessa à organização.

Se levar-se em conta que a organização é um sistema aberto, que atua em determinado ambiente e vive em função desse mesmo ambiente, é razoável que ela possua um mecanismo que capte o seu desempenho de forma a mantê-lo, ou alterá-lo, de acordo com as circunstâncias. Então, em função das novas informações ou dos fatos não previstos, pode-se ter que reformular as políticas, as finalidades ou, até mesmo, a própria atitude comportamental dos executivos principais e dos acionistas da organização, tornando obrigatório o replanejamento. O mecanismo em questão é a realimentação, que nada mais é do que a capacidade do sistema poder reajustar sua conduta futura em função do desempenho realizado, devendo esse mecanismo funcionar constantemente, durante toda a ação planejada.

O próximo passo é referente ao planejamento individual ou grupal. Trata-se de um processo que permite a pessoa ou grupo de pessoas clarificarem seus valores, identificarem seus desejos e anseios e fixarem seus objetivos, considerando as exigências organizacionais, e também ambientais, que estão em permanente mutação.

Comparado ao planejamento organizacional, esse planejamento é apenas complementar, de menor envergadura. Entretanto, é conveniente enfatizar sua necessidade, mesmo sabendo-se que, nem sempre, ele é elaborado segundo orientação e cautela preestabelecidas. Seja qual for o modelo sugerido, o importante é que seja também simples. Todos os *experts* são unânimes em definir que tal planejamento implica na existência de um indivíduo ou grupo com suas vontades e necessidades, que avaliam seus próprios valores (liberdade de escolha, existência de alternativas, prazer, ação de presença, padrão de vida etc.) e aquilo que consideram relevante ou irrelevante. E, a partir daí, estabelecem seus objetivos pessoais e a forma de atingi-los.

A inclusão do planejamento individual como parte do planejamento organizacional demonstra uma preocupação social extremamente positiva por parte da organização, refletindo uma tendência crescente, para os anos futuros, de uma maior participação e integração do indivíduo com ela.

O planejamento integrado, isto é, a fusão do planejamento organizacional com o individual/grupal nada mais é do que uma compatibilização entre eles. Existe uma forma concebida pela Universidade norte-americana de Yale que abrange dois pontos essenciais: a organização social e o indivíduo. O primeiro problema analisado

está em verificar que a vida organizacional consiste em se tomar um conjunto de pessoas, individualmente, com capacidade e predisposições diversas, e conseguir envolvê-las em uma atividade cooperativa que contribua tanto para o sucesso da organização como para sua satisfação pessoal. Há que integrar os participantes individuais com a organização apenas tornando claras as características essenciais de cada parte. Assim, na fusão, devem existir dois processos básicos presentes: um que contribua para que a organização atinja seus objetivos, e outro que permita ao indivíduo realizar suas aspirações e ter atendidas suas necessidades. O modelo de Yale tem como destaque a definição do problema em detalhes, identificando os integrantes do processo e apresentando a natureza e a característica dos mesmos. Quanto menos nebulosa for a área relativa aos objetivos, tanto organizacionais como individuais, tanto maior será a probabilidade de integrar o indivíduo com a organização e, portanto, maior o grau de satisfação pessoal e a eficácia organizacional. A tendência prevista para o futuro é de uma participação crescente, fruto de um ambiente social onde os valores democráticos e humanísticos adquirem maior relevância e conduzem à maior integração.

São propostas cinco fases no procedimento da fusão: do diálogo, das reuniões de confrontação, da negociação, da interação de valo-

res e da ação integratória. Tais fases não seguem, *a priori*, uma sequência predeterminada, podendo mesmo ocorrer tudo em uma. Porém, o importante é que se promova o *interface* entre a organização e o indivíduo, de modo que o planejamento fundido possa determinar o que será feito, por quem e quando, garantindo a fluidez da ação decorrente. O *interface* criará, também, novas informações e experiências, isso porque a essência do efeito sinérgico indivíduo/organização permitirá nova compreensão dos fatos e novos conhecimentos.

Como estabelecer os objetivos

Os objetivos são resultados quantificados, previamente estabelecidos, que devem ser atingidos e mantidos durante um período de tempo. Orientam o desempenho, exprimem uma política quantificada e implicam continuidade. Eles atendem a alguns critérios na sua elaboração, quais sejam:

- cada nível hierárquico deve conhecer e compreender as políticas da organização. Portanto, o clima organizacional deve permitir um fluxo de informações ascendente, descendente e lateral com boa fluidez;

- um objetivo de determinado nível deve ser escolhido no sentido de tornar mais provável, mais econômico e mais fácil a realização do

objetivo de nível imediatamente superior;

- deve haver harmonia e integração entre os objetivos dos vários subsistemas organizacionais de um mesmo nível;

- os objetivos devem corresponder às convicções da alta administração da empresa;

- os objetivos devem ser concentrados nas atividades que tenham maior impacto sobre os resultados;

- os objetivos terão que ser específicos, atendendo a três requisitos básicos: o que se deseja, quando se deseja e quanto se deseja;

- os objetivos devem ter uma redação clara e precisa, devendo ser apresentados isoladamente, evitando combinar dois ou mais objetivos em uma só frase;

- os objetivos devem ser sempre um desafio — nem fáceis, nem impossíveis de ser atingidos; e

- os objetivos devem indicar os resultados a serem atingidos, em que quantidade e em que prazos, mas não devem limitar a liberdade de escolha do método.

Os objetivos empresariais devem abordar as chamadas áreas-chaves da APO para darem tranquilidade aos executivos. São elas: a satisfação dos clientes, a inovação, a posição no mercado, a produtividade, os recursos financeiros e materiais, a eficiência, a atitude dos subordinados e a responsabilidade pública. Os objetivos individuais ou grupais, por sua vez, seguem critérios orientadores seme-

lhantes aos empregados para os objetivos organizacionais, acrescentando-se, apenas, o seguinte: a escolha pessoal, apresentação escrita, curto alcance, dentro da lealdade e da ética, amarrado a realidade e com prazos determinados.

Considerações Finais

Dois aspectos básicos se destacam na apreciação das técnicas da APO — a imprescindível motivação de chefes e subordinados da empresa e o caráter sistêmico vinculado a sua implementação. O primeiro constitui-se em um ponto crítico de aplicação da APO, já que é desejável que os elementos da organização se engajem no processo, pois, do contrário, os resultados esperados provavelmente se frustrarão. O outro aspecto se prende à noção de sistema, onde a organização é vista em constante interação com o ambiente, influenciando e sendo influenciada por ele.

A APO é, portanto, um método global que diz respeito às técnicas de direção e administração, como também às pessoas, levando em consideração os aspectos internos e externos das organizações. É de fundamental importância considerar-se o ambiente interno da empresa (instalações físicas, recursos humanos, tecnologia disponível etc.) bem como analisar-se o externo (clientes, demanda, concorrência, mercado etc.). A verificação do grau de interdependência dos vá-

rios fatores desses ambientes, além de suas múltiplas interações e influências, se verifica durante todo o processo. Os executivos de uma APO deverão estar atentos às observações supracitadas.

Na realidade, a abordagem sistêmica no trato com a APO busca a explicitação de papéis, de objetivos e de valores do indivíduo e do grupo. No processo de integração indivíduo/organização, definem-se, não só os verdadeiros objetivos organizacionais, mas também a conceituação para os próprios gerentes, do que eles efetivamente desejam. Quanto mais clareza houver nos papéis e objetivos, tanto individuais como organizacionais, bem maior será a integração do indivíduo com a organização. A abordagem sistêmica leva em consideração, também, que os objetivos individuais ou grupais adquirem crescente relevância e deverão, deliberadamente, ser considerados na própria formulação dos objetivos organizacionais. Utiliza, para tanto, dentro de uma seqüência preestabelecida, um conjunto de técnicas específicas visando a integração do planejamento organizacional com o planejamento individual.

A complexidade da APO está justamente nos seus fundamentos e em sua filosofia norteadora, exigindo dos executivos a familiarização assídua com as técnicas de planejamento em desenvolvimento, principalmente na classificação dos objetivos individuais.

Contudo, os adeptos da APO

têm consciência de que é na reorganização, na integração e na reconceitualização dos elementos já conhecidos, e na elaboração de novos instrumentos de caráter operacional, a partir do modelo teórico habilmente estudado, que se permitirá a otimização gerencial, ao mesmo tempo em que serão criadas as condições básicas para o crescimento da organização, tornando as incertezas e os óbices que sempre aparecerão.

BIBLIOGRAFIA

1. ACKOFF, Russell L. *Planejamento Empresarial*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1974.
2. BECKHARD, Richard. *Desenvolvimento*

Organizacional: estratégias e modelos. São Paulo, Edgard Blücher, 1972.

3. CHIAVENATO, Idalberto. *Administração de Empresas: uma abordagem contingencial*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1982.
4. DRUCKER, Peter F. *Prática de Administração de Empresas*. 4. ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1970, v. 1.
5. DRUCKER, Peter F. *Administração, Tarefas, Responsabilidades, Práticas*. São Paulo, Pioneira, 1975, v. 2.
6. HUMBLE, John W. *Como melhorar os resultados da empresa*. São Paulo, Management Center do Brasil, 1970.
7. MALI, Paul. *Managing by Objectives*. New York, John Wiley, 1972.
8. MCCONKEI, Dale. *Gerência por Objetivos*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1972.
9. ODIORNE, George S. *Gestão por Objetivos*. Lisboa, Clássica, 1972.
10. NEWMAN, William H. *Constructive Control*. New Jersey, Prentice-Hall, 1975.
11. TAYLOR, Bernard & LIPPITT, Gordon L. *Management, Development and Training Handbook*. Maidenhead, McGraw-Hill, 1975.



e Mérito Santos Dumont.

SERGIO HENRIQUE LYRA BARBOSA – Capitão-de-Mar-e-Guerra. Além dos cursos de carreira, incluídos os da Escola de Guerra Naval (Comando e Estado-Maior e Superior de Guerra Naval), possui os de Relações Internacionais (Extensão), da Universidade Nacional de Brasília (UNB), e de Administração (Bacharelado), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além da Medalha Militar de Ouro, é portador das medalhas do Mérito Marinheiro, Mérito Tamandaré



D. PEDRO II, O SEU REINADO E O ADVENTO DA REPÚBLICA

F. Silveira do Prado

Transcrição de conferência proferida, pelo autor, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), em 24 de março de 1987.

Aborda, com elegância, clareza e concisão de linguagem, os principais acontecimentos que marcaram o 2º Império e, dentro deles, esboça o perfil de D. Pedro II, por meio do qual explica sua ação de governo.

A Defesa Nacional selecionou o trabalho para publicação nesta edição para, revivendo a história do Império e da Proclamação da República, cuja efeméride se insere neste bimestre, promover reflexões sobre o atual momento histórico nacional.

D. PEDRO II, ORIGENS E FORMAÇÃO

No dia 2 de dezembro de 1825 D. Pedro I subia o outeiro da Glória para ir dar graças a Deus pelo nascimento, nesta data, do seu filho D. Pedro de Alcântara.

Ele veio à luz no Paço da Boa Vista, em São Cristóvão, sendo, portanto, carioca suburbano, mas era parente consanguíneo de quase todas as famílias reinantes na Europa.

Os avós foram Francisco I, Imperador da Áustria, e el-rei D. João VI, o monarca que elevava a

“Cidade Maravilhosa” — por mais de uma década — à capital do “ilustre reino lusitano”.

Ainda não contava nove meses, ele já era reconhecido herdeiro presuntivo do trono.

Com um ano e dias fica órfão de mãe, a Imperatriz D. Carolina Josefa Leopoldina e, a 7 de abril de 1831, o pai abdica, em seu favor, a coroa do Império e parte para a Europa.

Aos 5 anos era aclamado Imperador. Ganhou um trono, mas — como se disse — perdeu o lar paterno, passando a viver o drama dos menores enjeitados.

D. Pedro I morre em Lisboa e ele fica em completa orfandade aos 9 anos. Este fato e o de ter voz fina, o tornaram constrangido e tímido. Ainda por cima, aos 18 anos incompletos, sofre uma decepção nupcial: casa-se com princesa diferente do belo retrato recebido, baixa e claudicante de uma perna, a virtuosa D. Tereza Cristina.

A orfandade, o defeito da voz, e o casamento sem amor o vieram privar dos afetos essenciais, tanto que num dos seus versos, declarou: “Coube-me o mais funesto dos destinos”.

D. Pedro II puxou ao ramo materno.

Sua vocação era para o magistério, as ciências, as letras, as coisas do espírito.

No desempenho das funções de Soberano, porém, tornou-se um escravo, escravo do dever, e assim

carregou a sua cruz de governante a vida inteira.

Não cursou nenhuma escola. Não prestou exame, nem recebeu diploma algum. Seus estudos foram feitos dentro mesmo do Palácio Imperial, onde vivia ilhado, assistido pelo médico, o Dr. Jobin, e recebendo lições de escolhidos mestres.

Desta forma, rei sob medida, foi moldado nas regras do bom tom e da etiqueta.

O pai o queria “patriota, homem de honra”, e o tutor, um “monarca bom, sábio e justo”. Os educadores conseguiram torná-lo, de menino enfermigo, amarelinho e tímido — num belo moço, robusto e desempenado, como mostra o retrato no final deste artigo.

Para sublimar as frustrações muito influiu a convivência diária com o Frei Pedro de Santa Mariana, o venerando perceptor, e a Camareira-mor, D. Mariana Carlota Verna de Magalhães Coutinho. Ambos o ajudaram a ser modesto, atencioso, e incutiram-lhe a moderação, o jeitinho que é o sal da terra brasileira.

O pai do Visconde de Taunay, entre os outros professores, despertou-lhe a sede do saber, e o Marquês de Itanhaém, Manoel Ignácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho — substituto de José Bonifácio na tutoria — o advertia com freqüência.

“A tirania, a violência da espada, o derramamento de sangue, nunca fazem bem”.

O aprendizado político foi feito graças a Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o Visconde de Sepetiba, e também sofreu a influência do Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, o Mordomo da Casa Imperial.

D. Pedro consagrava todo o tempo disponível ao estudo, elevando os conhecimentos a nível incomum, e foi isto que lhe deu resignação, encheu o vazio da existência e dignificou-lhe a vida.

Fez-se poliglota, astrônomo amador e foi um dos brasileiros mais eruditos do seu tempo. A cultura adquirida possibilitou-lhe exercer a liderança entre os estadistas, assim como explica a longa duração do seu reinado.

Em 1840, com a antecipação da Maioridade, termina a época tempestuosa da Regência, que vinha exercendo o governo em nome do monarca.

A 23 de julho D. Pedro II iniciou o seu governo.

E assim, aos 15 anos incompletos “pelos acasos da fortuna e do nascimento” — como disse — achasse Senhor quase absoluto de imenso Império onde cabem todos os países da Europa. Eram oito milhões e meio de km², divididos em 18 Províncias, formando arquipélagos de canaviais e fazendas de criação.

Mas, com D. Pedro II, o Brasil começa a ser governado por brasileiro.

D. PEDRO II, O SEU REINADO

1ª Fase — Revoluções

De início o 2º reinado teve de fazer face ao caudilismo e aos pruridos separatistas das Províncias.

Os políticos desencadearam uma série de revoluções de alto a baixo do País.

Luiz Alves de Lima e Silva, mais tarde o Duque de Caxias, em 1841, pacifica o Maranhão, talado por onze mil “balaios”; no ano seguinte, as Províncias de São Paulo e Minas Gerais e em 1845 põe termo à revolução dos “Farrapos”, integrando o Rio Grande do Sul na comunhão nacional.

Em 1847, foi instituída a Presidência do Conselho de Ministros, iniciando-se o parlamentarismo à moda inglesa.

Dois anos depois, com o término da revolução praieira, encerra-se o ciclo das lutas fratricidas.

Havia o Império, pela espada de Caxias, sufocado o espírito de revolta e feito a unificação da pátria.

2ª Fase — Guerras

Dom Juan Manoel Ortiz de Rosas, o ditador da Confederação Argentina, pretendia anexar o Uruguai e o Paraguai, visando a reconstituir o Vice-Reinado do Prata.

Para isso, manteve Montevideu sitiada pelas forças de Manuel Oribe e, estas, em suas tropelias, co-

metem morticínios e arrebanham centenas de milhares de gado em território brasileiro.¹

"Rosas" — segundo o historiador paraguaio Manuel Rodrigues — "hacia clavar cabezas humanas en picas y las mandaba exponer en plazas y caminos", e "Oribe confiscava los bienes de los unitarios, los degollaba como a perros".²

Vinte mil brasileiros, sofrendo escaramuças e tocáias, marcham 500 km e chegam a Entre Rios. Oribe capitula e Rosas é derrotado na batalha de Monte Caseros — onde brilhou a Divisão Brasileira.

Em 1853 D. Pedro inspira a política de conciliação, produzindo salutar trêgua interna. Tenta Mauá mudar a face colonial do País, implantando indústrias e serviços vistos lá fora, mas faltou-lhe apoio do governo para vencer a concorrência estrangeira.

Francisco Solano Lopes, o ditador do Paraguai, por questões de limites e navegação, leva o Brasil a uma guerra que durou de 1865 até 1870, porque D. Pedro II só admitia a paz com a prisão ou o desterro daquele Marechal.

Os paraguaios haviam saqueado a Cidade de São Borja e depredado a de Uruguaiana. Sitiados aí cinco mil, o Imperador lhes evitou o massacre. Enormes prejuízos foram causados também em Mato Grosso, mas o Brasil abriu mão das

reparações e restituiu os troféus da guerra.

A República instituindo arbitramento — é certo — iria evitar hecatombes inúteis, amortecer rivalidades internacionais e resolver pacificamente as questões lindesiras.

Com o gradual afastamento imperial dos negócios públicos, o regime, que ele personificava, também entrou em declínio, ocasionando diversas crises e questões.

Crise Social

A sociedade baseava-se no trabalho servil, sendo, os escravos, simples mercadorias, objeto de compra e venda.

Estampas de Rugendas e Debret mostram mercados humanos no Valongo e na rua Direita, bem próximo ao Paço Imperial.

Acusava-se D. Pedro I pelo tardio desenlace dessa questão.

De um lado — o Imperador sofria forte pressão interna e estrangeira — por outro, tinha em mente o assassinato do Presidente Lincoln ocorrido em 1865. Parente seu, o Imperador Alexandre II, da Rússia, também fora morto por haver abolido a escravidão em seu país.

Daí o receio expresso nas leis paliativas, as ausências do Sobera-

¹ P. Calógeras — "Formação Histórica do Brasil" — Bib. do Exército — pg. 290.

² "El Alma de la Raza" — Casa Editora de Candido Zamphilopolos, Assuncion, 1918, p. 66 a 68.

no nos momentos decisivos, o marca-passo na abolição.

O Paraguai, em 1869, abolia a escravidão "para a nação ser guiada pela estrada da civilização", mas, os brasileiros — seus inspiradores — teriam de ser o último país a fazê-lo.

A 28 de setembro de 1871, foram declarados livres todos os nascidos no Brasil e criado um fundo de emancipação para extinção gradual do cativo.

Entretanto, ainda em 1883, eis como se executava uma sentença de 200 açoites em praça pública. Narra José Feliciano de Oliveira em seu livro "Os Pais da República": "Amarrado a uma escada o pobre negro berrava com o dorso e as nádegas em sangue, lanhados pelo azorrague".

Só três anos depois seria abolida esta horripilante pena.

Tudo era fruto da época — é certo — mas o retardamento indefinido do problema, ia causando trágicas consequências: administradores de fazendas eram mortos por maus tratos infligidos a escravos e estes, retirados das cadeias e trucidados, como aconteceu em Valença, Rezende e Rio Bonito, "com afronta à lei e à civilização", segundo o Presidente fluminense José Leandro Godoy e Vasconcellos.

O Exército esquivava-se a prender "os pobres negros que fugiam à escravidão" e então os cativos

desertam as fazendas e engenhos. Dez a doze mil descem a Serra de Cubatão e são acoitados em Santos.

O êxodo logo se generaliza e leva o governo a tomar providências definitivas.

A 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, como Regente, subcreve a "Lei Áurea" estinguindo a escravidão.

Realizou-se, desse modo, uma das maiores transformações sociais ocorridas no século — através dos meios legais — enquanto custara aos E.U.A. anos de sangrenta guerra civil, cifras astronômicas e, para Vianna Mogg, nada menos de um milhão de mortes.³

O Brasil assim agindo mostrou ao mundo como resolver questões sociais pacificamente.

A abolição, porém, abalou os fundamentos do Império. A monarquia ficou com os dias contados.

Questão Religiosa

Um ministro passou a intervir nos negócios da Igreja, chegando a proibir a admissão de nocivos, e daí surgirem atritos entre as autoridades civis e as eclesiásticas.

A exigência da placitação das bulas e breves da Santa Sé gerou a questão episcopônica, sendo condenados dois prelados a vários anos de prisão com trabalho, e recolhidos a fortalezas.

³ "Bandeirantes e Pioneiros" — p. 200.

Como não havia lei fixando o crime e a pena, isto provocou enorme celeuma, e o Papa foi acompanhado em seus ressentimentos por todo o clero.

O Imperador comutou a pena para prisão simples, mas foi Caxias, o Chefe do Gabinete, quem impôs anistia, pacificando o mundo católico.

Desse modo, abalado ficou também o alicerce moral da monarquia, cuja Constituição considerava "sagrada" a figura do Imperador.

Questão militar

Caxias, em plena guerra do Paraguai, fora desprestigiado. O ministro da Guerra, um desafeto pessoal, passou a dar ordens diretas a seus comandados, e Zacarias de Góis e Vasconcelos, o Chefe do Gabinete, consentia que o atacassem injustamente pela imprensa que subsidiava.

Com o término dessa guerra — tão prejudicial para o Brasil — o governo ficou às voltas com a tropa prestigiada pelas vitórias alcançadas, e cometeu o erro de procurar enfraquecê-la.

Na Marinha — a da batalha do "Riachuelo" — tudo passou a ser precário, e o Exército da "Dezembrada", falho de meios técnicos e instrução profissional, ficou sem ocupação.

E na época era comum Oficiais do Exército serem sepultados como indigentes...⁴

Homens que se haviam briosamente batido no campo da honra vieram a ser atacados em sua honra pessoal, e foram punidos por se haverem defendido, chegando ao absurdo, a ponto de Conselheiro João Alfredo, em carta a Cotegipe, assim se referir:

... "duvidar que a justiça estivesse ao lado do governo, pois o fato era que alguns militares estavam sofrendo penas disciplinares por atos que uma resolução imperial posterior tinha declarado lícitos".⁵

Os Oficiais, compelidos a "pedir" o trancamento das notas injustas, confiaram ao Marechal Deodoro obter uma solução honrosa.

Mas D. Pedro, desprovido de interesse por assuntos militares, ou porque já fosse — como se disse — a sombra de si mesmo, deixou o apelo de Deodoro cair no vazio, vindo ele a ser demitido da Quartelmeiria do Exército, e destacado, para Mato Grosso, de onde só regressaria muito doente.

Em vão o Marechal Câmara procurava defender os seus camaradas.

Não havia mais a quem apelar, D. Pedro até queria transformar os Oficiais em professores, astrônomos e engenheiros...

⁴ A.J.S. Botafogo — "O Balanço da Dinastia" — Imprensa Nacional, 1890 — pg. 31, 40 e 47.

⁵ Tobias Monteiro — "Pesquisas e Depoimentos" — pg. 157 e 158.

O Exército cumpria o seu fardário, "a triste sina", segundo Calógeras, "de nunca ser compreendido pelos civis",⁶ esquecidos de que muitas vezes ele serviu de barreira humana, sem a qual a pátria e o regime teriam sucumbido.

Hoje civis e militares estão irmanados, mesmo porque uns e outros são responsáveis pela segurança nacional.

O Governo e a Oposição

Ao saber de uma acusação contra si, D. Pedro a atribuiu a engano, porque "o Sr. Euzébio de Queiroz" — disse — "juntava à alta capacidade, maneiras tão delicadas, que o inibiam de ofender a quem não pode reagir".

Situando-se nessas alturas, o Imperador dava plena liberdade aos maldizentes, e por isso, no Parlamento como na Imprensa, foi coberto de baldões, alvo de sátiras cruéis.

Adicionaram-lhe ao nome, o desta eflorescência indefinida estimada pelos símios. Contra a sua majestosa compustura atiraram a pecha de "Cesar caricato".

Semanalmente ele presidia o Conselho de Ministros, às vezes até altas horas, e aos sábados, dava audiência a todos e a todos ouvia com atenção.

A Imperatriz fazia crochê para encher as horas de solidão no Paço, e, muito caridosa, repartia os 96

contos de sua dotação anual pelos necessitados.

Nas viagens ao exterior, o Imperador custeava as despesas, e recusou subvenção sugerida na Câmara. Atribui-se a ele esses dizeres: "Entendo que despesa inútil é furto à Nação".

Cruzadores britânicos vieram cobrar indenização indevida e apresaram cinco navios à vista das fortalezas da barra do Rio de Janeiro, como haviam procedido no porto de Paranaguá em 1850, comprovando a necessidade da força para evitar injustiças.

Embora filósofo, D. Pedro II, não instituiu nenhum sistema de educação no País, quando, nos EUA, ela era universal e gratuita; custeou uma escola de ler, escrever, contar, e tanger — quer dizer — tocar, tocar música, e contribuiu para vários brasileiros estudarem na Europa.

Até 1869, porém, só houve, em todo o Império, uma única escola noturna para adultos.

Só em abril de 1880 abriu-se uma Escola Normal na Corte, e quando o Brasil — já na República — criou a 1ª Universidade, há três séculos já existia a de Haward. Na Argentina a Universidade de Córdoba data de 1613 e no Peru, desde 1551, a de São Marcos.

D. Pedro II muito teria feito pela instrução e, portanto, pelo progresso do Brasil, caso fosse outra a direção dada aos seus estudos.

⁶ Ob. cit; p. 340.

Crise Econômica e Política

Além das crises citadas, concorreram para a queda da monarquia, a econômica e a política.

Nos últimos anos, para dar alento ao regime, procurou-se levantar empréstimos e forjar Câmara liberal quase unânime.

Mas chegara a hora de trocar-se a monarquia constitucional pela República Federativa. O velho sistema centralizado e unitário já prestara os serviços a que fora chamado. As primícias para a mudança já se haviam realizados através do descontentamento gerado entre os fazendeiros, o clero e os militares.

Em 1870 surge o Partido Republicano, investindo contra o poder perpétuo e irresponsável, que Ouro Preto — fora do governo — qualificava de “monstruoso”.

O novo partido deita manifesto em que prega “Reforma ou revolução”.

Com o tempo, se foi agravando a saúde do Imperador — que chegara a tomar extrema-unção na Europa — e aumentando a virulência dos ataques contra o regime.

Para evitar republicanos no Parlamento, as eleições, mesmo as diretas, passaram a ser ainda mais burladas, tornando a representação popular cada vez mais espúria.

Na esteira da corrupção, o recrutamento tornou-se instrumento político. O militar era uma espécie

de bacamarte que se encosta a um canto da parede para a eventualidade da defesa e não o cidadão, como os outros que se especializam.

O Imperador escrevia a Itaboraí:

“... no meio da nossa desmoralização, será difícil desde já reerguer a fé que todos devem ter na marcha regular de nossas instituições”.⁷

E isto não era confessar a falência do regime?

Em 1887, o Dr. Antonio da Rocha F. Leão, Presidente da Província fluminense, em relatório oficial, exarava:

“O País pede uma política econômica, financeira e administrativa que mitigue os males do presente e lhe garanta futuro proporcional à sua grandeza”. E acrescentava: “É necessário adotar um sistema permanente de governo que tenha por mira o progresso”.

Gavião Peixoto, em reunião do Partido Liberal, assinalava “o estado de descontentamento das Províncias, aumentando diariamente as fileiras republicanas”, e já em 1885 Rodrigo Silva declarava:

“Nada mais resta a fazer senão

⁷ A. Celso — “O Visconde de Ouro Preto” — pg. 336.

ir para as janelas ver passar os funerais da Monarquia”.

O Padre João Manoel de Carvalho, no dia 11/06/1889, terminava discurso na Câmara, levantando um “Viva a República”, anunciando, assim, o fim do Império, e no dia 22 a “Gazeta da Tarde” estampava: “Os dias da monarquia estão contados. Os conservadores devem tomar a peito e fazer a transição para a República sem efusão de sangue”.

Ouro Preto, ao organizar Gabinete, expunha ao Parlamento que “as classes sociais se mostravam possuídas de profunda descrença, ou completo desânimo” e acrescentava: “todavia nada ousavam empreender para promover o progresso geral”.

Logo, era preciso alguém ousar fazer alguma coisa para o Brasil sair da estagnação e do atraso.

Ora três próceres do Partido Conservador, “o sustentáculo do Império”, sendo convidados, examinaram-se de organizar Gabinete, obrigando o Imperador a recorrer a Liberais.

Segundo o Visconde, na referida exposição, os do Partido Conservador “se confessaram impotentes para dirigir os negócios públicos.”

E isto não era a abdicação do poder?

O Imperador, a 15 de novembro de 1889 não foi chamado ao Rio, não teve conhecimento exa-

to da situação, nem foi ouvido sobre o emprego da tropa federal, que até se procurava substituir pela Guarda Nacional.

Segundo o seu amigo, o Visconde de Taunay, ele estava cada vez mais alheio aos assuntos políticos...

Ouro Preto telegrafia-lhe, para Petrópolis informando de que “O Governo contava poder conter os insubordinados”.⁸

Quem era o governo?

ADVENTO DA REPÚBLICA

O Exército, então, depõe o Ministério falsificador de eleições. Deodoro, rompendo o conformismo, proclama a República, mas sem derramamento de sangue, sem desacato ao Imperador e à família imperial, nos rumos do “amor por princípio, a ordem por base, e o progresso por fim”.

Ao retirar-se do País — narra um historiador — D. Pedro II, vestido de casaca, chega ao patamar da escada do Paço, estaca um momento e aos soldados que lhe apresentam armas, corresponde cheio de dignidade, tirando o chapéu.

No trajeto, do Paço da Cidade ao cais do embarque, via-se a escolta de honra, atestada pelas barretinas da Cavalaria, e em São Paulo, segundo Francisco Glicério, o povo percorria as ruas dando vivas à República.

⁸ Hélio Vianna — História do Brasil — 3º vol. pg. 94.

Acautelou-se, com elegância, a ida do ex-monarca para a Europa com todas as honras, respeito e deferência, levando a-bordo Ajudante de Ordens, o médico particular, todos os familiares, alguns fidalgos e criados, sendo até comboiado por navio de guerra ostentando a bandeira imperial. Só então — pelo império das circunstâncias — o governo republicano, a 21 de dezembro, expede o decreto de banimento, como mais tarde assegurou a repatriação dos despojos do Imperador e da Imperatriz, que estão na Catedral de Petrópolis “entre visões de paz, de luz e de glórias”, tal como ele queria e manifestou em versos. Acham-se, de modo peregrino, num túmulo de granito bem próximos do lugar onde os plumosos cantores os vinham despertar com os seus gorjeios.

Ali jazem envoltos no “ruço” e cercados de flores, em nobre recanto, onde mal se escuta o suave deslizar do Piabanha...

Antes de concluir, parece oportuno recordar que em 1889 as Forças Armadas, com o véu da discricção, acobertaram o Imperador de possíveis vexames, pois ele já havia sofrido um atentado à bala. O jovem Adriano do Vale disparou-lhe um tiro à saída do teatro Sant’Ana.

O Marechal Deodoro garantiu

a vida de D. Pedro e deu-lhe a mão para descer os degraus do trono.

O Almirante Jeceguai mostrou a conveniência do embarque ser feito de madrugada. Evitava de o ex-Soberano e a família ficarem expostos à curiosidade pública para assistir à partida e, se as manifestações fossem violentas, correria sangue, podendo até vitimar pessoa de sua afeição, mas fracas, ou nulas, lhe haviam de ser penosas aos sentimentos...

E assim foi proclamada a República no Brasil.

O Imperador no exílio declarou: “Lucrei imensamente. Vivo como entendo”.

E “sem um traço de sofrimento, suavemente, imperceptivamente”, diz Pedro Calmon “fugiu da vida”.⁹ Sim, a 5 de dezembro de 1891 deixou ele o cenário deste mundo, libertou-se.

Ao Imperador a República havia concedido o mais elevado subsídio vitalício.¹⁰

E é curioso — D. Pedro achava a República o melhor sistema de governo para o Brasil,¹¹ enquanto Deodoro era monarquista, como manifestou em carta ao sobrinho Clodoaldo da Fonseca.¹²

Metais de igual quilate, ambos constituem exemplos de patriotismo e desprendimento, pois — como disse Hélió Vianna — “poupa-

⁹ Pedro Calmon — op. cit. pg. 303.

¹⁰ Idem, pg. 298 e 301.

¹¹ Idem, pg. 209.

¹² Viriato Corrêa — “História da Liberdade do Brasil” — 2ª edição — Mec/Civilização Brasileira — 1974 — pg. 214.

ram à Pátria os horrores da guerra civil”.

CONCLUSÃO

O reinado de D. Pedro II — como se acaba de recordar — decorreu em sucessivas fases de revoluções, guerras e crises. Nele se fez a unificação da Pátria, a defesa de sua integridade, a ajuda aos povos vizinhos a libertarem-se, e, como

coroamento, a abolição do cativeiro.

E foi a falsificação eleitoral o cancro que o corroeu.

Pelas intenções de tornar o povo feliz e o amor dedicado ao Brasil, D. Pedro II merece que se lhe tribute o respeito devido ao velho Imperador, “cujas virtudes”, segundo Rui Barbosa, “eram muito maiores do que os seus defeitos”.¹³

E as benemerências do Monarca continuaram como faz certo o decreto constante do apêndice.

D. PEDRO II

No início do seu governo
e
no fim.



D. Pedro II

(Retrato extraído do livro de B. Mossé
— D. Pedro II - Imperador do Brasil)

¹³ “Novos Discursos e Conferências” — Livraria Acadêmica Editora — São Paulo — 1933 — pg. 429.

APÊNDICE

DECRETO Nº 5*

“Considerando que o Sr. Dom Pedro II pensionava, de seu bolso, a necessitados e enfermos, viúvas e órfãos, para muitos dos quais esses subsídios se tornara o único meio de subsistência e educação;

Considerando que seria crueldade envolver-se na queda da Monarquia o infortúnio de tanto desvalidos;

Considerando a inconveniência de amargar com esses sofrimentos imerecidos a fundação da República;

R E S O L V E:

Art. 1º — Os necessitados, enfermos, viúvas e órfãos pensionados pelo Imperador deposto, continuarão a perceber o mesmo subsídio, enquanto durar, a respeito de cada um, a indigência, a moléstia, a viuvez, ou a menoridade em que hoje se acharem;

Art. 2º — Para cumprimento dessa disposição se organizará, segundo a escrituração da Mordomia da Casa Imperial, uma lista discriminada quanto à situação de cada indivíduo e à quota que lhe couber;

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões do Governo Provisório, em 19 de novembro de 1889.

Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório, Aristides da Silveira Lobo, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Manoel Ferraz de Campos Sales, Benjamim Constant Botelho de Magalhães e Eduardo Wandenkolk”.



FRANCISCO SILVEIRA DO PRADO – Gen. Div. Reformado – Foi Redator-Chefe da Revista “A Aspiração”, sócio Honorário e Benemérito da Sociedade Literária do Colégio Militar. Iniciou a carreira com a medalha de ouro “Duque de Caxias”, recebida como “prêmio ao mérito por estudo e comportamento”. (Revista Militar Brasileira, agosto de 1936, p. 16 e 17). Na Escola Militar do Realengo, os colegas do 1º

ano o elegeram seu representante no Diretório Acadêmico e no fim do curso foi classificado por merecimento intelectual entre os Aspirantes a Oficial Artur da Costa e Silva e Humberto de A. Castello Branco. Na Escola das Armas (Aperfeiçoamento de Oficiais) obteve nota de aptidão 8,80 (muito bem) e conceito de Oficial culto, enérgico e ativo, dotado de grande honestidade profissional. Diplomou-se em Estado-Maior com menção Bem. Fez curso jurídico com notas distintas e colocou grau em Ciências Jurídicas e Sociais, classificando-se em 1º lugar em sua turma. Escreveu o livro “A Guarda Policial Fluminense”, editado pela Imprensa do Exército. Foi sócio do Instituto Brasileiro de Geopolítica e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. É sócio remido do Clube Militar. Após 36 anos de serviço pediu transferência para a Reserva. Recebeu medalha de guerra e a militar de ouro. É sócio efetivo do I.G.H.M.B. Faz palestras e as publica.

SITELTRA NA VANGUARDA DAS TELECOMUNICAÇÕES MILITARES BRASILEIRAS.



VISTA AÉREA DAS INSTALAÇÕES DA SITELTRA

- Empresa dedicada às Telecomunicações, com ampla experiência, bom desempenho e confiabilidade.
- Sucessora da divisão de Telecomunicações da AEG TELEFUNKEN DO BRASIL S/A.
- Possui uma área de 46.000 m² dos quais 10.980 m² construída. Um quadro de 750 funcionários altamente especializados.
- Tem um dos mais completos laboratórios de desenvolvimento em Telecomunicações.



SITELTRA S.A.

Sistemas de Telecomunicações e Tráfego
Tecnologia AEG-TELEFUNKEN

Rua Tabaré, 551 - 04446 - S. Paulo, SP
Brasil - Caixa Postal 2021 - PABX
521-9011 - Telex (011) 34864 AEGT-BR

Telefunk



ARGENTINA: Modelo exemplar de retrocesso econômico

Ib Teixeira

Reprodução de matéria publicada na revista "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas (Vol 42, Nº 8, de agosto de 1988).

Como sinopse, ela assinala:

"Ascensão, queda e decadência do mais rico país latino-americano. De como uma nação competidora dos Estados Unidos, na área do comércio exterior, vai este ano perder para o Chile. O fantástico poder de destruição da heterodoxia associada ao desregramento fiscal e monetário".

Provoca o leitor a especular sobre os efeitos dos dispositivos econômicos e sociais consagrados pela Constituição de 5 de outubro no processo de desenvolvimento do Brasil.

Antigo vice-reino do rio da Prata, a Argentina se estende por 2.778.417km² com uma população de 31 milhões de habitantes. Seu território se prolonga quase desde trópico de Capricórnio até o pólo Sul, marcado a leste pelo Oceano Atlântico e a oeste pela Cordilheira dos Andes,

onde chega a ter com o Chile uma fronteira de 4.400km. Ao norte, se limita com a Bolívia e o Paraguai, e a nordeste com o Brasil e o Uruguai.

Pela riqueza de seu território, recebeu o nome de Argentina, lembrando-se que prata em latim é *argentum*, sendo seu adjetivo ar-

gentinus. Antigo vice-reino do rio da Prata, o país se tornaria independente em 9 de julho de 1816, quando recebeu o nome de Províncias Unidas do Rio da Prata.

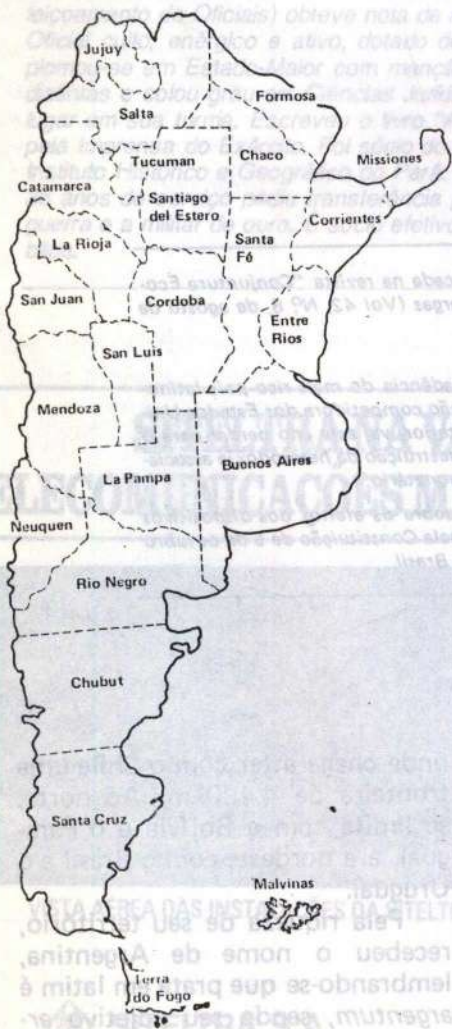
Administrativamente, está dividido em 22 províncias e um Distrito Federal com uma área de

apenas 192km², na qual está a cidade de Buenos Aires, capital do país. A população argentina é uma das que registra menor avanço demográfico na América Latina e em sua esmagadora maioria (72,6%) se concentra na região dos Pampas, onde está a capital federal. Seu grau de urbanização é também elevadíssimo, com 80% dos habitantes vivendo nas principais cidades.

O país sofreu uma grande influência da migração italiana que iria até mesmo alterar a pronúncia da língua, o espanhol. A Argentina é também um dos países latino-americanos de mais alto nível cultural. Sua universidade mais antiga, a de Córdoba, foi fundada em 1613.

Como habitualmente se comenta nos cafés da rua Lavalle, no centro de Buenos Aires, a Argentina é um país de muitos problemas e o maior deles talvez esteja em sua fantástica riqueza. De fato, ironias à parte, ao contrário do que acontece com qualquer "tigre asiático", campeão de crescimento econômico — que vai buscar no exterior quase tudo o que sua indústria transforma — a Argentina é auto-suficiente em tudo.

Sua riqueza começa na pradaria dos Pampas que fizeram o país ficar conhecido como o "celeiro do mundo". Em seu território rico de cálcio, cal e outros nutrientes, eles podem plantar do trigo ao café. Poucas terras são tão favoráveis à lavoura ou à criação do gado. Aliás, seu rebanho, estimado em



50 milhões de cabeças, supera amplamente a população nacional.

Mas a Argentina é também auto-suficiente em petróleo e seu potencial — 30 milhões de kW — é de dar inveja a muita nação rica. Além disso, o país conta com reservas incalculáveis de estanho, cobre, zinco, chumbo, gesso e outros minerais menos cotados.

Com a chegada a Buenos Aires de grandes correntes migratórias européias, no final do século XIX, a Argentina conheceu um fabuloso surto de progresso que se iniciou em 1880 e se projetou até os anos 30. Com os recursos de uma agricultura florescente, sua indústria de transformação foi, por essa época, a mais importante entre os latino-americanos. Grandes navios frigoríficos puderam, pela primeira vez, levar a carne portenha aos pratos europeus e norte-americanos. Outra presença agrícola foi marcada pelo trigo e as frutas.

Nos anos dourados da economia ocidental, a Argentina rivalizou com as grandes potências agrícolas: Estados Unidos e Austrália.

É o que se vê na tabela 1.

Por essa época, no velho mundo, a América do Sul era um pon-

to qualquer do mapa, mas a Argentina era a exceção. "Brasil, capital Buenos Aires", proclamava qualquer "bem-informado" observador internacional. Ainda recentemente nos anos 50, o estádio do Maracanã era conhecido como a obra do século... de Buenos Aires. Considerando-se as disparidades do desenvolvimento, era compreensível o equívoco. Buenos Aires havia inaugurado seu sistema subterrâneo de transporte coletivo — conhecido entre os portenhos como o *Sute*, por volta de 1910. Ou seja, bem antes que os norte-americanos ou franceses tivessem o seu metrô.

Enfim, o coração argentino conhecera a modernidade muito antes que muitas das grandes cidades norte-americanas ou européias. Como era natural, os argentinos orgulhavam-se de "Baires", a maior cidade hispânica do mundo. Ou do teatro Colón, "el mas lindo", ou da avenida 9 de Julio, "la más ancha (larga) del universo".

A crise dos anos 30

Por volta de 1929, a Argentina parecia estar plenamente con-

Tabela 1 — Exportações de cereais — 1923-33

País	Quantidade 1.000 t	% do total mundial
Argentina	3.305	14,8
Austrália	4.267	19,1
Estados Unidos	3.418	15,3

vencida de que acumulara suficiente riqueza e chegara a hora da distribuição. A crise econômica, embora tenha alarmado o setor agrícola, privado de seus tradicionais mercados europeus, não teve o mesmo impacto que o produzido em outros países, como o Brasil. O mercado interno absorvia boa parte da produção de carne e cereais.

Graças a isso, eles imaginavam que, por maior que fosse a crise econômica, maior era a crise política. Militares e políticos, inspirados pelas idéias de Mussolini, pediam um "Estado forte", o que, aliás, muito agradava as massas de imigrantes italianos, cada vez mais numerosas. No governo de Hipólito Irigoyen, antes de 1930, nascia a Yacimientos Petrolíferos Fiscales, empresa estatal gigante e exemplo para toda a América Latina... Só 20 anos depois surgia nossa Petrobrás...

Durante todos os anos 30, sucedem-se os governos preocupados com a ampliação do estado argentino. Traços comuns de todos eles: fraude eleitoral, desregramento financeiro e corrupção. Tudo isso iria prevalecer até a II Guerra Mundial, que surpreendeu os políticos do país fielmente vinculados ao chamado nazi-fascismo. Embora o embrião da atual Organização dos Estados Americanos (OEA), a Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, tenha recomenda-

do em 1943 o rompimento com os países do Eixo, os argentinos não deram ouvidos ao pedido.

Além disso, a idéia de um "Estado forte" totalitário tinha muita força, pois o país começou bem cedo seu processo de estatização. Em 1862, por exemplo, estatizara o Ferrocarril del Oeste, construindo a partir de 1857 pela iniciativa privada. É também um dos primeiros países a manipular o câmbio e usá-lo como instrumento de política econômica.

A economista Ruth Kelly, dos quadros da CEPAL, num interessantíssimo estudo sobre as diferenças entre o comércio exterior da Argentina e Austrália durante 1930 e 1960*, chegou a apontar a política cambial argentina como uma das causas de sua perda de gravitação no mercado mundial, notadamente no mercado britânico, uma espécie de filé mignon dos anos dourados. Enquanto os argentinos, seduzidos pelo poder do Estado, criavam uma comissão de Controle de Câmbios, em outubro de 1931 e posteriormente, em 1933, ditavam novos regulamentos, a Austrália manteve um sistema de câmbio simples, com a libra australiana assegurando a relação de 1,25 com a libra esterlina.

Enquanto a Austrália recorria a um imposto sobre as vendas da farinha de trigo para financiar as subvenções pagas aos produtores, os argentinos criavam um comple-

* El comércio exterior de la Argentina y Australia entre 1930 e 1960. *Naciones Unidas*.

xo sistema de licenças prévias, chegando-se em 1938 à completa abolição do mercado livre para as transações de mercadorias. Como havia diferenças notáveis entre os câmbios vendedor e comprador, os que manipulavam tal sistema logo foram acusados de locupletar-se com seus ganhos.

Segundo os historiadores, este foi um período em que um mar de lama submergiu políticos e partidos políticos. A onda de corrupção chegou a inspirar um compositor popular, Enrique Discepolo, com seu tango *Cambalache* que daria volta ao mundo, na voz de Carlos Gardel:

"Hoy resulta que es lo mismo ser derecho que traidor ignorante, sábio, chorro, generoso o estafador. Todo es igual! Nada es mejor Lo mismo un burro que um profesor!"

Outra causa do seu estancamento em relação ao resto do mundo, e principalmente em relação à Austrália, esteve na política

monetária que foi altamente expansiva no grande país do rio da Prata e francamente recessiva entre os australianos.

Diz Ruth Kelly:

"Outra diferença é que a Austrália se propôs um objetivo especial de distribuição do custo da grande crise em toda a economia. Este objetivo combinou com uma política deflacionária adotada no início dos anos 30, e embora ela tenha suscitado enormes críticas, o fato de haver compartilhado os custos serviu para o aceleração da recuperação."

Entre outras medidas adotadas pelos australianos, estava a diminuição obrigatória dos salários, o que estimulou, segundo a economista, as inversões. A Argentina, ao contrário, preferiu o recurso do imposto de renda cobrado pela primeira vez no país.

Mas como houve uma distribuição muito desigual da carga, o imposto de renda terminou provocando enorme crise, favorecendo

Tabela 2 — Argentina — política salarial justicialista

Ano	Aumento de salários em relação ao ano anterior %	Evolução do custo de vida %
1946	36	19
1947	42	12
1948	36	13
1949	34	32

Fonte: CEPAL.

determinados setores em detrimento de outros.

Enquanto os argentinos buscavam e criavam novos mecanismos de intervenção no mercado, os australianos os rechaçavam energicamente.

Em 1930, uma lei que previa a criação de um fundo federal para o trigo e preços mínimos foi devidamente recusada na Austrália. O mesmo destino teria a legislação para regular as exportações de lã.

Naturalmente, haveria um custo social inicial diferente.

Assim, entre 1932 e 1933, o desemprego australiano bateu os 25%, enquanto na Argentina sempre esteve abaixo dos 5% o que, aliás, fez com que os portenhos continuassem cantando no inverno dos anos 30.

Duas diferentes políticas; dois diferentes objetivos.

Quais? Aparentemente, enquanto os australianos perseveraram no feijão com o arroz, buscando manter uma estabilidade essencial à continuidade de sua vinculação com o mercado internacional, os argentinos, talvez movidos por uma boa dose de arrogância, aspiraram construir uma economia auto-suficiente, bastante complexa voltada "hacia adentro", como queria o dr. Raul Prebisch, com sua meta de substituição de importações. Mas se os resultados das duas políticas econômicas foram terríveis para os argentinos — com sua via heterodoxa — terminaram beneficiando amplamente os aus-

tralianos, que já no final da guerra podiam dançar e tocar: dobravam a renda *per capita* de Buenos Aires. Atualmente, os números são ainda mais tristes para os argentinos, que têm apenas US\$ 2.230 *per capita* para os US\$12.740 do laborioso povo australiano.

A Constituição Justicialista

Quando tudo parecia indicar que a intervenção estatal e seu instrumental econômico seria abandonada em função de seus evidentes maus resultados, surgiu no panorama argentino um obscuro coronel do exército que trocava o comando de um destacamento de montanha na fronteira com o Chile pela política militante. "Mala suerte nuestra" — disse-me em Buenos Aires o grande escritor Jorge Luís Borges.

De fato, empolgando um grupo de oficiais, o coronel Juan Domingo Perón chegava a um ministério geralmente desprezado pelos políticos: o do Trabalho.

Nessa época, dele se aproximava Eva Duarte, e juntos iriam gravitar alguns anos entre os sindicatos argentinos. Quando um grupo militar impôs o afastamento de Perón do Ministério do Trabalho, Evita liderou um movimento popular que o libertaria e traria de volta ao poder. A partir daí, a ascensão de Perón é meteórica. Vice-presidente da República, ministro da Guerra e presidente da República eleito com 55% dos votos.

Tabela 3 — Produto interno bruto *per capita*, 1960-86

País	Dólares de 1986				Em relação percentual aos países da OCDE	
	1960	1970	1980	1986	1970	1986
Argentina	1.943	2.531	2.752	2.378	23,9	16,1
Bolívia	857	1.068	1.268	930	10,1	6,3
Brasil	981	1.382	2.486	2.525	13,1	17,1
Chile	1.853	2.275	2.463	2.306	21,5	15,6
Colômbia	747	926	1.277	1.338	8,8	9,1
Costa Rica	1.171	1.595	2.149	1.949	15,1	13,2
El Salvador	746	971	1.032	889	9,2	6,0
Equador	682	815	1.416	1.353	7,7	9,2
Guatemala	960	1.236	1.613	1.282	11,7	8,7
Guiana	735	869	974	714	8,2	4,8
Haiti	315	289	387	342	2,7	2,3
Honduras	560	703	875	777	6,6	5,3
México	1.327	1.815	2.523	2.496	17,2	16,9
Nicarágua	935	1.390	1.025	862	13,1	8
Panamá	1.063	1.803	2.434	2.531	17,0	17,2
Paraguai	953	1.172	1.964	1.829	11,1	12,4
Peru	979	1.264	1.374	1.249	11,9	8,5
Rep. Dominicana	717	998	1.432	1.316	9,4	8,9
Suriname	1.697	2.198	3.363	2.767	20,8	18,8
Uruguai	2.214	2.421	3.085	2.729	22,9	18,5
Venezuela	2.384	3.066	3.408	2.818	29,0	19,1
América Latina	1.207	1.623	2.289	2.145	15,3	14,5

Fonte: O PIB *per capita* da OCDE em dólares dos Estados Unidos a preços de 1986 foi estimado em US\$10.578 para 1970, US\$13.188 para 1980, US\$14.201 para 1985 e US\$14.740 para 1986. — OCDE, *Main Economic Indicators*, outubro de 1987.

Embora apoiado no exército, o verdadeiro poder de Perón estava na multidão de “descamisados” — operariado industrial —, nos grupos industriais protegidos pelo Estado e nos fabulosos recursos acumulados pelos argentinos com a venda de alimentos durante toda a II Guerra Mundial. Os chamados saldos de exportação.

■ No dia 1º de maio de 1949, a Argentina daria outro passo de

gigante no rumo de seu estancamento econômico: nascia a Constituição Justicialista, com seu famoso artigo 40, de intervenção do Estado na Economia. A partir de então, não havia nada no país que o Estado não pudesse fazer. Até mesmo a comercialização de grãos, que tanta riqueza dera à Nação, passa a ser totalmente controlada pela burocracia estatal. O furor nacionalista alcançava as estradas de ferro, empresas de comunicação,

gás, navegação fluvial etc. Para nacionalizá-las e ganhar aplausos da massa descamisada, o Estado pagava pelas companhias cifras consideravelmente maiores que o seu valor real. Com isso, foram desaparecendo os saldos de exportação.

A intervenção estatal também alcançou universo político e até mesmo a Suprema Corte argentina pôde ser depurada. Em forma lenta e gradual, as liberdades políticas iam desaparecendo na voragem da estatização. Mas Perón também sonhava com uma Argentina forte, e para isso editava dois Planos Quinquenais.

Na teoria justicialista o estado deveria fazer tudo de que a empresa privada era incapaz, e construir um vasto império de indústrias de base. Para consolidar seu poder político, o já então Partido Justicialista colocava seus melhores ativistas eleitorais à frente das empresas do Estado. Foi por essa época que nasceu no país o chamado *San Lunes*.

Ou seja, às segundas-feiras, os

trabalhadores podiam faltar ao trabalho sem que fossem drasticamente descontados em seus salários...

Para acentuar a chamada "distribuição de renda", também se criou um complexo e custosíssimo sistema de previdência social. Aposentadorias precoces, benefícios absurdos e um faraônico sistema de educação e lazer para os trabalhadores eram financiados graças às pesadas contribuições do setor privado. Em pouco tempo, a Argentina conheceria grandes perdas de produtividade e competitividade.

Naturalmente, as cifras de investimento entraram em colapso (tabela 4).

Surge o apelo à ampliação do déficit público, recurso que eles jamais voltariam a abandonar. O país que durante mais de um século coexistira com a estabilidade seria, doravante, presa fácil da inflação e de sua causa primária, a expansão monetária.

Mas nem a farta distribuição dos recursos do Tesouro pôde sal-

Tabela 4 — Argentina — indicadores macroeconômicos em %

Ano	Déficit público PIB	Preços ao consumidor	Desemprego do PIB
1973	6,4	61,2	4,7
1976	9,4	443,2	-2,9
1979	3,5	159,5	8,7
1982	5,1	209,7	-5,3
1985	10,5	285,4	-4,7
1988	9,0	312,0*	—

* Junho 87/junho 88.

var o peronismo. A morte de Evita reduziu ainda mais o poder da sedução caudilhesca de Juan Domingo Perón. Finalmente, em setembro de 1955, o líder descamisado é deposto e abriga-se no Paraguai. Milhares de seus companheiros foram para a prisão e centenas terminaram fuzilados durante a sangrenta guerra civil.

Antiperonistas mas estatizantes

Paradoxalmente, se os militares antiperonistas se deixaram arrastar pelo ódio, sendo intolerantes na esfera política, no campo econômico — salvo períodos bastante curtos — coexistiram harmonicamente com as mais variadas formas de intervenção governamental.

Desse modo, os generais Lonardi, Aramburú, Onganía, Levingston e Lanusse conservaram basicamente os instrumentos intervencionistas do peronismo, como até mesmo ampliaram o rol das empresas estatais na vida do país. A única exceção entre 1955 (ascensão de Eduardo Lonardi) e 1972 (saída de Lanusse e volta do peronismo) foi o governo civil de Arturo Frondizi (1958) que tentou liberalizar a economia através de um conjunto de medidas que incluía a desvalorização do peso, a liquidação das taxas múltiplas de câmbio, a elevação das taxas de juros e a subordinação dos salários à

produtividade. Mas quando finalmente Frondizi começou a desmantelar as empresas estatais que mais contribuíam para o déficit público e pretendeu reduzir o número e o salário do funcionalismo, foi ele também preso e deposto.

Sem dúvida, tal comportamento dos militares foi bastante influenciado por uma série de mitos. O primeiro deles estava no poder dos sindicatos que tornaria impossível qualquer subordinação dos salários à real evolução econômica. É verdade que ainda hoje a concentração espacial da população é fantástica. Em Buenos Aires estão 35% da população do país e provavelmente uns 45% de seu PNB. A burocracia sindical peronista se apoiava em tal realidade.

Os outros mitos que haviam sido carinhosamente cultivados pelo mesmo dr. Prebisch (ver o artigo "Raul Prebisch, da vida para a história", Conjuntura volume 40, nº 5, maio 1986) também mantiveram o *status quo* básico antes e com o governo Perón. De modo que o retorno do caudilho seria inevitável. Quem poderia duvidar de sua vitória nas urnas? Apenas os que ignorassem a "política salarial de Perón no seu período justicialista conforme cifras da Cepal.

Os tempos, porém, eram outros, e o próprio Juan Perón, banhado na experiência que só o exílio político costuma dar, pretendeu retornar à realidade. Mas já era tarde demais. Velho, cansado de guerra, terminou cedendo às

Tabela 5 — Déficit da receita tributária em relação aos gastos públicos — Brasil, Argentina, México (%) 1947-1958

	Brasil	Argentina	México
1947	13	48	41
1948	14	105	50
1949	22	47	21
1950	25	37	5
1951	9	30	+6
1952	16	25	17
1953	25	32	19
1954	11	39	25
1955	15	34	3
1956	28	11	8
1957	24	24	19
1958			27

Fonte: CEPAL.

Tabela 6 — Auge e queda da Argentina em relação ao Brasil e América Latina 1928-1959 — índice 1955 = 100

Ano	América Latina	Brasil	Argentina
1928-29	38	38	53
1932	35	37	46
1940	50	52	62
1945	61	60	71
1950	80	78	90
1951	85	83	93
1952	86	86	87
1953	89	89	92
1954	95	96	95
1955	100	100	100
1956	105	105	100
1957	111	115	104
1958	116	125	107
1959	119	134	101

Fonte: CEPAL.

pressões da burocracia partidária. Surgiu então o Pacto Social apoiado na poderosa Confederação Geral Econômica, dirigida pelo empresário José Ber Gelbard, uma espécie do Plano Austral ou Cruzado. Depois se sucederam outros

pactos sociais. O último deles seria o do general Bignone e do economista Dagnino Pastore. Apenas com uma fugaz interrupção — 1976 os militares tentariam reduzir o déficit público e enfrentar a causa básica da inflação. Assim, re-

conhecendo-se o déficit consolidado como a causa primária da expansão monetária, a gestão econômica pôde reduzi-lo de 14% do PIB (1975) para 3% em 1977. Então a inflação desceu dos 443,2% (1975) para 176%, em 1977.

Até aí durou a resistência ao furor estatal. Subitamente atraídos a uma guerra com o Chile, os militares elevaram os gastos com armas a uns US\$5 bilhões. Além disso, por razões de segurança nacional, ampliaram os investimentos nos setores de energia elétrica, petróleo, telecomunicações etc.

Outros bilhões de dólares foram também queimados em projetos faraônicos como o da gigantesca mineração de ferro de Sierra Grande, na província do Rio Negro.

Pouco antes, grupos privados depois de uma análise de viabilidade haviam abandonado o também chamado projeto de Hipasan. Mas os militares retomaram a idéia e aí despejaram cerca de US\$700 milhões, sem que nada daquilo servisse para algo útil, segundo o testemunho de um ex-ministro da Fazenda.

Enfim, nada mudava em matéria de dispêndio, vale dizer de desperdício público. Em Buenos Aires, um conhecido líder empresarial, na época presidente da Câmara Argentina de Comércio, Armando Braun, diagnosticou a problemática nacional. Disse-me ele:

"Logo após a II Guerra Mundial, montou-se na Argentina uma

estrutura econômica que foi mantida quase sem variações por todos os governos, até mesmo os supostamente monetaristas, que sucederam Perón desde 1955. Graças a isso, o Estado se converteu em industrial, comerciante, prestador de serviços, banqueiro e construtor, com total descuido, porém, de suas funções específicas."

Realmente, com muito mais força e ênfase do que em qualquer outro país latino-americano, exceto Cuba, o governo argentino ainda hoje controla centenas de empresas e atividades como petróleo, gás, carvão, eletricidade, água, ferrovias, metrô, transportes marítimos, aéreos, bancos, seguros, resseguros, siderurgia, petroquímica e comunicações.

Tudo isso em nome da felicidade e do bem-estar geral da Nação.

Quais os resultados dessa cadeia de felicidade? No início do atual governo, as empresas estatais consumiam tudo o que arrecadavam no pagamento do pessoal.

Algumas delas iam muito além disso, como a Ferrocarriles Argentinos, metrô de Buenos Aires, Líneas Marítimas Argentinas, Aerolíneas Argentinas, Flota Fluvial, Talleres de Reparaciones Navales etc.

Naturalmente, cabe ao povo pagar pesada fatura por tanto descontrole. De que forma?

Assistindo ao lento e gradual processo de debilitamento de sua economia.

Em 1970, por exemplo, o PIB *per capita* argentino representava cerca de 24% em relação aos países da OCDE; em 1986, depois de três lustros de experiências heterodoxas mal se aproximava dos 16%. Em 1960, o mesmo PIB *per capita* era quase o dobro do produto da região; atualmente, os argentinos empatam com o PIB regional. Em 1960, o PIB *per capita* argentino (US\$1.943) esmagava o brasileiro com seus pobres US\$ 981; estimativas da OEA, em 1986, já apontavam a superioridade do Brasil: US\$ 2.525 contra os US\$ 2.378 da Argentina (tabela 3). Seu comér-

cio exterior é hoje uma sombra do passado: este ano suas exportações serão menores que as do Chile.

Em poucas palavras: durante décadas e décadas o Estado pretendeu fazer tudo e não fez nada. Depois de sufocar a liberdade econômica pode até mesmo sufocar a liberdade política. Mas foi impotente para opor-se ao estancamento econômico. Enfim, a Argentina é um caso exemplar de modelo econômico que não deve ser esquecido. Como dizia Anatole France, "o passado é a única realidade humana".

A CONJUGAÇÃO INTELIGENTE ENTRE O INTERESSE DO ESTADO E A EFICIÊNCIA DA INICIATIVA PRIVADA



Esse o segredo do empreendimento cujo sucesso representou a solução cabal do grave problema crônico de fabricação de munições de artilharia no Brasil.

A FI é uma empresa privada de capital nacional, que opera instalações industriais da Marinha, sob regime de arrendamento, estando apta a produzir munições na faixa de 35mm a 155mm.



FI INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Esc. Av. Rio Branco, 26 - 8º andar - Rio de Janeiro - Brasil
CEP 20090 - Tel. (021) 233-1188 - Telex (021) 23997 FIILBR

Fáb. Av. Brasil, km 45 - CEP 23000 - RJ - Tel. (021) 394-9797



A EQUAÇÃO QUE FALTOU A SIR WALTER RALEIGH OU É POSSÍVEL TERMOS HISTÓRIA OU INFORMAÇÕES DE RIGOROSA BASE CIENTÍFICA

Francisco Ruas Santos

A complexidade da interpretação do fato histórico é abordada, pelo autor, em múltiplas facetas.

A busca da verdade; os ensaios históricos predominantes para a história de base quantitativa e científica ou informação (nova roupagem da história); a multibrigação, o número incalculável de facetas do fato e a inter-relação destas, ou dos segmentos em que o conjunto se fraciona, são alguns dos aspectos focalizados pela matéria, com a autoridade que sublinha o nome de Ruas Santos.

Sabemos que sir Walter Raleigh, quando preso na Torre de Londres, para ocupar o tempo, resolveu escrever uma história da Inglaterra. Mas, um dia, ao depor como testemu-

nha de um crime cometido no pátio da fortaleza, verificou que havia tantos e diferentes depoimentos quantos os que haviam presenciado o fato criminoso. Como poderia, então, apreciar aqueles fatos

incontáveis de um longo passado inglês que, além disso, não presenciara?

Desistiu, pois, do seu projeto.

O que presenciou Raleigh, quanto ao fato que testemunhara na Torre de Londres, expressa o moderno conceito para Informação: sendo esta uma *variedade caótica de informes*, desta se tem uma *percepção* a somar com outras.

Essa *variedade caótica* coaduna-se com outro conceito de Informação como estrutura multifacetada, de segmentos ou facetas multímblicas e inter-reagentes, o que propicia um número grande de percepções.

Aí está o que é inerente a todo e qualquer *documento*, *definido como conjunto de um suporte contendo dados e/ou informações, capazes de serem lidos e/ou interpretados pelo homem e/ou pela máquina*. Por exemplo, um recorte de jornal, um manuscrito de Ruy Barbosa e a pedra de Rosetta. A caneta esferográfica, com a qual se escreve, tanto quanto a pena, com a qual a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, são documentos, com a *mais valia* de *signo*, que são, por lembrar o portador da primeira e, a segunda, além da Princesa, a Abolição.

Como suportes, todos os documentos têm informações sobre sua factura e origem, além de informes e signos, vale dizer apresentam *sistemas de informação* deles inseparáveis ou sistemas de sinais que, de alguma forma, nos sensibilizam.

Assim, do mais simples ao mais complexo, o documento tem um *núcleo material* ou aparente, em torno do qual giram os dados, informes ou signos que, com esse núcleo, integram o documento. Tais partículas e o núcleo interagem, tal qual na estrutura do átomo. Quando penetramos na estrutura do documento, temos deste uma percepção de *variedade caótica*, a dominar pela *pesquisa ou levantamento de dados e informes, além de signos*.

Dessa forma, o documento, como o fato histórico são equivalentes a Informação no seu conceito de *variedade caótica* de dados, informes e signos, da qual há *percepções*, tão diversas quão diversos são os seres humanos que o observam ou analisam através do tempo.

Logo, estruturalmente FATO HISTÓRICO \equiv DOCUMENTO \equiv INFORMAÇÃO \equiv ÁTOMO.

Para concretizar o que vem sendo dito, tomemos um fato histórico, o ataque brasileiro a Monte Castello, em 29 de novembro de 1944. Ele ocorreu num trecho dos Apeninos, satisfatoriamente representado em carta topográfica na escala de 1:25.000, com elementos precisos como a vegetação, o solo, construções e clima presentes naquele dia.

Admitamos que tenham sido mil os brasileiros que do ataque efetivamente participaram e duzentos participantes no lado adversário. Temos, portanto, naquela

data, 1.200 participantes ou testemunhos, correspondentes à variedade caótica da informação global pertinente ao fato denominado ataque brasileiro a Monte Castello em 29 de novembro de 1944. As percepções quanto ao terreno e clima têm um denominador comum, próximo da imagem daquele na carta, e sensações dos participantes, respectivamente. Mas, se tomarmos a percepção de uma guarnição de metralhadora .30 do batalhão que atacava, instalada no ponto cotado X, diante de Monte Castello, sua percepção pode ser a de que, nesse ponto, não dispunha do necessário campo de tiro e, assim, carecia de condições para deter um contra-ataque. Se foram 120 os guarnecedores de posições de tiro análogas, temos aproximadamente o mesmo número de percepções, mas todas diferentes entre si, pois, no mínimo, variaram as condições do terreno e inimigo, além das fontes que registraram essas percepções, as testemunhas, no caso consideradas como fontes ou documentos. Essa variação individual decorre do fato de que os seres humanos são únicos ou diferenciados entre si. Logo, uma percepção abrangente e expressiva do conjunto do ataque ou do fato histórico depende, primordialmente, de um levantamento e de uma análise de todas essas fontes, em princípio.

Ante a resistência do inimigo, o ataque fracassou. Mas poderia ter sido vitorioso, se outras tives-

sem sido as condições do apoio artilharia-aviação ou da densidade da tropa empregada na área enquadrante de Monte Castello, tais as que existiram no dia 21 de fevereiro, quando Monte Castello foi conquistado.

Do ponto de vista da História Pragmática, as conclusões sobre cada um desses ataques, ou os dois em conjunto, indicariam a correção necessária ao bom êxito de uma operação análoga.

Um relatório sobre o que aconteceu face a Monte Castello na primeira parte da jornada de 29 de novembro de 1944 seria peça de História Descritiva, além de informação para a História Pragmática. Além disso, dados nele contidos interessariam à História Quantitativa, básica para a História Pragmática. E todas essas histórias também pertinentes à Informação relativa ao ataque de 29 de novembro de 1944.

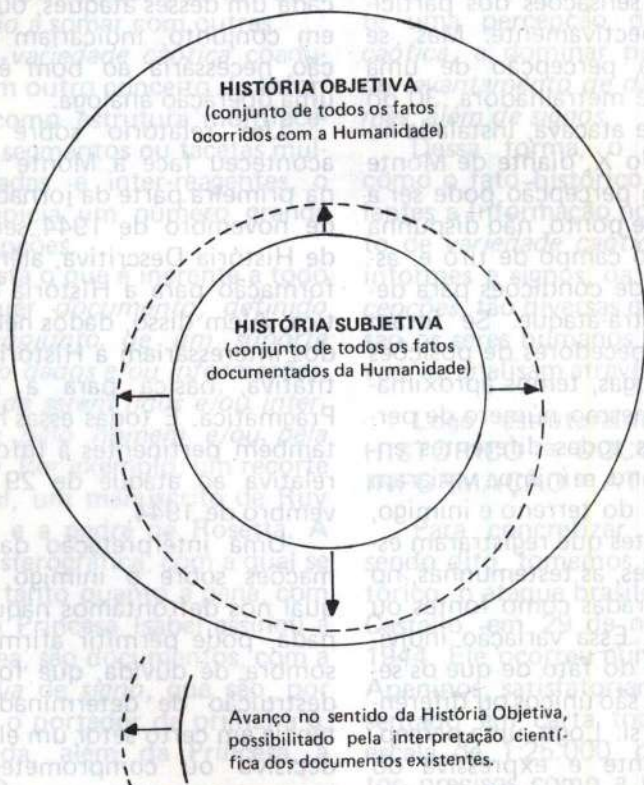
Uma interpretação das informações sobre o inimigo, com o qual nos defrontamos naquela jornada, pode permitir afirmar, sem sombra de dúvida, que foi a não destruição de determinada resistência em certo setor um elemento decisivo ou comprometedor do bom êxito do ataque, muito embora inexista documento do lado alemão para permitir tal conclusão. Portanto, de fatos dominados no campo da História Subjetiva, foi possível avançar no campo da História Objetiva. Aí uma das razões que impõem o domínio de

todas as fontes existentes no acervo documental da Humanidade, ou, em síntese, permitem a busca da Verdade possível.

Se ampliarmos esse micromodelo a todas as formas de História, em qualquer escala, fica bem claro que toda ela, como Informação, é altamente complexa, como com-

plexas são as atividades a desenvolver, para sair dos *ensaios históricos*, que sempre predominaram, para a História de base quantitativa e científica, ou Informação.

Graficamente, podemos isto assim expressar, generalizando o exemplo do ataque de 29 de novembro de 1944 a Monte Castelo.



Para que sir Walter Raleigh não desistisse do seu ambicioso projeto, teria sido necessário que todas as fontes da História da Inglaterra estivessem dominadas e que ele próprio dominasse, tal como hoje é possível, além de im-

prescindível também, a Ciência da Informação, representada pela teoria desta, e, é claro, de tudo o que ainda se precisa saber quanto às antigas disciplinas auxiliares da História.

Em conclusão, História, em úl-

tima análise, é Ciência e, segundo Karl Marx, "a única e verdadeira Ciência", como Informação que é.

Recorramos, agora, a uma outra percepção daquele ataque, para vislumbrar a dura realidade da complexidade da História ou Informação, esta nova roupagem daquela.

Naquela manhã do dia 29 de novembro de 1944, em companhia do seu motorista, subia o signatário o caminho de Gaggio Montano para Bombiana, quando deparou, atrás de uma casa, com um soldado brasileiro, armado e equipado, falando coisas desconexas. Mais adiante, encontrou um colega de turma, subcomandante de uma das companhias do III Batalhão do 119 R.I., entregando-lhe parte do material que trazia. No alto da colina, à esquerda do seu itinerário, estavam alguns oficiais do estado-maior da Divisão brasileira, entre os quais o então Tenente-Coronel Humberto de Alencar Castello Branco. Mais adiante estava o comandante da companhia reserva falando no telefone de campanha. Em Bombiana, posto de comando desse batalhão, apresentou-se ao seu comandante, que se queixou do atraso em receber armamento. Entendeu-se com o subcomandante e trocou algumas palavras com outro colega de turma integrante do batalhão que fora substituído pelo III, durante a noite de 28 para 29. Ao voltar, presenciou a evacuação de um ferido brasileiro.

Estacionando junto a uma casa, por ali passou, também de volta, o General Mascarenhas de Moraes, que advertiu, rispídamente, o seu motorista quanto à posição em que deixara a viatura.

Durante todo esse tempo, metralhadoras e morteiros não cessaram de atirar.

Eis sua percepção do ataque a Monte Castello em 29 de novembro de 1944, frustrado quanto à conquista dessa posição.

Terminada a guerra, o interesse do Exército quanto ao aperfeiçoamento da sua doutrina está em reconstituir o feito de 29 de novembro de 1944, segundo o maior número de conceitos, dentre os quais: *motivação para o combate, conduta das operações, manobra e chefia*. Se foram mil os participantes do nosso lado, para avaliar esses aspectos, com precisão, será preciso recolher os correspondentes testemunhos. Para raciocinar, admitamos, por exemplo, que 800 combatentes depondo sobre a *motivação para o combate*, segundo uma escala de 0 a 10, tenham permitido concluir que teve grau 4. A conduta daquele soldado neurótico ou apavorado, como a de outros possivelmente nas mesmas condições, nem todas evidentes, foram informes ou dados para se chegar a essa avaliação final, assim como a atitude do General Mascarenhas de Moraes, relativamente ao seu motorista, é um dos muitíssimos aspectos da sua biografia, excepcional, talvez, mas elemento

a considerar obrigatoriamente, por se relacionar com seu estado de espírito ante o fracasso da operação. Mas só outros testemunhos poderiam permitir uma conclusão precisa ou verdadeira quanto a este particular, biográfico ou de chefia.

Há cerca de cinco anos, lembrando o ataque com aquele meu primeiro colega de turma, disse-me ele: "Depois que você continuou para Bombiana, uma viatura 3/4, dando marcha à ré, esmagou o material que você me tinha entregue". Eis uma microinformação que inter-reagiu com a necessária ao possível emprego da companhia-reserva.

Quanto ao objetivo deste trabalho, o que importa ressaltar nesse conjunto de informações por mim percebidas, dentre as da enorme variedade expressa por quase centenas de outras, é a sua multi-imbricação, o número incalculável de facetas do fato e a inter-reação destas ou dos segmentos em que o conjunto se fraciona.

O comum, em História — aquilo que chocou Raleigh — é *cada testemunha* dar a sua versão. Isso é feito oralmente ou por escrito, gerando-se uma fonte fidedigna, se a memória é boa e não está presente a má fé ou a intenção de desinformar. Raleigh devia ter considerado o dito "cada cabeça cada sentença" e, se conhecesse a Teoria da Informação, talvez não tivesse desistido do seu projeto ante a diversidade de versões para um mesmo fato. Levantadas todas as versões,

um historiador, juntando documentos, os analisaria, quantificaria seus informes, interpretaria estes, compondo a *versão aceitável*, de rigorosa base científica. Ou diria que a verdade não podia ser determinada.

Mas, o excepcional, *no presente estágio de carência de domínio de fontes*, é precisar a Verdade ou afirmar que esta não pode ser atendida ainda ou jamais.

No caso do exemplo, após o *levantamento de todas as fontes*, o excepcional será, com base na quantidade dos informes nelas contidas, dizer, sem sombra de dúvida, que o grau de *motivação para o combate*, entre outros aspectos, teria sido de apenas 4, naquele ataque a Monte Castello. Isto quanto à História Quantitativa. Quanto à História Pragmática, teria sido necessário precisar o porquê desse índice, o que implicaria numa pesquisa que permitisse chegar à conclusão irretorquível de que os fatores de tão baixo índice teriam sido tais ou quais. Far-se-ia então História Interpretativa, expressa ou não por escrito, sob a forma de narração, o mais antigo conceito da disciplina Histórica.

Como quer que seja, o caráter científico dessa disciplina só terá sido atendido, se:

1— trabalharmos com *conceitos* precisos, tal como, por exemplo, o expresso em *motivação para o combate*, absolutamente necessário para se empenhar uma tropa em combate (ou-

tros conceitos preconizados pelo nosso Estado-Maior do Exército são, ainda por exemplo, o de *chefia*, o de *manobra*, os *logísticos*, sem os quais não se poderia elaborar uma História Pragmática);

- 2— aplicarmos com rigor os ditames das tradicionais disciplinas auxiliares da História (num caso conhecido do signatário, para licenciatura em História, na União Soviética, teria sido preciso o credenciamento em Paleografia).

Todos os conceitos, como os fatos históricos, desde os maiores até os menores, devem estar codificados no básico e moderno instrumento de trabalho do pesquisador cultural, que é o *tesauro*.

Assim, por exemplo, a História da FEB já tem um tesauro, subdivisão do *Tesouro Cultural Militar Terrestre*, elaborado pelo Centro de Informações Culturais, representado pelo signatário, em projeto patrocinado pelo Estado-Maior do Exército, cujo esboço, a ser testado, abrange nove volumes com 250 laudas cada um.

Um tesauro, além de permitir indexar informações de fontes históricas, deve expressar, principalmente, a *organização do conhecimento*, peculiar a cada área do saber humano, ou sua Epistemologia. Assim, por exemplo, fatos e aspectos que compõem a História da FEB, se completamente levantados, qualquer pessoa, dispondo

das necessárias cartas topográficas, poderá reconstituí-la, com maior ou menor extensão e profundidade, na medida das fontes de que se utilizou, referidas segundo os conceitos do tesauro dessa história.

Neste caso, um arranjo quanto a fatos de interesse da doutrina militar terrestre, sob a forma de tesauro pode ser:

Ataque a Monte Castello 1944
nov. 29

Quanto a operações

Batalhão III-11

Companhia de Infantaria 7-11

Companhia de Infantaria 8-11

...

Quanto a informações necessárias à doutrina

Motivação para o combate
Suprimento

Chefia¹

...

Complementarmente, pode-se ver que uma fonte abrangente da História da FEB provavelmente terá incluído esse ataque. Mas ela terá de ser compulsada inteiramente para se levantar os informes que lhe dizem respeito. Se outra fonte que ao ataque exclusivamente se dedique for catalogada sob FEB, que é o que em geral está acontecendo, por falta de tesauro nos órgãos de documentação, ela não poderá ser imediatamente *revogada*, o que significa *perda de tempo* pa-

ra o pesquisador, além de representar o mesmo para quem o atenda nesses órgãos. O certo ou mais moderno é dispor-se de *tesauros abrangentes* para cada área do conhecimento humano, a fim de que se possa catalogar ou indexar com precisão, atendendo-se idéia original de informática (ou *informação automática*), ainda que não exista computador. Hoje, por falta de tesauros, é possível não se ter informática original quanto a fontes referenciadas em computador, assim transformado em *instrumento incompetente*.

Por falar em computador, lembremo-nos de que ele é indispensável hoje na pesquisa histórica, tanto pela sua capacidade de armazenar informes e dados, em quantidade cada vez maior, quanto por auxiliar a análise e a síntese, não mais possíveis através das tradicionais "fichinhas".

Assim, além das tradicionais "ciências auxiliares da História" como a citada Paleografia, temos hoje outras também imprescindíveis, do campo da Ciência da Informação, tal a referida Epistemologia, dentre muitas outras, desconhecidas ou inexistentes no tempo de Raleigh.

A este faltou ainda outro elemento essencial da equação necessária para que não desistisse do seu intento de escrever uma história da Inglaterra: a existência de um *sistema de informação* pertinente à sua pátria, entrosado com outros sistemas dos países com que ela se

relacionara através do tempo. Tal sistema devia abranger todas as *informações necessárias*, decorrentes de uma análise completa de todas as fontes históricas inglesas ou relacionadas com a vida inglesa, existentes noutros países. Eis uma realidade que, para o Brasil, ainda está longe de se concretizar.

Se tal ocorresse, Raleigh, já não ignorando a possibilidade de chegar a uma percepção aceitável ou verdadeira para cada fato histórico, poderia ter a certeza de que uma percepção desse tipo teria sido possível quanto aos fatos do passado, exceto quanto àqueles carentes de informações capazes de precisá-lo cientificamente. Em linguagem da Teoria da Informação, é preciso, primeiro, dominar o Tamanho da Ignorância relativamente ao passado, para, através do devassamento progressivo da ignorância, podermos saber ou conhecer o que do passado restou sob a forma de documento ou fonte, autêntica e verdadeira.

Mas a História é feita também de *incertezas*, a deslindar quando se dominar todas as fontes, com a condição de informar o historiador sobre incertezas ou hipóteses, o que hoje em dia não é muito seguido, pois a disciplina História está "politizada".

Em síntese, História é Informação, esta é altamente complexa e difícil de dominar, principalmente porque ainda não dominamos as fontes históricas, tarefa que aumenta exponencialmente, em har-

monia com a tremenda "explosão das informações" que assola o Mundo neste final de século.

Quando as informações necessárias estiverem dominadas e armazenadas em bancos de dados intercomunicantes, todos ficarão livres para pensar ou criar em qualquer área do saber humano. No caso da disciplina História, livres para pensar ou criar em História Interpretativa ou Filosófica. No estágio da Informação em que se encontra o Mundo, estamos *filosofando* muito na disciplina, antes do *viver*, que é o pleno domínio de fontes. Dando, pois, razão a Shakespeare, quando põe na boca de Hamlet:

"Há no céu e na terra, Horácio, bem mais coisas

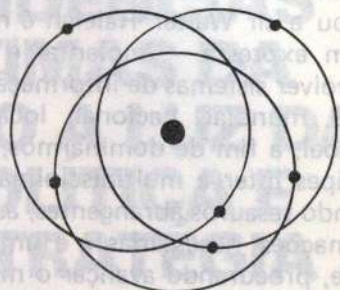
Do que sonhou jamais vossa filosofia."

Outra noção fundamental nesta série de considerações é a posição da Informação na cosmovisão eisteiniana de massa = energia $\times V^2$, ou o Mundo composto de matéria, energia e luz. Tal qual, como no dogma da Santíssima Trindade, três pessoas distintas, numa só verdade, Deus ou luz.

Todo e qualquer documento é um *suporte* (matéria) de *informação* (sistema de sinais equivalentes e energia) transformável em luz pela combustão ou forma correspondente, como ocorre com o átomo, em sentido figurado, enxergando-se ou iluminando-se melhor o passado.

Assim, nessa cosmovisão, Informação é Energia.

Como energia, a informação tem estrutura análoga à do átomo. E pode ser, tal como este, assim representada, quanto a um fato histórico:



O documento e o fato nele sistematizado correspondem ao núcleo do átomo. Em torno desse núcleo volteiam as informações ou percepções do documento ou fato, partículas que, com o núcleo, compõem o átomo.

Tal como ocorre no caso do átomo, geralmente conhecido, para verdadeiramente caracterizar o fato histórico é preciso *desintegrá-lo* segundo todos os seus elementos componentes, para podermos chegar, se possível, à sua compreensão total, correspondente à *fissão* ou *fusão* produtoras de luz ou saber. Por outras palavras, gerando toda a Energia que se identifica com Informação.

E para quê? Para que esta possa cumprir o papel que dela se espera: levar o ser humano, no gozo de sua razão, ou o grupo social não alienado, a agir ou deixar de

agir desta ou daquela maneira, progredindo sempre na busca da Verdade. Ao mesmo conceito correspondente ao tradicional "História (ou Informação), Mestra da Vida".

Em conclusão: a equação que faltou a sir Walter Raleigh é hoje assim expressa — implantar e desenvolver sistemas de informação a nível mundial, nacional, local e pessoal, a fim de dominarmos, em equipes inter e multidisciplinares, usando tesouros abrangentes, as informações necessárias à Humanidade, procurando avançar o máximo além do limite da História Subjetiva pelo terreno da História Objetiva.

Se assim acontecer, não haverá mais lugar para o juízo formulado por aquele magnata norte-americano, citado por José Honório Rodrigues em sua clássica *Teoria da História do Brasil* (1949):*

"História é uma balela".

Pois a disciplina História será a expressão da Verdade. Ou, não podendo esta representar, não será História ou Informação.

Como poderia ter Raleigh permanecido no campo da História escrita, quando faltava a equação de que tratamos?

Supondo que não tenha deixado o diário ou memória, passaria seu tempo de prisão redigindo para a posteridade esses documentos, ou um deles, sem dúvida importantes fontes primárias, se plenos de verdade ou sem má fé.

Esta a solução para todos os tempos, em especial para se evitar que se continue na prática ilusória de reunir algumas fontes históricas e nestas basear um ensaio, sem antes precisar o tamanho da ignorância relativamente ao tema desenvolvido.

Louvados sejam, pois, os que por intuição ou plena consciência do que seja história de base científica assim procederam e procedem.



Cel Inf R/1 FRANCISCO RUAS SANTOS — É possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição *Histórica do Exército Brasileiro* (1972). Nessa função, idealizou o Centro de Documentação do Exército em 1973. Fundou e dirige o Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de informações, tendo publicado o *Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes* (1976-1977) e *Informação e Indexação*.

* Em tradução do autor.



UMA ESTRATÉGIA NACIONAL POSSÍVEL - AS DEPENDÊNCIAS MARÍTIMAS DA NAÇÃO À LUZ DA GEOPOLÍTICA E DA ESTRATÉGIA PROSPECTIVA

Sergio Porto da Luz

Qual a estratégia possível para, a despeito das restrições de dependência externa e do subdesenvolvimento, serem alcançados os objetivos nacionais atuais de mais alto nível, coerentes com os objetivos nacionais permanentes e alinhados na direção da justiça social e do bem comum?

Neste trabalho, o autor propõe-se a responder à pergunta, considerando a posição geopolítica do Brasil, as expectativas no futuro da Nação e a aceitação do enfrentamento de adversidades.

O problema

Não é real pensar-se em fixar objetivos que sejam alcançáveis pelo poder disponível. Quando, no universo dos

objetivos desejados, há necessidade de sobrepor obstáculos, sejam eles fatores adversos ou antagonismos, a escolha da estratégia possível precisa considerar o poder e o potencial da nação para ser factí-

vel. Daí porque os esforços nacionais devem buscar o desenvolvimento para existir base de poder, de modo a se exequibilizarem as estratégias que permitam o atingimento dos objetivos colimados e, dessa maneira, permitam também que sentimentos de níveis maiores de segurança e de independência sejam percebidos pela Nação e pelo Estado.

Assim, a formulação da Estratégia Nacional é afetada, de modo restritivo, pela dependência externa e pelo subdesenvolvimento, porque esses fatores adversos significam, em síntese, níveis menores de poder, de segurança e de desenvolvimento e, portanto, limitações à escolha de estratégias que permitam, de forma eficaz e no menor prazo possível, o atingimento dos objetivos nacionais.

Um exame desse quadro, à luz do inter-relacionamento entre Geopolítica e Estratégia e tendo em conta, particularmente os condicionantes geopolíticos na formulação da Estratégia Nacional, deverá, também, considerar princípios gerais da estratégia como os de objetivo, economia de forças, segurança, ofensiva, oportunidade e liberdade de ação.

A questão básica a ser respondida, portanto, é "qual a estratégia possível para, a despeito das restrições de dependência externa e do subdesenvolvimento, serem alcançados os objetivos nacionais atuais de mais alto nível, coerentes com os objetivos nacionais permanen-

tes e alinhados na direção dos desejados justiça social e bem comum?"

Para prosseguirmos o exame dessas questões, não será possível deixar de considerar a posição geopolítica do Brasil, as expectativas no porvir da Nação, a aceitação de enfrentamento de adversidades e, como prospectiva, a estratégia possível no futuro.

A posição geopolítica do Brasil

Num planeta que, cada vez mais, deve ser entendido como um grande mercado, a posição geopolítica do Brasil o coloca, simultaneamente, no contexto sul-americano e sul-atlântico, sendo que pelo mar, o Brasil tem vizinhança com todas as nações do globo banhadas pelo oceano mundial.

Nossa região é a região atlântica, ponto terminal (quando vem) ou inicial (quando vai) do fluxo do poder das nações no seu entrelaço constante, que se aproveita do oceano mundial, conforme aprendemos com as lições da História. Em verdade, pelo isolamento que a região amazônica impõe às fronteiras terrestres daquela área, exceto nos pontos onde o rio-mar e seus afluentes nos ligam aos países limítrofes, é possível considerar o Brasil inserido na geopolítica das nações quase que como uma ilha, sendo sua insularidade geopolítica interrompida nas conexões terrestres, uma espécie de istmo geopolítico, com os vizi-

nhos do Cone Sul, onde é viva a fronteira e são menores os obstáculos naturais a serem vencidos. Este quadro de semi-insularidade geopolítica não é esperado alterar-se de modo sensível nas próximas décadas, pois trata-se de uma consequência geopolítica de determinismo geográfico de difícil superação tecnológica. O fato é que pelo mar o Brasil se liga (ou se contrapõe) mais facilmente aos centros de poder, por exemplo, da Venezuela, Colômbia e Guianas do que por terra. Semelhante lógica e raciocínio permite, por óbvias razões, ligações francas, conforme já visto, com o litoral africano, com a Antártica, com o Caribe e, aditivamente ao istmo geopolítico, também com nossos vizinhos do sul da América do Sul.

O Brasil é, assim, um país da América do Sul inserido no Atlântico Sul, com posição geopolítica central neste oceano e interesses geopolíticos, econômicos e culturais próximos, que vão, pelo menos, do Caribe ao litoral africano e à Antártica, sem desprezar as ilhas oceânicas. Ainda, é pelo Atlântico que temos acesso ao restante do mundo, à Europa, ao Índico e ao Pacífico.

Expectativas do porvir

As restrições dependência externa e subdesenvolvimento, na medida em que o Brasil está imerso no sistema das nações, não poderão ser removidas apenas por

ações internas à Nação. Pelas interfaces visíveis (dívida externa) e invisíveis (pressões comerciais sutis) criam-se interdependências entre o desejado bem-estar do nosso povo, sua felicidade e pleno emprego, com o interesse de muitas nações e potências médias que detêm mercados, direitos, patentes, tecnologia e, enfim, espaços de interesse que fazem por preservar.

Isto não impede nossa luta e esperança por melhores dias mas, deve-se admitir, inseridos no sistema das nações, vamos sofrer oposições decorrentes das influências do poder, como distribuído pela geopolítica das nações e das respectivas estratégias, a maioria delas de manutenção do *status quo* que nos é desfavorável e precisamos alterar no futuro.

Enfrentamento das adversidades

Creio que uma apreciação equilibrada sobre o panorama internacional e sua evolução nos últimos tempos não pode deixar de indicar como mais provável que o sistema das nações, nos anos próximos vindouros, continuará a ser bipolar no plano estratégico-militar entre Estados Unidos e União Soviética (no que diz respeito às armas nucleares, China, Inglaterra e França, mesmo unidas, são incapazes de equilibrarem EUA ou URSS), e crescentemente multipolar nos campos político e econômico (e científico-tecnológico). Para que essa prospectiva não se

confirmasse, seria necessário, no plano estratégico, que ocorresse o fenecimento e colapso de uma das superpotências ou o aparecimento de uma terceira ou quarta potência de mesmo nível, o que não é plausível de ocorrer, pois tanto os Estados Unidos quanto a Rússia têm manobrado, no campo das relações internacionais, de molde a preservarem suas respectivas áreas de influência e, de uma maneira não explícita, respeitarem, na prática, a área de influência alheia, quando essa área respeitada é essencial para a outra superpotência, como foi o caso da crise dos mísseis cubanos e dos eventos da Hungria, Tchecoslováquia e Afeganistão, por exemplo. No plano político e econômico, para que cessasse o crescimento da multipolaridade, seria necessário que os Estados Unidos voltassem ao seu nível de produção após a Segunda Guerra Mundial, quando eles detinham, em termos relativos, mais de 50% da produção mundial. Em 1950 o PIB dos EUA era 38% do PIB mundial; em 1970 era de 33%; em 1982 era de 28% e está caindo em termos relativos. O conjunto URSS e países do leste europeu que detinha, em 1950, um PIB de 16% do PIB mundial, viu esse valor reduzido para 9% em 1982. Enquanto isso, o Japão passou de 1,5% em 1950 para mais de 9% em 1982. Assim, os indicadores disponíveis com base no produto interno bruto das nações mostram que, cada vez mais, está o mundo

se afastando do bipolarismo econômico e, conseqüentemente, do bipolarismo político, caminhando o sistema das nações para a multipolaridade econômica (e científico-tecnológica) e política.

Esses novos centros de poder político, econômico e científico-tecnológico surgentes, como a França, Itália e Alemanha do pós-guerra, na Europa (atlântica e mediterrânea) e o Japão, na Ásia (do Oceano Pacífico), parecem indicar que o mundo e seu sistema de nações já está se decidindo pelo sistema comercial ou oceânico de geração de poder político. No dizer do Prof. Richard Rosecrance, em seu livro *The Rise of The Trading State-Commerce and Conquest in The Modern World*, citado pelo Embaixador Rubens Rícupero, no III Encontro do Governo com a Sociedade, no Palácio do Planalto, outubro de 1986, desde o fim da Segunda Guerra Mundial o mundo tem hesitado entre duas maneiras diferentes de organização das relações internacionais: um sistema territorial que vem desde Luiz XIV, sob a liderança compartilhada dos Estados Unidos e da União Soviética e um sistema comercial centrado nas bacias do Atlântico e do Pacífico. Vejo no sistema territorial o sistema Mackinderiano, composto de estados que encaram o poder em termos de massa territorial; na base do quanto mais território, mais poder. Em tese, esses estados desejariam adquirir territórios suficientes para livrá-los da de-

pendência de recursos, matérias-primas e mercados. Em contraposição a este, o sistema comercial ou oceânico é o sistema neo-Mahaniano, composto de estados que reconhecem que a auto-suficiência é uma ilusão. Para estes últimos países, desde que o comércio seja livre e aberto, eles dispensam a conquista de territórios para desenvolver suas economias. O sentido neo-Mahaniano desse sistema é que os estados-membros têm sobrevivido e crescido politicamente a despeito de um poder marítimo onde o componente militar não é forte o suficiente para controlar as linhas de comércio. Eles se movem, nas relações internacionais, sob o manto protetor militar de uma superpotência e usam seu comércio e suas forças mercantilistas para explorar os mercados do mundo. O Japão e a Alemanha Ocidental estão no epicentro deste sistema; a Alemanha na bacia do Atlântico e o Japão no Pacífico. Esses países usam o comércio internacional para obterem as matérias-primas e o petróleo que tentaram conquistar pela força nas guerras. No sistema territorial, os estados procuram atingir seus objetivos por meios políticos e militares voltados para a conquista e manutenção de territórios. No sistema comercial, os estados procuram atingir os fins de assegurar prosperidade e bem-estar a seus habitantes através da integração no comércio e na economia internacionais. Ou seja, numa visão holística de quem

observasse o planeta de fora, o segundo sistema neo-Mahaniano e global seria como se todo o planeta fosse um território contínuo, sendo o mar a planície por onde as relações se fazem, os mercados se integram, as matérias-primas fluem.

Neste quadro, de crescente multipolaridade econômica e política que deve se manter, ressaltam dois pontos básicos para o pensar do desenvolvimento nacional, já com vistas a dificuldades externas que podem advir desses condicionantes geopolíticos que vimos:

1º) sob o pressuposto de que não haverá poder global do Brasil para o enfrentamento de uma superpotência, nossos possíveis adversários poderão ser os interesses dos centros de poder do sistema oceânico ou comercial; e

2º) enfrentamentos ocasionais deverão acontecer no mar, este próximo futuro territorial global.

Estratégia Nacional possível

E assim, voltamos a conjecturar sobre a largura de nossa fronteira marítima, no futuro, com as demais nações do globo e pensar no melhor modo de ocupá-la com os vários elementos civis do poder marítimo a ser desenvolvido, ficando a ótica atlântica pequena para os interesses marítimos globais, inclusive no distante Pacífico, onde, além do Japão, o sistema comercial oceânico neo-Mahaniano vê aparecer, com vitalidade cres-

cente, o comércio da Coréia do Sul, Cingapura, Formosa, Hong Kong, Malásia e Indonésia, isto sem falar na revolução econômica na China e sua reintegração à economia internacional. Hoje a China já troca com o exterior, no seu comércio internacional, cerca de 8% de seu PIB, enquanto no Brasil trocamos apenas 3% do nosso PIB; o que quer dizer que a China já é mais aberta para o comércio exterior do que o Brasil. Seria a China mais marítima que o Brasil, neste contexto global comercial e oceânico? Como se vê pelos números, nossa economia é, ainda, muito fechada, talvez devido à inegável continentalidade da ilha-Brasil.

É evidente que nesse cenário prospectivo, o crescimento do Brasil precisará ocorrer, porque só poderá ocorrer no sistema comercial oceânico e, para isso, o poder nacional precisará estar instrumentalizado para os enfrentamentos, conflitos ou querelas de cada situação comercial singular. Seu instrumento para isso será, sem dúvida, o poder marítimo brasileiro desenvolvido e adequado às projeções do poder nacional no planeta, pelo oceano mundial.

As movidas do Brasil para posições mais próximas aos centros de poder, feitas através de suas relações comerciais com a comunidade das nações, deverão ser suportadas por um poder nacional que tenha, seja nas suas expressões política, econômica, psicossocial ou militar, seja nas suas dimensões terrestres, aeroespacial ou marítima — principalmente nesta, real capacidade de garantir as indispensáveis estabilidades de crise e estabilidade estratégica para o Brasil sul-atlântico e sul-americano.

Depois de cada movida será necessário assegurar as novas posições. Dos princípios da estratégia citados no início dessa contribuição, será preciso em algumas situações abrir mão de liberdade de ação em troca de segurança, ter em mente o objetivo e vigiar as oportunidades para crescer e ocupar espaços sem atritar, ou atritando o menos possível os eventuais futuros adversários que, certamente, pelas interdependências, serão atingidos pela redução de nossa dependência externa e pela erradicação de nosso subdesenvolvimento.



SERGIO PORTO DA LUZ — O comandante Sergio Porto da Luz exerceu o comando no mar de dois navios, o NaPaCo Parati e a CV Solimões, foi Vice-Diretor do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar. Foi instrutor do Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão e tem mais de seis anos de serviço em Estado-Maior, sendo mais de dois anos no Estado-Maior da Armada.

Possui vários artigos publicados na Revista Marítima Brasileira e é o vencedor do Prêmio Almirante Jaceguay de 1982 e o de 1986. Atualmente, é estagiário no Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, na Escola Superior de Guerra.



O EXÉRCITO E A SOCIEDADE – DA COLÔNIA AO FIM DA 2.^A GUERRA MUNDIAL

Sérgio Luiz Mesquita Rocha

O autor, em resumo bem elaborado, percorre os passos da formação da nacionalidade brasileira, desde o período colonial até o fim da Segunda Guerra Mundial, demonstrando que o Exército contribuiu para a evolução da sociedade brasileira, na medida em que, identificando-se com suas reais aspirações, legitimou sua atuação, em face dos imperativos do momento histórico, no interesse da maioria do povo de que é parte integrante.

Matéria extraída da síntese conclusiva de monografia produzida, pelo autor, como exigência curricular para obtenção do diploma do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército.

BRASIL COLÔNIA (1500-1822)

Desde os primórdios do Brasil Colônia, o Exército e a sociedade se interagiram e se influenciaram mutuamente.

A precariedade de recursos metropolitanos, aliada à grande extensão das terras do Novo Mundo e à necessidade de defendê-la,

foi a tônica do período colonial. Por paradoxal que pareça, essas características foram benfeitoras a toda a sociedade e aumentaram a importância do Exército desde o seu nascedouro, tendo em vista os imperativos da defesa.

Nesse período, foi conferido aos naturais da terra grande autonomia administrativa, bem re-

tratada na existência dos "Senados das Câmaras", órgãos de natureza eletiva, existentes nos núcleos populacionais dispersos que, praticamente, regulavam sobre tudo no município, extrapolando, em muito, as funções administrativas para as quais haviam sido criados. Havia, em contrapartida, por parte dos colonos, o voto de fidelidade à Coroa Portuguesa. Quanto às forças militares, eram preponderantemente locais, a cargo dos municípios e vilas dispersos na vastidão da Colônia.

Avulta de importância o espírito de solidariedade desses núcleos entre si, mormente no tocante à defesa, acorrendo forças de diversas localidades e regiões para o sítio ameaçado. Isso ficou bem patente na guerra contra os holandeses (Insurreição Pernambucana), onde os portugueses, impossibilitados de intervir, por força de acordo com a Holanda, delegaram aos naturais da terra a incumbência de fazê-lo. Ressalte-se também o sentimento nativista que estimulou, onde o amor à terra está intrinsecamente ligado aos sacrifícios para defendê-la. Esse espírito de solidariedade resultou, no caso do Brasil Colônia, em aumento da circulação interna, com as trocas de influências inter-regionais e uma interação de todas as raças em razão dos contatos afetivos.

Por vezes as necessidades militares condicionaram a formação de sociedades estruturadas em função dos imperativos das lutas. O

exemplo mais significativo é o da formação do Rio Grande do Sul, onde, por muito tempo, a organização militar se sobrepôs à política. A indefinição das fronteiras e suas constantes mutações, fruto de tratados entre Portugal e Espanha, gerou um clima de permanente instabilidade na região e, em razão das operações militares, toda a parte ao Sul de Santa Catarina recebeu sua influência. Muitas das cidades nasceram para o apoio às forças que acorriam à fronteira ou às lutas em torno de Sacramento.

Ressalte-se, na fase colonial, o forte sentimento federalista, que se deveu muito ao espírito de solidariedade entre núcleos populacionais ou mesmo regiões que, gozando de grande autonomia, defendiam-se mutuamente, bem como a experiência de autogoverno, em razão da liberdade político-administrativa existente nos "Senados das Câmaras". Essas características geraram um interesse que transcendia os limites do município, abrangendo toda a Colônia.

A aspiração pela autodeterminação foi motivo de diversas revoluções contra o jugo da Metrópole, consubstanciado nas imposições do "Pacto Colonial", sendo típico o caso da Inconfidência Mineira. Contudo, os movimentos de cunho emancipacionista estavam praticamente fadados ao insucesso. Havia uma debilidade institucional muito grande, além de as forças militares serem dispersas e localizadas a nível municipal, sem uma

estruturação global. A classe média da sociedade, segmento de maior consciência política, praticamente inexistia. O Brasil ficava adstrito tão-somente ao conservadorismo dos senhores rurais.

A transmigração da Família Real para o Brasil representou um fato de importância fundamental. O Exército foi reformulado, deixando a forma fragmentária de força regional ou particular, para tomar uma feitura realmente nacional. Além dos objetivos militares almejados, serviu como força de sustentação do Governo.

No campo político, deixou de existir o "Pacto Colonial", possibilitando aos brasileiros o trato com a coisa pública e a experiência no exercício de diversas funções de cunho político administrativo, imprescindíveis à estruturação do poder. A conscientização que daí adveio, aliado ao forte sentimento federalista, permitiu que D. Pedro fosse cada vez mais influenciado por brasileiros, no sentido de que não retornasse a Portugal, e da inevitabilidade da independência política do Brasil.

BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)

O Exército teve importância relevante no período, mormente na fase das lutas contra as tropas portuguesas aqui sediadas, que reagiram por não aceitarem a independência do Brasil.

O regime monárquico adotado foi providencial para o Brasil, em

razão da realidade sócio-econômica existente. Esse fato, aliado aos aspectos dissociadores da geografia, predispunham a uma tendência de fragmentação política. A figura do Imperador propiciou a convergência necessária, minimizando os fatores de dissociação geradores de convulsões sociais. A constituição de 1824 reforçava o Unitarismo do Estado, pela criação do Poder Moderador e do Conselho de Estado (assessoria do Imperador), conjugando de forma adequada a participação política da sociedade com a preservação da integridade nacional.

Durante o 1º Império, o Exército se fez presente em alguns eventos, dentre eles, a Confederação do Equador e a Guerra de Cisplatina. Sua participação nesses episódios não foi bem vista — a Guerra da Cisplatina pelos enormes dispêndios, em uma empreitada que se sabia de antemão perdida; a Confederação do Equador pela violência como foi sufocada, sem falar nos gastos vultosos em divisas, com a contratação de mercenários estrangeiros para atuarem em conjugação com as Forças Nacionais.

A abdicação de D. Pedro I, em razão das manifestações populares, encontrou o Exército irmanado às aspirações da sociedade, avalizando seus anseios por mudanças. O episódio foi considerado como a "2ª Independência" pois, a partir daí, o governo seria exercido somente por brasileiros.

Não obstante, o período das Regências subsequente caracterizou-se como um dos de maior turbulência na história do país, dentre outras causas, pelas seguintes: a situação sócio-econômico-financeira do país era ruim; o ciclo do ouro já estava extinto e o café ainda não aparecera como produto ponderável na pauta de exportações. Além do mais, o 1º Império fize- ra enormes dispêndios, como a guerra da Cisplatina e a Confederação do Equador, e a má gerência dos dinheiros públicos acarretou, inclusive, a falência do Banco do Brasil.

Tudo isto gerou um ambiente propício a convulsões sociais, mormente levando-se em conta o enfraquecimento do Estado, pela criação do Código de Processo Criminal e pela Publicação do Ato Adicional de 1834, e o Exército foi enfraquecido, pela redução de seus efetivos e pela criação das Guardas Municipais.

Do quadro de instabilidades sócio-político-econômicas, que caracterizou o período das Regências, ressalta-se a atuação de Caxias. Valendo-se de sua energia, nunca perdeu o senso do equilíbrio e a finalidade maior de integrar sociedades e regiões no contexto nacional. As honrarias e cargos de direção política que lhe foram oferecidos pelos próprios vencidos, por si só destacam sua importância nesse período, onde o imperativo era a conciliação nacional.

Em decorrências, o Exército foi paulatinamente recobrando seu prestígio, não só pela necessidade de se ter uma força organizada para preservar a ordem institucional, face ao quadro de instabilidades reinante como, principalmente, pela atuação de seus grandes chefes, bem retratados na figura de Caxias.

O 2º Império caracterizou-se pela estabilidade política que desfrutou. As revoltas internas logo no início foram pacificadas, e o emprego do Exército se verificou, principalmente, nos conflitos externos sendo a guerra da Tríplice Aliança o de maior relevância.

Fatos de grande importância concorreram para a evolução social e a estabilidade política no período.

A maioria do Imperador foi a constatação de que ele encarnava a força centrípeta necessária para se contrapor às tendências de desagregação existentes em uma estrutura sócio-econômica marcada por grandes desequilíbrios. Ademais, ao longo do Império, D. Pedro II utilizou os grandes poderes de que dispunha com espírito de conciliação, concorrendo para dirimir ou minimizar as crises.

O café já tinha surgido como grande riqueza econômica de exportação, concorrendo como mais um fator de estabilidade social.

A diversificação das atividades produtivas e, com elas, uma diferenciação marcante na sociedade de então (caracterizada pela aris-

tocracia e pelo escravo), só foi possível pela adoção, entre outras medidas, da tarifa Alves Branco, em 1844, estabelecendo o protecionismo necessário, contra a importação de manufaturados estrangeiros; e da Lei Euzébio de Queiroz, proibindo o tráfico negreiro, em 1850.

Essas medidas, aliadas à preferência pelo trabalho assalariado, mais produtivo, novas técnicas e uma mentalidade empresarial, trazida pelos imigrantes, que vieram para o Brasil em grande número, a partir de meados do Séc. XIX, ensejaram um primeiro surto de industrialização. Dentre suas consequências mais importantes destaca-se o surgimento de uma classe média, cônica de seu valor e aspirando uma representação política compatível com sua posição sócio-econômica.

O Exército, através de reformas, procurava modernizar-se. Entretanto, os aspectos de cunho bacharelesco preponderaram sobre os de ordem prática. Ao término da Guerra da Tríplice Aliança, houve uma tentativa de racionalização de suas atividades. Importa a lembrança da criação da Escola Politécnica, tão-somente para os jovens destinados às atividades civis, já que, anteriormente, ao Exército estava afeta esta incumbência, acumulando na Escola Central cursos civis e militares.

A Guerra da Tríplice Aliança foi um marco histórico de repercussões muito importantes. A par-

tir de então, houve uma comunhão mais estreita entre o Exército e os setores mais representativos da sociedade em prol do ideal republicano. As estruturas do Império começaram a ser questionadas. Dentre elas, ganha ênfase o questionamento sobre regime escravista, do qual o Exército não se manteve omissor. Vários escravos compuseram as Forças Brasileiras na campanha do Paraguai e apegaram-se ao Exército, como força de ascensão social. O Exército, a partir de 1845, ficou mais democratizado permitindo, a todos os indivíduos capacitados, a ascensão a postos superiores da hierarquia, que deixou de ser feita em função de privilégios, favorecimentos ou castas sociais. Desse modo, ficou mais sensível às aspirações legítimas do povo brasileiro, porque dele passou a ter total representatividade. Assim é que se recusou, quando solicitado, a perseguir escravos fugitivos.

O ideal republicano começou a ser buscado cada vez com maior intensidade. O Exército Brasileiro travou contato, nas campanhas de que participou, com nações de regime republicano, e a busca por uma forma de governo mais representativa dos diversos segmentos da sociedade passou a ser sua aspiração. Esses fatos ficam bem retratados na pregação do positivismo de Augusto Comte, levada a efeito, no Exército, por Benjamin Constant.

O Império foi perdendo cada

vez mais seu prestígio. Em razão da "Questão religiosa" perdeu o apoio da Igreja; quando da abolição da escravatura, em 1888, da aristocracia tradicional.

BRASIL REPÚBLICA (1889-1945)

Com a Proclamação da República, em 1889, o Exército nada mais foi do que o instrumento que materializou os desejos da sociedade.

O Brasil começava a forma republicana de governo com a sociedade apresentando desníveis sociais acentuados e uma dependência econômica muito grande a um só produto, o café.

A Constituição de 1891, inspirada na dos Estados Unidos da América do Norte, não levou em conta certas características do Brasil, acarretando profundas distorções na vida nacional. Inexistia no Brasil uma classe média representativa, refletindo-se na ainda incipiente diversificação de atividades produtivas. Ademais, havia regiões que concentravam maior poder econômico e a população era mais numerosa. São Paulo é um caso típico. A forma de representação política pelo critério da proporcionalidade ao número de habitantes conferiu muitas vantagens aos Estados mais populosos.

Os primeiros anos da República foram difíceis. Houve, de início, uma série de revoltas exigindo do Marechal Floriano Peixoto uma

ação militar enérgica, com o fim de consolidar o novo regime.

No período do Governo Provisório, acreditou-se, ingenuamente, poder-se, em prazo curto, industrializar o país, sem levar em conta, dentre outros, seus aspectos sociais. As medidas econômicas adotadas resultaram uma grande especulação financeira, gerando forte processo inflacionário.

Todos esses fatos enfraqueceram a nação. A instabilidade política, fruto da crise institucional e econômica, levou o governo a concertar um pacto com as oligarquias regionais que dominavam a política dos Estados. Dele resultou a conhecida "Política dos Governadores", consistindo no apoio mútuo entre os poderes executivos dos estados e o federal. Em compensação, a aristocracia tinha seus poderes e privilégios reconhecidos. A oposição estava alijada do poder, pela institucionalização da fraude, desde que foi realizada a reforma da "Comissão Verificadora dos Poderes", com o fim de alterar o resultado das eleições a favor dos candidatos do governo. A "Política dos Governadores" assentou-se na figura do oligarca, com influência tanto no governo federal como na esfera municipal, e no "coronel", cujo poder ficava circunscrito a esfera do município.

Por paradoxal que pareça, esse pacto pôs termo às instabilidades iniciais, mas foi responsável por profundas distorções: ocorria um privilegiamento da aristocracia ru-

ral, que detendo o poder político, utilizava-o em proveito econômico — no caso, as contínuas valorizações do café; o imobilismo político, conseqüente, tendia a que se perpetuasse uma estrutura econômica arcaica; houve a hegemonia política dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, alternando seus representantes na Presidência da República.

O Exército não recebeu a consideração devida. Não era interessante ao governo que ele fosse forte e bem estruturado. Inevitavelmente seria um elemento a contestar a estrutura de privilégios, na qual o governo se apoiava.

Os Estados podiam dotar suas polícias como bem os aprovavam, sem limitações de ordem orçamentária. Faziam-no, inclusive, com a aquisição de meios bélicos, como artilharia e aviação. É bem compreensível que assim fosse, pois o poder assentava-se na aristocracia cafeeira, e pressupunha influência política respaldada na força militar estadual.

Não obstante, o Exército passou por algumas reformas com resultados que beneficiaram bastante a sociedade. Há de se ressaltar a criação dos Colégios Militares e das Escolas Preparatórias, pela importância que se procurou emprestar ao ensino. Entretanto, foi a Primeira Guerra Mundial (1914-18) o marco real do seu aperfeiçoamento. A ela se deveu a vinda da Missão Militar Francesa, emprestando sua experiência para a

modernização do Exército. Com ela, criou-se uma nova mentalidade, de valorização do elemento humano, em todos os escalões e no desempenho de quaisquer atividades. O número de estabelecimentos de ensino criados bem atesta essa ênfase.

Os "Movimentos Tenentistas" insurgindo-se contra o governo, na aspiração de uma ordem institucional mais justa, tiveram muito da influência da Missão Militar. Era a jovem oficialidade, cônica de sua responsabilidade e da importância que representava dentro do contexto da nação. Se os "Movimentos Tenentistas" sofreram, no decorrer da década de 1920, algum desgaste, o compromisso assumido, em razão das atitudes adotadas e da experiência adquirida, foram fatores decisivos na Revolução de 1930.

A Crise Mundial de 1929 repercutiu intensamente no Brasil, colocando à mostra as estruturas arcaicas da República. Vários segmentos sociais davam sinais de inconformismo. Já em 1926, era fundado o Partido Democrático, congregando representantes da classe média e segmentos dissidentes da aristocracia. Um ambiente de crise político-social formou-se em 1930. As exportações foram reduzidas à quase paralisação e, com elas, também, os bens necessários provenientes das importações. Acelerou-se o processo inflacionário, em razão da corrida para conversão do papel moeda em ou-

ro, inviabilizando a "Caixa de Estabilização" (Política Deflacionária do governo Washington Luís). Rompeu-se em definitivo a "Política Café com Leite", ocorrendo mais uma eleição presidencial competitiva, entre Minas e São Paulo. A vitória do candidato do governo Julio Prestes desencadeou a Revolução. O papel do Exército foi determinante para a queda da República das Oligarquias. Entretanto, ele agiu em comunhão com as aspirações das camadas médias da população, na antevisão de uma estrutura governamental que facultasse um desenvolvimento integrado, enfatizando tanto o aspecto social quanto o econômico.

No período de 1930 a 1945, o Brasil assentou as bases para poder aspirar uma democracia verdadeiramente representativa de todos os segmentos da sociedade. O Exército teve um papel de fundamental importância nessa fase, dado que o regime presidencial de Vargas só se manteve enquanto teve seu apoio.

Como entender a afirmação sobre a perspectiva de democracia num governo que se caracterizou pelo autoritarismo, negando ao povo a manifestação de sua vontade, através do voto, e consequentemente o exercício do poder, através da alternância na ocupação de cargos políticos?

Deve ser levado em conta que a democracia realmente representativa requer instituições sólidas. Só assim poderá haver uma dimi-

nuição do poder central, pela livre negociação entre as partes, e onde a expressão popular se faça sem coações e embasada por conhecimento da realidade nacional. Naturalmente que a forma liberal e representativa do governo requer uma sociedade preparada para isso, sob pena de profundas distorções geradoras de crises e de privilégios de determinada classe, em detrimento de toda a sociedade. As transições, nesses casos, se fazem pela ruptura violenta da ordem institucional vigente, retratada nas revoluções. O fenômeno ocorreu na maioria dos países sul-americanos, após a independência, e no Brasil, após a Proclamação da República, porquanto procuraram nortear-se pela constituição dos Estados Unidos da América, sem atentar para a sua realidade sócio-econômica.

A década de 1930 foi um período de turbulências externas, com grandes reflexos no Brasil. A polarização da luta ideológica, na Europa, entre nazistas e comunistas, teve a contrapartida interna, na confrontação entre simpatizantes da Ação Integralista Brasileira (AIB), pró-nazista, e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), de inspiração comunista.

A Crise Mundial de 1929 prolongou-se por grande parte da década de 1930. A situação internacional requereu sérias medidas para se adequar à nova realidade. O Brasil, grandemente dependente das exportações de café, adotou

uma política que disciplinou a produção, procurando sustentar os preços. Em razão da crise, vários países da Europa e os Estados Unidos adotaram uma forma de governo menos liberal, procurando agilizar decisões do Estado, na busca de soluções adequadas. Nas democracias liberais, houve a preferência por governos conservadores. Nos Estados Unidos, o povo referendou as medidas adotadas pelo "New Deal", determinando a substituição do Capitalismo Liberal pelo Capitalismo Monopolista, através da reeleição de Franklin Delano Roosevelt para Presidente. Outros países adotaram o autoritarismo como solução política para a crise: foi o caso da Alemanha, Itália e Espanha.

Nesse período, o Exército fortaleceu-se e adquiriu prestígio, transformando-se num sustentáculo imprescindível à ordem institucional vigente. Logo, no Governo Provisório, proibiu-se que as forças dos Estados pudessem sobrepujar as do Exército, limitando em 10% do orçamento estadual os gastos com as Polícias Militares, bem como a proibição destas utilizarem armamento não condizente com sua destinação.

O governo teve no Exército a reserva da força necessária para a implantação de reformas, de cunho estrutural, que a nação reclamava. Por seu turno, ele evoluía, sob o influxo das transformações na vida nacional e no contexto internacional. Para tanto, muito

contribuiu o trabalho das Missões Militares estrangeiras.

Merecem destaque as da Áustria, da França e dos Estados Unidos. As duas primeiras com relação ao ensino mormente a Missão Militar Francesa, responsável por grande parte da reestruturação do Exército. Como já foi dito, deu-se prioridade ao preparo do elemento humano, bem retratado na criação de estabelecimentos de ensino e responsável em grande parte pela formação de uma mentalidade mais esclarecida.

Em 1939, eclode a guerra na Europa, transformando-se num conflito mundial, do qual o Brasil participou, em território da Itália, alinhado às principais nações do Ocidente.

Em decorrência da Segunda Guerra Mundial e da participação Militar do Brasil no conflito, houve a necessidade de o Exército amoldar-se à estrutura militar preconizada pelos Estados Unidos. A criação dos CPOR para a formação de oficiais da reserva, propiciou uma grande integração do Exército com a sociedade, tendo em vista que os jovens provenientes de diversos setores de atividades difundiam sua experiência de formação militar, na esfera de seus relacionamentos.

O nacionalismo, uma bandeira sempre desfraldada no período, teve na exaltação do patriotismo a maior relevância, quando o Brasil se fez representar através da FEB, na Segunda Guerra Mundial.

Houve a mobilização de recursos humanos e materiais do país. Além das tropas para combater na Itália, o esforço de guerra abrangeu o fornecimento de homens, bases e materiais para a defesa continental e o aparelhamento de setores-chave da economia. A FEB foi a única unidade latino-americana a participar ativamente na guerra, concorrendo para sedimentar o prestígio do Brasil no exterior ao mesmo tempo que se tornou um grande orgulho patriótico no país.

As reformas implantadas no período foram de sorte a facultar o desenvolvimento social e econômico, harmonizando-os num crescimento que se queria contínuo e auto-sustentado. Só dessa forma, poderão surgir instituições sólidas, fruto de uma sociedade evoluída, para tornarem-se factíveis formas mais liberais e representativas de governo.

O surgimento de Indústrias de Base, propiciando, no futuro, uma economia estruturada em termos de escala de produção, é bem retratada na Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional e no Conselho Nacional de Petróleo (organismo autônomo ligado diretamente ao Presidente da República).

No plano administrativo, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), procurou o governo não somente modernizar a burocracia, a fim de melhorar a qualidade da

administração pública, como nacionalizá-la.

Uma vigorosa política foi posta em prática. A Constituição de 1934 estabelecia leis regulando, dentre outros, o salário mínimo, a previdência social, a jornada de trabalho e a representação classista, em que os sindicatos de patrões e empregados podiam eleger seus deputados (tinham os mesmos direitos dos outros parlamentares). Em 1939, foi consolidada a justiça do trabalho e, em 1943, foi elaborada a Consolidação das Leis Trabalhistas.

Durante a guerra, foram lançados apelos patrióticos aos operários, no esforço de mobilizá-los para a "batalha da produção" e em apoio aos preparativos militares.

Percebera-se que nenhum governo moderno pode cumprir seus encargos com desequilíbrios internos, havendo a preocupação com a justiça social, bem retratada na legislação trabalhista.

A diversificação de atividades e suas interações nos campos social e econômico levaram o governo, em 1939, a preparar um Plano Quinquenal de Desenvolvimento (não foi posto em prática em razão da guerra).

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, porém, o Estado Novo já tinha cumprido seu papel. Afigurava-se uma contradição a permanência de um Estado autoritário

no Brasil, quando o Exército Brasileiro, através da FEB, participou da Segunda Guerra Mundial para lutar contra a ditadura nazi-fascista. Cessara a ameaça externa, como também, no plano interno, o facciosismo político radical não mais ameaçava dilacerar o país. O autoritarismo, embora tivesse assegurado o desenvolvimento, estava desacreditado e perdera o sentido de legitimidade. A grande maioria da nação era favorável à mudanças, já que o mesmo governo se encontrava havia 15 anos no poder. Sem o apoio do Exército, o governo do Presidente Getúlio Vargas chegou ao fim.

SÍNTESE CONCLUSIVA

De tudo que foi exposto, ficou demonstrado que o Exército Brasileiro contribuiu para a evolução da sociedade.

Essa contribuição apresenta-se, de forma indireta, pelo cumprimento de sua destinação constitucional, em apoio às instituições legitimamente constituídas. Sempre que sua presença no processo político se fez de forma direta, atendeu às aspirações da sociedade e sua atuação, legitimada pelos momentos históricos vividos, se fez sempre no interesse da maioria do povo de que é parte integrante.



Firestone

A VIDA RODA MELHOR NUM FIRESTONE



UMA INTRODUÇÃO À GUERRA ELETRÔNICA ESTRATÉGICA

Humberto José Corrêa de Oliveira

"... a próxima guerra será vencida pelo lado que melhor explorar o espectro eletromagnético."

— Almirante SERGEI GORHKOV,
Marinha da URSS.

Em outubro de 1962, o navio US Muller, patrulhando no Mar do Caribe, interceptou sinais eletromagnéticos pouco usuais de radar oriundos de Cuba. Reconhecimento eletrônico posterior, realizado por um avião U2, confirmou a presença de mísseis soviéticos em território cubano.

O fato é ilustrativo de Guerra Eletrônica Estratégica, que o autor aborda no presente artigo, numa introdução ao entendimento dos seus aspectos doutrinários.

COMENTÁRIOS INICIAIS

Desde o início de minhas pesquisas sobre a Guerra Eletrônica (GE), no correr do ano de 1970, orientei meus tra-

balhos na direção do aspecto tático, sob a ótica que me pareceu de maior interesse para a Força Terrestre (FT). A GE estratégica sempre foi tratada com muita cautela, pois a ausência de informações so-

bre ela, até mesmo pela análise de fatos históricos, a tornava um grande enigma.

Quando escrevi a contribuição intitulada "A Quarta Dimensão da Guerra", publicada na *Revista Militar Brasileira*, Vol. 118, nº1, Jul/Dez 1981, tentei lançar algumas idéias muito tímidas, que poderiam servir como base para maiores reflexões, criando condições para ampliar conhecimentos sobre o aspecto estratégico da GE.

Durante o período em que fui o executivo da Comissão de Coordenação e Controle das Atividades de GE (CCCAGE) e chefe do Núcleo de Instalação do Centro de Instrução de GE (NICIGE), seção pertencente à 3ª Subchefia do EME, foi-me possível dedicar parte dos meus estudos para o aspecto estratégico da GE, sentindo, desde logo, a complexidade do assunto, especialmente quando considere os recursos materiais altamente sofisticados, e de custo muito elevado, e os recursos humanos de diferentes níveis de cultura técnica e profissional exigidos para o planejamento, operação e manutenção do sistema a ser futuramente estruturado.

As pesquisas receberam respostas muito seguras, durante viagens aos Estados Unidos, França, Israel, Itália, Portugal, República Federal da Alemanha e Suécia. Foi possível sentir que, doutrinariamente, poucas diferenças existem entre os conceitos adotados pelos citados países; porém, quanto às organiza-

ções operacionais estratégicas de GE, os materiais adotados e a presença de organizações diferentes das forças singulares na estrutura das atividades de GE estratégica, demonstraram de modo inequívoco a elevada complexidade do assunto.

Embora a GE tenha sua história ligada a fatos militares ocorridos no primeiro decênio deste século, teve sua presença, em larga escala, nas operações militares efetuadas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e firmou seu conceito como verdadeira arma e multiplicador do poder de combate nos conflitos entre Israel e os árabes, em especial durante a Guerra do Yon Kippur (1973).

Durante a Segunda Guerra Mundial, observou-se um importante crescimento do emprego da eletrônica aplicada aos sistemas de armas, atingindo, freqüentemente, níveis nunca imaginados de pleno domínio, e colocando os combatentes sob grande dependência dos dispositivos eletrônicos.

O desenvolvimento e a aplicação de tais meios em grande número de atividades militares caracterizavam-se pela profusão de múltiplas técnicas e tecnologias dirigidas para atender a determinadas exigências operacionais.

As operações de GE estratégica e seus resultados são raramente divulgadas. Quando são publicadas pela imprensa, especializada ou não em assuntos militares, sempre são dissimuladas como meros aci-

dentes, operações militares malsucedidas ou incidentes internacionais provocados por descuidos dos tripulantes das plataformas onde estão instalados os meios. Por outro lado, as operações táticas, quando são divulgadas, nem sempre o são na época em que ocorreram. Muitas atividades de GE acontecidas durante a Segunda Guerra Mundial só vieram a público cerca de quarenta anos após o fim do conflito.

O sigilo é obrigatório em tudo que é relacionado com a GE, pois é um tipo de guerra que é levada a efeito desde o tempo de paz.

Nestes últimos quinze anos, há uma tendência muito didática para distinguir-se as medidas de apoio eletrônico (ME), contramedidas eletrônicas (CME) e contra-contramedidas eletrônicas (CCME). Essas atividades, quando integradas, são referenciadas como GE, porém só raramente podem ser realizadas em separado.

É imprescindível que seja realizado um reconhecimento eletrônico (Rec Elt) em busca de informações sobre os sinais (Info Sin), de modo a criar condições para a elaboração de programas de pesquisa e desenvolvimento (P & D) operacionais com a finalidade de permitir o planejamento de operações estratégicas e táticas.

A GE pode ser conceituada como sendo o emprego de dispositivos eletrônicos e técnicas com a finalidade de determinar a existência e o desdobramento dos meios

eletrônicos inimigos para a guerra; destruir ou degradar a eficiência dos meios eletrônicos hostis para a guerra; e evitar a destruição e a diminuição da eficiência dos meios eletrônicos amigos.

Podemos ainda conceituar a GE como sendo a atividade militar que compreende o emprego criterioso da energia eletromagnética, com a finalidade de detectar, explorar, reduzir ou impedir a utilização do espectro eletromagnético pelo inimigo, garantindo seu emprego pelas forças amigas.

Os sistemas de GE ocupam uma posição privilegiada, na qual a função principal é responder às ações reais ou potenciais do inimigo. A característica eficaz dos sistemas de GE e o seu ciclo de desenvolvimento não seguem os padrões adotados pelos outros sistemas ativos de armas e eletrônicos, incluindo seus subsistemas. Os pontos mais importantes de diferença são os que se seguem:

- a necessidade dos sistemas de GE é reconhecida, quando está estabelecida ou postulada a existência de meios eletrônicos inimigos;
- as características dos sistemas de GE são determinadas pela natureza dos dispositivos eletrônicos hostis, conhecidos ou previstos;
- a ineficiência de um sistema de GE não pode ser demonstrada independente dos resultados de sua atuação real ou simula-

da contra os dispositivos eletrônicos inimigos; e

- a futura conduta das operações de GE somente será predita, considerando-se o ambiente eletrônico antecipadamente criado pelo adversário.

A dependência dos métodos adotados pelas atividades de GE, para fazer face à postura atual ou futura do inimigo, coloca o campo de atuação da GE em íntima relação com as atividades de informações. Não significa afirmar que os elementos de GE pertençam ao serviço de informações. Em alguns países as organizações de GE pertencem à Arma de Comunicações, em outros ao Serviço de Informa-

ções, quando este existe na estrutura militar.

As técnicas e tecnologias utilizadas na interceptação, análise e localização dos sinais constituem as ferramentas básicas para a obtenção das informações eletrônicas (Info Elt) e das informações de comunicações (Info Com). Reciprocamente, os informes sobre as atividades da ameaça ou do inimigo são dados básicos para sua interceptação e para o desenvolvimento do planejamento e das atividades integradas de GE.

Na hipótese da busca de complexo sistema de emissão eletrônica, a classificação do sinal não é uma tarefa fácil para as Info Elt e Info Com.

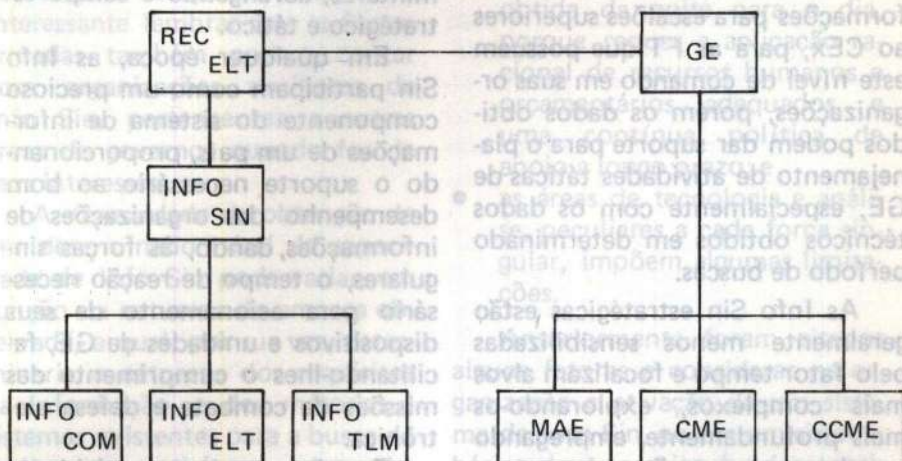


FIGURA 1 — RECONHECIMENTO ELETRÔNICO.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINAL

A GE estratégica desenvolve-se basicamente abrangendo grandes áreas do planeta, emprega meios altamente sofisticados (instalados em aeronaves, meios flutuantes, viaturas geralmente especializadas prédios, *shelters* fixos e satélites) e recursos humanos de elevado nível técnico e profissional, para a produção das Informações dos Sinais (Info Sin).

As Info Sin fornecem dados para a elaboração de planejamentos detalhados a longo prazo, que possibilitarão perturbar ou influenciar o inimigo ou ameaça declarada ou potencial, por meio de ações estratégicas e políticas apropriadas.

As Info Sin são a fonte de informações para escalões superiores ao CEx, para as FT que possuem este nível de comando em suas organizações, porém os dados obtidos podem dar suporte para o planejamento de atividades táticas de GE, especialmente com os dados técnicos obtidos em determinado período de buscas.

As Info Sin estratégicas estão geralmente menos sensibilizadas pelo fator tempo e focalizam alvos mais complexos, explorando-os mais profundamente, empregando em algumas operações a busca por meio de múltiplas plataformas (meios aéreos combinados com meios flutuantes, satélite combi-

nado com instalações sobre o solo etc.).

No período de paz, são fornecidos preciosos dados que, após adequados tratamentos nos bancos de dados eletrônicos, verdadeiras bibliotecas de informações, permitem a obtenção de valiosas informações sobre a ameaça declarada ou potencial, especialmente nos campos político e militar.

No período de crise, as Info Sin revelam preciosos dados sobre os movimentos de importantes forças hostis, criando condições para determinar as prováveis linhas de ação ou intenções do inimigo.

Durante o período de guerra, as Info Sin são consideradas uma fonte ininterrupta de informações, das quais dependem o sucesso do planejamento e execução das atividades de GE e de outras operações militares, abrangendo o campo estratégico e tático.

Em qualquer época, as Info Sin participam como um precioso componente do sistema de informações de um país, proporcionando o suporte necessário ao bom desempenho das organizações de informações, dando, às forças singulares, o tempo de reação necessário para acionamento de seus dispositivos e unidades de GE, facilitando-lhes o cumprimento das missões de combate e defesa eletrônica.

Em alguns países, as atividades de Info Sin também são efetuadas por organizações não pertencentes às forças armadas.

Para organizar e manter ativo um sistema de Info Sin é necessário considerar, entre outros fatores: a necessidade para o país; a posição do país em seu continente; as peculiaridades da sua geografia; sua conduta política e relacionamento com seus vizinhos; as hipóteses de guerra; as ameaças potenciais; e suas possibilidades industriais e logísticas.

Os requisitos estratégicos de um sistema de Info Sin são satisfeitos mais eficazmente, quando a interceptação ou busca é realizada de modo integrado, formando uma força representativa dos interesses nacionais. Quando os recursos humanos e os orçamentos militares são limitados, um programa de interceptação ou busca unificada, que combine todos os recursos das forças singulares, fica mais razoável com relação aos custos. É interessante lembrar que as forças armadas também podem contar com organizações similares de Info Sin, pertencentes a outras áreas de governo, quando for de seus interesses.

A necessidade de obtenção de um determinado nível de capacidade de Info Sin pode variar, em função da natureza da ameaça observada, a qual, por sua vez, determinaria a natureza dos requisitos da informação, e dos métodos e sistemas existentes para a busca de dados, que satisfaçam adequadamente a esses requisitos.

Caso eles não satisfaçam, é razoável crer que a obtenção de uma

capacidade adicional de busca de Info Sin viria aumentar significativamente o esforço de busca existente.

No sistema de Info Sin há necessidade de cautelas, assim:

- os sistemas de Info Sin não substituem outros meios ou sistemas de busca; isto é, eles oferecem, às vezes, contribuições críticas a programas de busca de dados de informações;
- as forças armadas modernas devem ter pleno conhecimento do que o sistema de Info Sin pode ou não contribuir, e elas devem possuir um mínimo de recursos humanos especializados, trabalhando no desenvolvimento deste sistema;
- a capacidade operacional de um sistema de Info Sin não é obtida da noite para o dia, porque requer a aplicação racional de recursos humanos e orçamentários adequados, e uma contínua política de apoio a longo prazo; e
- as áreas de tecnologia e análise, peculiares a cada força singular, impõem algumas limitações.

Anteriormente foram citados alguns fatores a considerar na organização e ativação de um sistema de Info Sin, porém um sistema básico deve apreciar, fundamentalmente, a missão, a área geográfica de atuação, a ameaça principal e secundárias (possibilidades e vul-

nerabilidades), e a estrutura militar de guerra.

Identificadas as informações indispensáveis, é necessário estimar os recursos a serem empregados no programa para que se possa planejar, estruturar, integrar e realizar as buscas. Um dos fatores mais críticos é a captação dos recursos humanos, considerando-se o elevado número de funções e exigências peculiares, muitas vezes difíceis de obter em nosso universo de pessoal disponível a curto prazo.

É necessário selecionar e preparar os recursos humanos, e formular uma especial política de pessoal destinado à GE.

Só assim será possível garantir o sistema com pessoal altamente especializado em todos os níveis e funções, possibilitando estruturar a organização de Info Sin.

Além das providências apenas enunciadas, é imperioso estabelecer o sistema de apoio logístico ao sistema, tendo em mente que os materiais por ele empregado são sofisticados e de custo muito elevado.

Os pontos capitais para permitir uma adequada organização de um sistema de Info Sin deve estabelecer, a curto prazo, as características e possibilidades iniciais, estruturar de forma modular, com finalidade de permitir uma evolução progressiva, com vistas ao seu aperfeiçoamento, e integrar o sistema no âmbito das grandes estruturas de segurança nacional.

Ao longo desta exposição de idéias, será fácil verificar que será enfatizada a necessidade de monitorar continuamente todo espectro de frequências empregadas pela ameaça, para analisar suas emissões eletrônicas e avaliar os dados obtidos (informes sobre características, tecnologia empregada, procedimentos operacionais, deslocamentos de sistemas de armas etc.). Para ser obtido um quadro de situação muito próximo da realidade, os informes, após comparados com os dados existentes na biblioteca e em outras fontes, é transformado nas informações que retratarão as possibilidades e intenções da ameaça. Para isto, são envolvidas as seguintes atividades ou procedimentos:

- observação sistemática e permanente do espectro eletromagnético, especialmente no que concerne às frequências usuais da ameaça;
- detecção do sinal desejado;
- aquisição dos dados;
- identificação, por meio de comparação, dos dados obtidos de um sinal, com os parâmetros ou características armazenadas na biblioteca (banco de dados), de modo a possibilitar a identificação do tipo de emissor, plataforma onde está instalado, finalidade, escalação de comando, força singular etc.;
- catalogação dos sinais recebidos por meio de gravação ou video-gravação, armazenando-

os com a finalidade de posterior utilização (comparação, análises, avaliação etc.);

- análise para investigação das emissões eletromagnéticas, com atenção às suas técnicas individuais e operacionais, características e ao emprego que é feito pelo ameaça;
- análise individualizada, que consiste na aplicação de técnicas de análises para determinar características de emissor específico;
- monitoração, com a finalidade de acompanhar e reexaminar as emissões eletromagnéticas, possibilitando determinar as características técnicas, operacionais e a cobertura do emissor no espectro, de modo a estabelecer se ocorreu mudança de situação;
- avaliação ou processamento dos resultados da análise, de modo a prover um quadro geral técnico e operacional, com a finalidade de uma interpretação estratégica, fornecendo, ainda, dados estatísticos; e
- integração dos dados ou informes técnicos e operacionais obtidos, sob a forma de relatório padronizado, versando sobre as diversas fontes de emissão.

Os meios de Info Sin normalmente estão distribuídos em centros fixos, móveis terrestres, meios flutuantes ou aéreos.

Os prováveis alvos de busca

são os centros ou instalações de comunicações, os emissores que não sejam de comunicações (radares) e outras fontes de emissão eletromagnéticas, não pertencentes às forças singulares e aos órgãos de segurança da ameaça, tais como sistemas de comunicações de forças irregulares, de contrabandistas, traficantes de drogas e radiodifusões ilegais ou ilícitas.

Sobre a plataforma e posicionamento geográfico, ainda cabem as seguintes considerações:

- a busca em HF, incluindo a radiogonometria, pode utilizar instalações terrestres semipermanentes e/ou fixa;
- algumas buscas, em linha de visada, podem ser efetuadas de plataformas flutuantes;
- a limitação da linha de visada das instalações terrestres sugere o emprego de plataformas aéreas (aviões, helicópteros e aeronaves de controle remoto), para a busca em VHF, UHF e SHF;
- o terreno montanhoso permite a localização de instalações fixas, destinadas à busca em frequências superiores às de HF, exceto nas imediações da linha de fronteira; e
- o emprego de materiais encerrados em *shelters* ou em reboques especializados permitem o fácil deslocamento dos meios de busca, são de custo razoavelmente baixo e proporcionam flexibilidade e mobili-

dade para as operações de monitoração.

Os recursos humanos empregados na atividade de análise dos dados são considerados elementos-chave do sistema. Embora os materiais modernos contenham dispositivos automáticos e computadores, para o processamento dos dados recebidos, eles não podem substituir os analistas. O preparo desses especialistas deve ser permanente e metódico, abrangendo a análise realizada pelo próprio analista e com a participação de dispositivos eletrônicos. Esses especialistas devem ter a possibilidade para determinar o conteúdo das informações e o valor dos dados recebidos e processados.

A finalidade fundamental é adquirir, para os mais elevados escalões, e o mais urgente possível, as informações relacionadas com as intenções, possibilidades industriais de interesse militar, possibilidades das forças singulares e vulnerabilidades dos países vizinhos potencialmente hostis, bem como as informações relacionadas como indicadores de possíveis ameaças internas contra a segurança nacional.

Quanto à administração da busca de Info Sin, é conveniente ressaltar a necessidade de garantir a compatibilidade da missão do sistema com as suas reais possibilidades, estabelecer as prioridades de busca, traduzir os requisitos em missões ou tarefas para os elementos ou organizações de busca e ga-

rantir a periódica atualização dos requisitos e a constante avaliação do grau de eficiência e eficácia do sistema.

É possível conceituar as Info Sin como sendo a procura, obtenção, localização, análise, integração, interpretação e exploração de emissões eletromagnéticas concernentes às comunicações, radar, controle operacional e técnicas adotadas pela ameaça potencial ou pelo inimigo, com a finalidade de produzir informações sobre suas atitudes ou intenções. As ameaças advindas das medidas eletrônicas, os métodos de comando e operacionais hostis, e o conhecimento das CME e CCME empregadas são dados de importante valor para a GE estratégica.

É interessante lembrar que as bibliotecas, ou bancos de dados eletrônicos, podem ser instaladas pelas forças singulares e outras organizações governamentais (comunicações e informações), para atender aos seus fins específicos, porém é mister que haja uma biblioteca central, que facilite o cruzamento de informes ou dados, para obtenção de informações de alto nível de credibilidade.

IMPLEMENTAÇÃO DAS INFO SIN

As Info Sin são implementadas pelas informações de comunicações (Info Com), informações eletrônicas (Info Elt), e informações telemétricas (Info Tlm).

As Info Com

As Info Com interceptam e interpretam as comunicações inimigas ou das ameaças, de modo a produzir informações sobre as características técnicas das pontes de emissões e do conteúdo das mensagens, por meio da análise dos dados obtidos pela interceptação das comunicações eletrônicas. Além do que foi mencionado, as Info Com fornecem dados para a radiogoniometria localizar os sítios onde estão instaladas as fontes de emissão. Estas poderão não ser incomodadas, permitindo a obtenção de informes, e transformar-se em alvos para a interferência, ou para o ataque dos sistemas de armas e de elementos de operações especiais, com a finalidade de neutralização ou destruição dos emissores. Mesmo sem dar a conhecer o conteúdo das mensagens do inimigo ou da ameaça, as atividades eletromagnéticas fornecem preciosos indícios, freqüentemente preciosos, quanto a suas atitudes e intenções, especialmente quando comparamos os conhecimentos que possuímos sobre elas, com outras informações ou dados advindos de diversas fontes.

No domínio das comunicações, a interceptação é realizada ao longo de todo o espectro das freqüências-rádio, abrangendo as comunicações-rádio: por linha de visada, relativamente a curta distância, por onda direta; a longa distância, com ondas propagadas

via ionosfera; multicanais, por visibilidade e tropodifusão; e via satélite.

Atualmente, mais do que no passado, a interceptação das comunicações-rádio estrangeiras são praticadas por todos os países, com a finalidade de obter Info Com militares e diplomáticas. O país que negligenciar essa prática está fadado a ser surpreendido em qualquer situação. Os escrúpulos neste sentido não revelam boa vontade ou amizade para com os vizinhos e outros países amigos, demonstram fraqueza e falta de atenção quanto a sua segurança e soberania.

É necessário ficar mais claro que não há, na realidade, países amigos e até mesmo aliados, pois os interesses nacionais estarão sempre acima das amizades e relações internacionais. Basta consultar a história dos povos.

O desenvolvimento de conjuntos-rádio para atender enlaces estratégicos e táticos estão, há algumas décadas, dotados com dispositivos de cifrar *on line*, especialmente quanto à transmissão em fonia, tornando as mensagens menos vulneráveis à exploração e menos interessantes como fontes de informações.

Esses dispositivos acrescidos a algumas tecnologias de CCME criaram condições para aumentar o valor da interferência e da análise do tráfego das comunicações. Em lugar da verificação do conteúdo das mensagens, as peculiaridades técni-

cas da transmissão e as características que identificam os materiais aumentaram de importância, para a identificação das emissões. É possível concluir que as características técnicas e a localização dos emissores se tornaram relevantes parâmetros para a identificação do alvo, em especial quanto à sua função no âmbito dos enlaces.

As Info Elt

As Info Elt estão dirigidas para as emissões eletromagnéticas que não sejam produzidas por transmissores de comunicações e fontes radioativas. Interessam às emissões de qualquer classe de radar, sistemas de controle e IFF (Identification Friend or Foe) e suas características.

As Info Elt são assim implementadas sobre uma base regular nos períodos de paz, crise ou guerra:

- no tempo de paz, de modo a obter informes rápidos e relativamente seguros sobre a situação estratégica, para colaborar na P & D e obtenção de materiais, elaboração de procedimentos e táticas próprias, e fornecer orientação para a preparação de recursos humanos (militares e civis);
- no tempo de crise, permitir a agilização da obtenção de informações já iniciadas no período de paz, de modo a determinar rapidamente as intenções hostis da provável amea-

ça, cooperando na contenção da crise sem causar escalada; e

- na guerra, cooperar decisivamente no esforço total das operações de GE, de modo a fornecer dados altamente confiáveis, especialmente para a condução do combate com os meios eletrônicos.

As Info Elt, como já foi anteriormente escrito, empregam equipamentos de tecnologia eletrônica muito avançada, freqüentemente substituídas por meios mais modernos, para acompanhar a evolução dos meios eletrônicos hostis, instalados em plataformas terrestres (fixas e móveis), em aeronaves (aviões, helicópteros e aeronaves de controle remoto), em meios flutuantes e em satélites. Freqüentemente, os meios de comunicação chamam essas plataformas de navios espíões, aviões de espionagem, satélites espíões etc. Nesta década, as aeronaves de controle remoto (ACR), também conhecidas como veículos pilotados remotamente (VPR), tiveram um especial realce no permanente conflito entre Israel e os países árabes, para a determinação dos sistemas de armas e contramedidas eletrônicas árabes, dentro do alcance do sistema ACR.

As instalações terrestres de Info Elt normalmente proporcionam uma presença permanente e o custo operacional é relativamente baixo. Os materiais de Info Elt instalados em aeronaves (aviões e helicópteros) podem se aproximar

muito dos objetivos a reconhecer, oferecendo vantagens em termos das possibilidades de alcance útil e do teto de vôo das aeronaves utilizadas. Porém, o elevado custo operacional, a fácil detecção e intervenção hostil põem em perigo de destruição tripulações altamente especializadas e materiais de custo e obtenção muito elevados. Se verificarmos a história da GE desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os nossos dias, algumas dezenas de incidentes graves ocorreram com aeronaves de Info Elt, criando situações de crise e o agravamento da "guerra fria" entre os Estados Unidos e a União Soviética.

O mesmo ocorreu com plataformas flutuantes, que singram os mares, camufladas sob a forma de inocentes pesqueiros, navios hidrográficos e de pesquisa científica, que, porém, no seu bordo, transportam materiais de Info Elt, Info Com e Info Tlm altamente sofisticados. Entre os incidentes ocorridos com um desses navios, lembro o caso do USS Pueblo, em Jan 88, aprisionado por forças navais norte-coreanas.

O elevado custo operacional e os riscos que sofrem os materiais instalados em plataformas aéreas e flutuantes são desvantagens importantes, quando comparados com as instalações terrestres. Porém, considerando a importância das Info Elt, todos os meios devem existir e operar de modo integrado, para garantir, com eficiência,

a interceptação das atividades radar e sistemas de armas inimigos ou da ameaça.

As Info Tlm

A conquista do espaço pelo homem criou uma nova dimensão para a tecnologia militar ou para os sistemas de armas, sistemas de comunicações e métodos de vigilância, criando conseqüentes inovações no campo da GE.

O emprego de satélites para finalidades militares teve início em 1958, quando os Estados Unidos lançaram o satélite de comunicações SCORE, que simplesmente transmitia mensagens pré-gravadas. Os sensores empregados nos satélites de vigilância são: câmaras fotográficas e de televisão, radares, detectores de infravermelho, materiais de comunicação e outros sensores. Também estão equipados com materiais que permitem enlases de comunicações com um ou vários centros de controle. É interessante lembrar que os sensores e os enlases de comunicações superfície-satélite (e vice-versa) podem estar sujeitos a CME, dependendo particularmente do sistema de vigilância ou da finalidade do satélite. Por meio do emprego de satélites, além das Info Com e Info Elt, são obtidos em combinação com outros meios as Info Tlm. Estas são o produto da análise da interpretação de sinais de telemetria, seu nível é predominantemente estratégico, quase restrito aos domínios

dos mísseis intercontinentais ou de longo alcance lançados da superfície do solo ou por meio de submarinos de propulsão nuclear. Muito poucas informações são divulgadas sobre o assunto, porém deve ser considerada como uma importante atividade de Info Sin.

O assunto satélites e a GE é, sem dúvida, uma pesquisa a ser feita, pois o Brasil já entrou no "club" dos países que as possuem e já se apresta para lançar com meios próprios, dispositivo de P & D e fabricação nacional. É interessante pensar no assunto.

INTERCEPTAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E INTERFERÊNCIA

Não é minha intenção alongar esta exposição, para não fatigar o leitor, pois tenho como finalidade ressaltar idéias, para motivar estudos mais aprofundados por parte dos interessados em GE, especialmente quanto à formulação de uma doutrina que atenda nossos anseios.

Os elétrons movem-se na velocidade da luz e transferiram para os padrões estratégicos, táticos, filosóficos e doutrinários dos equipamentos de GE os reflexos daquela vertiginosa velocidade. Um sistema de GE, se for estático, quase por definição deve ser considerado obsoleto. Observa-se que os programas de GE são implementados em pequena escala, quando comparados com outros do campo

militar estratégico e tático, porém, quando são iniciados, têm que atingir todas as suas metas de planejamento, cercados de alto grau de segurança (sigilo). O mínimo programa de GE deve sofrer severas restrições quanto à divulgação por qualquer meio. O sigilo é imprescindível.

A maioria dos integrantes das forças singulares e alguns setores do público civil têm conhecimento que grande número dos atuais sistemas de armas contam com dispositivos de emissão eletromagnética, para seu eficiente emprego. A velocidade de proliferação dos sistemas controlados e gerados eletronicamente ocupam grandes espaços do espectro eletromagnético, já bastante poluído com o emprego das comunicações-rádio.

A intensa atividade eletromagnética tem provocado especial atenção para o desenvolvimento de sistema de interceptação, localização e interferência, substituindo os antiquados materiais de operação manual por equipamentos automáticos, por considerá-los inadequados às atividades da GE, considerando ainda a complexidade das emissões produzidas pelos modernos sistemas.

Em consequência do ambiente dinâmico proporcionado pela eletrônica, os sistemas de interceptação, localização e interferência exigem a participação de receptores, sistemas de análise e computadores de elevado padrão técnico e confiabilidade, de modo a dar-

lhes respostas preciosas e rápidas e, ainda, permitir a redução dos problemas logísticos, pela adoção de dispositivos de localização de defeitos instalados nos painéis dos equipamentos.

Considerando as três atividades, a interceptação pode ser como elemento básico do sistema de GE e suas tarefas são amplas, cobrindo os domínios das missões estratégicas e táticas. Ela pode ser conceituada, em sentido lato, como sendo o ato de captar e registrar emissões eletromagnéticas, com a finalidade de obter informes ou dados sobre sinais ou emissões eletromagnéticas. Entre outros dados procurados é possível citar a medição da largura de faixa, do índice de modulação, da intensidade do campo irradiado, e de irradiações espúrias.

No que concerne às interferências, cumpre à interceptação determinar a causa da interferência (natural ou internacional), as características técnicas da irradiação interferente e propor medidas para eliminar ou minimizar a interferência.

A interceptação é uma atividade realizada desde o tempo de paz, envolvendo organizações militares (pertencentes às forças singulares) e civis (ligadas às comunicações ou informações), e é considerada de grande valor estratégico para um país.

A identificação, avaliação e seleção do conteúdo das emissões é uma atribuição dos órgãos de escu-

ta. Por meio da automatização das tarefas rotineiras, é possível agilizar o processo de interceptação de emissões importantes e comunicar, em tempo útil, a avaliação, de modo a permitir uma rápida produção de informações, as quais poderão ser de grande valia para decisões de escalões de governo ou de comandos militares.

Um sistema de interceptação, em sua expressão mais simples, compreende postos instalados no solo e em vários tipos de plataformas, já enunciadas anteriormente, quando foi comentado a busca das Info Sin. Os postos fixos, normalmente são destinados para fins estratégicos, possuem uma grande quantidade de meios e facilidades altamente sofisticadas, para agilizar o processo, e são geralmente instalados em amplas construções subterrâneas ou na superfície do solo. Pode o sistema estar composto de instalações secundárias ligadas por enlaces seguros e confiáveis de comunicações a um centro principal, geralmente fixo, e a um centro de avaliação, dependendo das necessidades reais do sistema.

Quanto à localização das fontes de emissão, a atividade é realizada por sistemas de radiogoniometria, que podem abranger uma ou mais faixas do espectro eletromagnético.

A localização das fontes de emissão eletromagnética é realizada pela radiogoniometria, cujo aparecimento e aperfeiçoamento

ocorreram durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), marcando notáveis sucessos, que constam da longa história da GE.

A importância da radiogoniometria tem propiciado a P & D de muitas tecnologias, que estão sendo freqüentemente aperfeiçoadas e seguem todavia em uso, ressaltando-se os grandes progressos obtidos nos sistemas de antenas e no tratamento dos dados obtidos, cuja precisão e confiabilidade são buscadas permanentemente.

A habilidade de radiogoniometria para localizar fontes de emissão eletromagnéticas, por meio da determinação de azimutes, depende, entre outros fatores, da freqüência operacional, da potência de transmissão do emissor-alvo e do tipo de antena utilizada.

A potência do sinal é também afetada pela freqüência, tipo de modulação e largura do sinal do emissor-alvo.

Um sistema de radiogoniometria é normalmente constituído, pelo menos, com três postos, acionados por um centro de avaliação, instalados estrategicamente no terreno, podendo receber informações de plataformas aéreas ou flutuantes. O sistema de localização de emissões em LF e HF podem cobrir o território de um país, possibilitando proteger seu território nacional, seu mar territorial e os países vizinhos.

A cobertura das faixas de VHF e UHF apresentam limitações ao alcance de interceptação do sinal,

e têm maior expressão na GE sob o aspecto tático, a não ser quando o sistema instalado sobre o solo é apoiado por plataformas aéreas ou situadas em pontos dominantes do terreno que prolonguem suas possibilidades de busca para além da linha de visada, atingindo centenas de quilômetros para o interior do território do país ameaçado ou inimigo e do território amigo.

As dificuldades encontradas na faixa de HF, (tais como perturbações por variações das condições atmosféricas — tempestades; *fading* seletivo; distâncias demasiadamente grandes entre os enlaces; e ocupação excessiva da faixa pelos diversos serviços de comunicações civis e militares) não aparecem nas faixas de VHF e UHF.

Existe, porém, um número de problemas motivados pelo grande número de conjuntos-rádio de redes militares (especialmente nos tempos de crise e guerra) e de vários serviços de comunicações civis, que funcionam quase ao mesmo tempo, praticamente nas mesmas freqüências ou canais. A interpretação dessas emissões são realizadas automaticamente.

As instalações terrestres fixas de radiogoniometria geralmente estão recobertas por meios móveis terrestres, aéreos ou flutuantes.

No centro da avaliação há distinção entre a coleta de dados e a avaliação propriamente dita. Embora atualmente os equipamentos sejam automáticos, a intercepta-

ção tem uma componente automática e outra seletiva.

A componente automática procura e analisa as emissões eletromagnéticas, comanda o ajuste da radiogoniometria e determina, mediante os resultados radiogoniométricos, alcançados automaticamente, os locais dos emissores.

A componente seletiva é empregada para a identificação das emissões, pela avaliação do conteúdo, e possibilita a recepção de emissões importantes. É, sem dúvida, a parte do sistema onde a participação humana é muito importante, exigindo pessoal altamente selecionado.

As posições dos emissores encontrados automaticamente serão indicadas eletronicamente em um mapa, onde serão considerados, pelo avaliador, para o correto posicionamento e ilustração da posição do alvo.

A avaliação têm as seguintes tarifas principais:

- realizar a avaliação preliminar e a avaliação dos resultados da interceptação seletiva, acionando a interceptação, mediante a introdução das faixas de frequência a serem controladas e interferidas, e enviando sinais para o nível mais alto de avaliação ou para determinados operadores; e
- efetuar o diálogo com o sistema, por meio de terminal inteligente, que é empregado, tanto para a entrada de dados,

quanto para a identificação de informações.

A determinação radiogoniométrica na faixa operacional dos radares (1 a 46 GHz) é relativamente fácil, devido à grande diretividade dos feixes de ondas emitidas.

Embora a radiogoniometria seja conhecida e aplicada desde a Primeira Guerra Mundial e se conheçam seus princípios essenciais, ainda persistem problemas e, às vezes, torna-se difícil aplicar os métodos estabelecidos, exigindo recursos humanos muito bem instruídos e permanentemente empregados na operação dos equipamentos.

A busca e a localização de fontes de emissão eletromagnética são atividades diárias, em qualquer situação desde o tempo de paz, e têm especial importância na segurança de um país, sob os mais diversos aspectos que se possam imaginar.

Os radiogoniômetros, quando instalados em aeronaves (aviões e helicópteros), têm suas possibilidades de interceptação direta dos sinais emitidos pelas comunicações rádio e pelos radares situados a distâncias relativamente grandes, e os dados obtidos estão menos sujeitos aos erros devidos à reflexão das ondas em obstáculos naturais ou artificiais existentes na superfície do terreno.

A interferência intencional tem sido motivo relevante para aprofundados estudos sobre os

materiais e seu emprego estratégico e tático. A interferência internacional é produzida por meio de irradiações de ondas eletromagnéticas, com a finalidade de impedir, degradar ou dificultar a recepção de uma emissão ou informação.

Para que haja a possibilidade de interferência intencional, é necessário existir compatibilidade entre o dispositivo gerador da interferência e o receptor-alvo.

Sobre interferência intencional há verdadeiros tratados, escritos por autoridades no assunto, compreendendo exposições do mais elevado conteúdo técnico, exigindo, freqüentemente, conhecimento de matemática e eletrônica superior para compreendê-los. A interferência intencional representa um dos aspectos da GE, que normalmente se passa nos laboratórios e centros de pesquisa, tendo como protagonistas engenheiros e técnicos de múltiplas especialidades.

A interferência é uma arma de dois gumes. Quando desencadeada com planejamento deficiente, sem coordenação e de maneira indisciplinada, acarreta prejuízos incalculáveis e os exemplos históricos mais recentes estão para comprovar o que foi escrito. Durante a Guerra do Yon Kippur, o emprego desordenado de interferência de barragem produzido pelas forças do Egito e de Israel resultaram na ruptura de seus próprios enlaces de comunicações. Durante o conflito nas Ilhas Falklands, quando

e UHF apresentam limitações ao alcance de interceptação do sinal,

um Super Etendard argentino lançou seus mísseis Exocet contra o navio aeródromo *HMS Hermes*, este fez emprego do *chaff* (partículas que refletem as emissões radar) para confundir o orientador do míssil. Entretanto, essa resposta não foi adequadamente coordenada com os outros navios britânicos que estavam nas proximidades, resultando no impacto de um destes mísseis no *Atlantic Conveyor*.

Os exemplos de interferência intencional tática têm maior divulgação e tornam-se notícias sensacionais, porém a interferência estratégica é diária, especialmente entre as grandes potências, particularmente sobre as estações de radiodifusão na faixa de HF. É muito fácil a observação dessa interferência, com uma simples varredura naquela faixa, usando um bom receptor do tipo doméstico. A interferência estratégica é também realizada sobre freqüências pouco ou inusitadas do espectro, que são ocupadas por emissões de sinais de ruídos de grande intensidade, permitindo, no caso de crises ou de guerra, a interrupção da interferência e sua utilização para serviços diversos, especialmente para as comunicações militares.

É importante sempre considerar que, no campo das comunicações, a interferência intencional deve ser suficientemente forte e cerrada, de modo a superar ou misturar-se com as emissões inimigas ou da ameaça, afetando a recepção de suas comunicações; que

os conjuntos de interferência devem possuir características técnicas compatíveis com as dos receptores inimigos ou da ameaça, especialmente nas modalidades e faixas de frequência de operação; e que deve existir a mais íntima coordenação no emprego, para evitar que ela afete as comunicações amigas.

A interferência-radar pode ser obtida por dois processos, assim generalizados: transmitir um sinal contra o radar inimigo; e refletir os sinais emitidos pelo radar inimigo.

Se a interferência persistir por longo período de tempo, o fator surpresa tático ou estratégico poderá ser comprometido e o interferidor poderá ser objeto de interceptação e localização. Durante a situação de paz, poderá ser causa de protesto formal e, durante o tempo de guerra, sofrer destruição por meio de um sistema de armas.

A interferência estratégica é, entretanto, uma exigência permanente e que deve ser planejada e exercida desde o tempo de paz. Os meios de interferência estratégica cobrem as faixas de MF e HF, são realizadas normalmente a grandes distâncias, cobrem grandes áreas e são operações levadas a efeito a longo prazo.

Os conjuntos de interferências empregados nas operações estratégicas são geralmente fixos ou transportáveis, emitindo o sinal de interferência intencional com potências superiores a 10 kW.

As possibilidades da ameaça

ou inimiga de localizar e até destruir os conjuntos de interferência que estão interrompendo seus sistemas de comunicações, radares para diversas finalidades e sistemas de armas, devem ser meticolosamente levantadas desde o tempo de paz; para que sejam tomadas medidas de proteção para os conjuntos de interferência, criando condições para a segurança das instalações e conseqüente êxito de suas missões. A possibilidade de ações terroristas contra essas instalações não deve ser descartada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A GE estratégica nem sempre é levada a efeito por organizações militares e tem responsabilidades partilhadas por organizações pertinentes a outros órgãos de governo. Nos Estados Unidos a presença da CIA (Central Intelligence Agency) tem participação ativa, e algumas crises internacionais tiveram a presença ostensiva de meios sob sua direção. Temos conhecimento do misterioso avião U-2, que penetrou no espaço aéreo da União Soviética, no dia 26 de abril de 1960, pilotado por Francis Gary Powers, experimentado piloto da USAF (US Air Force); da Crise dos Mísseis cubanos, em outubro de 1962, na qual o mundo esteve muito perto de uma guerra nuclear, quando houve a participação do navio USS Muller que, patrulhando e interceptando sinais eletromagnéticos no Mar do Caribe, interceptou si-

nais pouco usuais de radar oriundos de Cuba, e o Rec Elt realizado por um avião U-2, confirmou a presença dos mísseis nucleares soviéticos em território cubano; e o drama do navio USS *Pueblo*, em janeiro de 1968, em águas da Coreia do Norte, mostram alguns dos exemplos mais conhecidos da presença de órgãos de governo, especialmente de informações, na GE estratégica.

A União Soviética também tem empregado atividades de GE estratégica em larga escala e o fez na invasão da Tchecoslováquia, na noite de 20/21 de agosto de 1968. Ela tem tido especial sucesso lançando ao espaço seus satélites Cosmos, com estações terrestres, até mesmo instaladas nos prédios de suas embaixadas e consulados espalhados pelo planeta, operando como verdadeiros centros de avaliação de dados. A União Soviética tem demonstrado, nesta última década, um grande progresso nos domínios da GE, causando até surpresa para os analistas ocidentais.

Quem analisar o livro *Estratégia Militar Soviética*, do Marechal V.D. Sololovsky, não ficará surpreso. Neste livro, o ex-Vice-Ministro da Defesa da URSS claramente especifica o papel da GE na estratégia do seu país. Ele deixa bem explícito que os desenvolvimentos no campo da eletrônica são atualmente de igual importância aos dos domínios dos mísseis e das armas nucleares, e estes sem

equipamentos eletrônicos teriam pouca valia.

A organização da GE na União Soviética é muito complexa e é da responsabilidade de dois grandes departamentos: a KGB (Komitet Gosurdarstarvenoi Bezopasnot) — Comissão para a Segurança do Estado, e a GRU (Gosurdarstarvenoi Razvedyvatelnaya) — Agência de Informações Militar do Estado.

A KGB compreende quatro diretorias principais, sete departamentos autônomos e seis seções especiais, com um grande efetivo de pessoal e enormes recursos materiais. A GRU está sob a supervisão dos chefes de EM das forças de defesa e opera, quase exclusivamente, no campo militar. Da mesma maneira que muitos serviços de informações de países ocidentais, a GRU tem por principal missão obter informações técnicas e operacionais sobre sistemas de armas, procedimentos operacionais e ordem de batalha eletrônica (OBE) dos países potencialmente hostis.

Para o cumprimento das missões de GE, a URSS faz largo emprego de aeronaves, em razão do longo alcance dos Rec Elt. Israel também emprega plataformas aéreas, adaptando aviões de linhas aéreas retirados do serviço comercial, tripulados pelo pessoal de sua força aérea, e a presença desses aviões já passaram à história da GE, especialmente na conhecida Operação Entebbe, em junho de 1976, onde um dos Boeing 707, equipado com materiais de GE,

ceguou todos os radares locais e impossibilitou a intervenção da Força Aérea de Uganda, permitindo o retorno, sem danos, de todos os aviões participantes a Israel.

No Brasil temos o embrião da GE estratégica nas múltiplas instalações da Rede Nacional de Radio-monitoragem (RENAR), elemento do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), órgão do Ministério das Comunicações (Min Com). Acredito que a modernização das instalações, ampliando seus meios de Rec Elt e completando seu projeto original, serão grandes avanços na direção da GE estratégica, com grandes reflexos na GE tática, não só para fins militares, como para o controle das comunicações hoje amplamente empregadas para fins ilícitos por organizações de contrabando, tráfico etc.

Como idéia geral, pois o estu-

do do assunto não pode partir de uma só cabeça, a GE estratégica, considerando a organização atual do nosso campo militar, deve ser coordenada e dirigida pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que congrega os meios das forças singulares e até mesmo do Min Com, para o planejamento e execução de operações. É imperiosa a formulação de uma política sobre o assunto, de modo a dar ao Brasil uma grande arma para a sua segurança desde o tempo de paz, permitindo a integração de meios de toda ordem.

Cabe ao prezado leitor, interessado no tema apresentado, refletir e colaborar com idéias, passando-as ao papel, para podermos usufruir, em curto prazo, da grande arma do Século XXI — A Guerra Eletrônica, já comprovada neste século que está para terminar.



HUMBERTO JOSÉ CORRÊA DE OLIVEIRA Cel, é autor e tem publicados, em revistas militares brasileiras e do exterior, trabalhos sobre Comunicações e Guerra Eletrônica (GE). É considerado pioneiro da GE no Exército Brasileiro. Possui os cursos da AMAN (Tu 1952); EsCom; EsAO (Tu 1962); ECEME (Tu 1967), ESG (1973). Além do Curso de Navegação Espacial (Escola Naval), Comunicações por Satélites (USAS-CS) e da ESG da França (1977 a 1978). Foi Instrutor

de Comunicações da EsSA (1956 a 1959), do Curso de Comunicações da AMAN (1960, 1961, 1963 e 1964), Instrutor-Chefe de Emprego Tático das Comunicações e Subcomandante da EsCom (1969 a 1972). Comandou o 4º BComEx (1974 a 1976). Foi Chefe do Gabinete da extinta DCom e da DMCE. Na 3ª Subchefia do EME, exerceu as funções de Chefe do NICIGE (Núcleo de Instalação do Centro de Instrução de GE), e Executivo da CC-CAGE (Comissão de Coordenação e Controle das Atividades de GE). Reformado por motivos de saúde, em setembro de 1986, ainda se dedica à pesquisa e produção de trabalhos sobre GE e Comunicações.



INFORMAÇÕES

RADAR DE VIGILÂNCIA EM CAMPO DE BATALHA



O Radar de Vigilância MSTAR, do Exército Britânico, portátil, destina-se ao uso de observadores avançados de artilharia, para detectar e captar alvos móveis a distâncias de vários quilômetros. O MSTAR poderá ser

fornecido em duas versões: para posicionamento fixo ou montado em veículos. A versão de posicionamento fixo é mostrada aqui num tripé convencional Vinten.

DEFESA AÉREA – DISPOSITIVO DE ALERTA

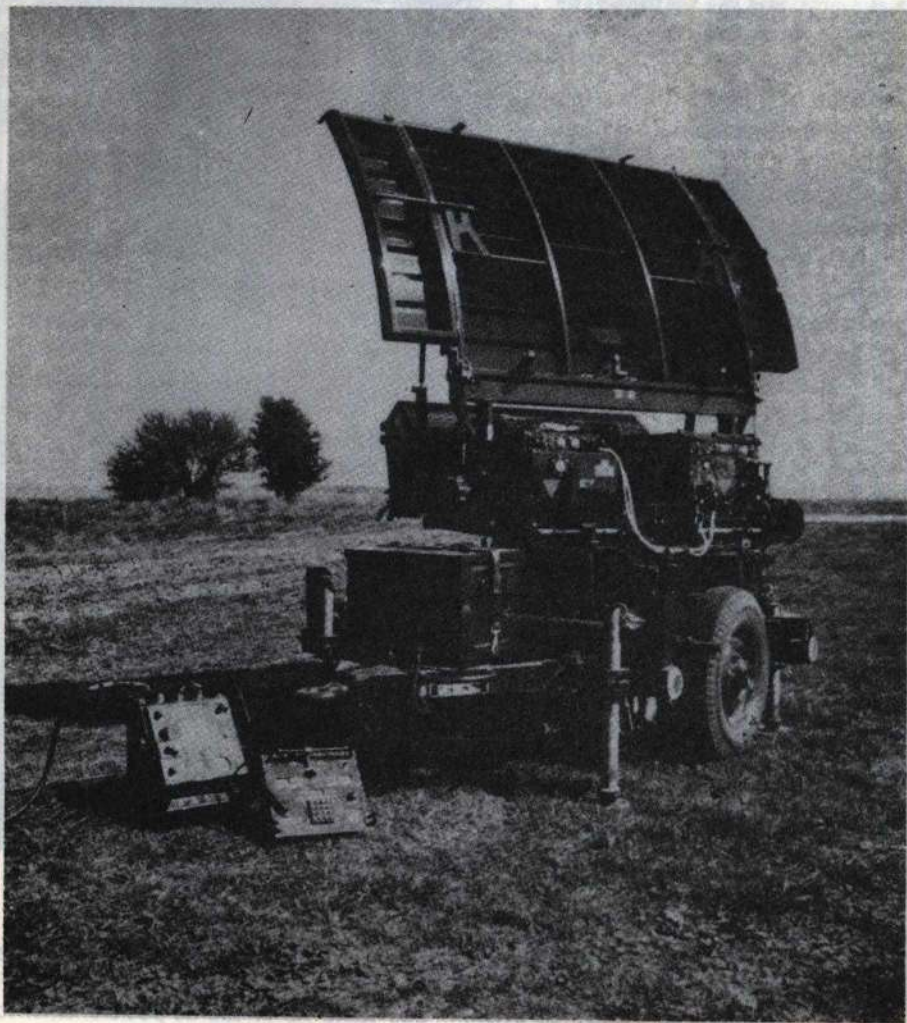


O Dispositivo de Alerta de Defesa Aérea (ADAD) é um extraordinário sistema passivo de aviso, para uso em estreita ligação com sistemas de armas de defesa aérea. Detecta aviões e helicópteros, a partir da radiação infra-vermelha que eles geram em voo.

Programados para entrar em serviço

no Exército Britânico na década de 1990, os sistemas ADAD serão fornecidos tanto na versão de posicionamento livre como na versão montada em veículos. A versão de posicionamento livre aqui mostrada pode ser usada com todos os tipos de sistemas de mísseis superfície-ar lançados dos ombros ou de pedestais.

RADAR DE LOCALIZAÇÃO CYMBELINE MK3



O Radar de Localizar Armas Cymbeline Mark 3 incorpora um novo tipo de antena que dá melhoria de 50% na cobertura de setor.

O alcance também foi aumentado em 50% e o aproveitamento de mecanismos sólidos melhora a confiabilidade e disponibilidade operacional.

NOVO MÍSSEL MK 2, DA BOFORS, PARA A NORUEGA

A Bofors assinou um contrato em Oslo, recentemente, para maior fornecimento do sistema míssil de defesa aérea RBS 70. Dessa vez o sistema está equipado com o novo míssil Mk 2 e se destina à Marinha e a Artilharia de Costa da Noruega. O valor do contrato é de aproximadamente 500 milhões de coroas suecas.

O míssil Mk 2 foi desenvolvido por indicação das Forças Armadas Suecas e tem a vantagem de efeito e alcance maiores, especialmente em revidar o ataque da nova ameaça dos campos de batalha, que são os helicópteros blindados. Como seu antecessor, o Mk 2 é um míssil dirigido por raio laser, o que o torna insensível aos radares.

O contrato contém também uma

cláusula que dá à Defesa Norueguesa a possibilidade de entregas além da quantidade estipulada. O sistema míssil será fabricado dentro do quadro de cooperação que já existe entre a AB Bofors e a AS Norsk Forvarsteknologi (NFT). O novo contrato afetará principalmente as Divisões de Mísseis e de Munição da Bofors, bem como sua companhia subsidiária, a Bofors Aerotronics.

A ilustração da câmara de alta velocidade mostra como o míssil Mk 2 RBS 70 atinge um alvo que simula um moderno helicóptero blindado. Simultaneamente, enquanto o projétil destruidor de blindagem atravessa o alvo de um lado a outro, milhares de bolinhas de tungstênio de alta penetração são arremessadas radialmente contra o alvo.



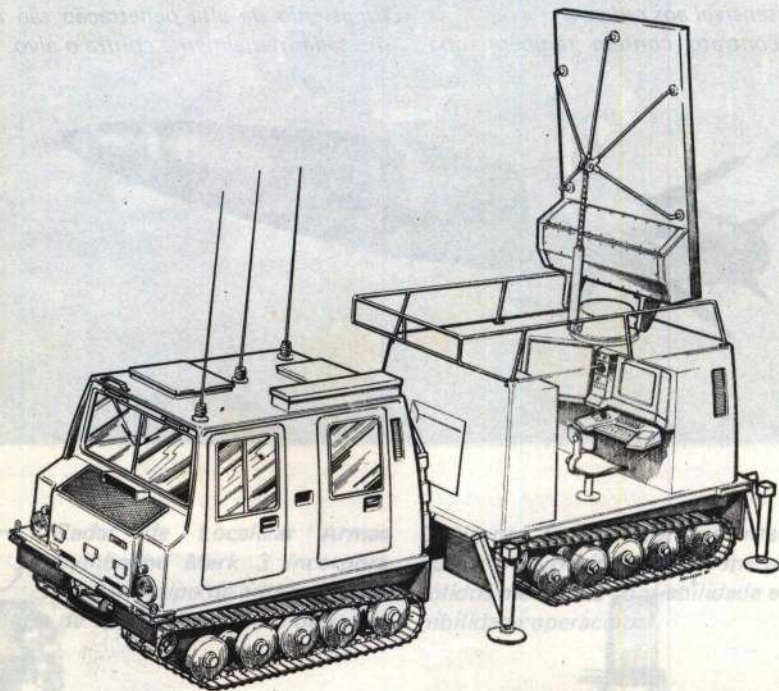
ERICSSON DESENVOLVE RADAR PARA LOCALIZAR ARTILHARIA

A Ericsson Radar Electronics, da Suécia, assinou um contrato de desenvolvimento com a Swedish Defence Material Administration e com a Norwegian Army Material Command para a fabricação de um novo radar de localização de artilharia, designado ARTHUR (Artillery Hunting Radar). O principal objetivo do contrato é equipar os exércitos da Suécia e da Noruega com um radar de alto desempenho e de alta mobilidade para controle de fogo de artilharia e localização de arma, capaz de operar sem apoio ou manutenção de outras unidades. Participando desse desenvolvimento está a Nordic Electronic Systems, da Noruega.

Estudos táticos realizados pelos exércitos sueco e norueguês indicam claramente que o uso de um radar de localização de armamento é o método de custo mais eficaz para a localização de artilharia hostil. Esses estudos também mostram que existe um possível entrosamento entre alcance de radar e mobilidade do sistema.

O sistema ARTHUR

O sistema ARTHUR é de alta mobilidade e um radar autônomo de fogo de artilharia e localização de armamento. O radar, inclusive sistemas de comuni-



cações e outros elementos de apoio, é para ser instalado num veículo de esteira Hägglund BV 208. O radar é um sistema plenamente coerente e de faixa ampla, que utiliza um transmissor TWT e uma antena de alta precisão em fase. Tecnologia mais moderna é empregada no processador Doppler para a supressão de ruídos, ecos e interferências.

O sistema ARTHUR apresenta detecção automática, capacidade de locali-

zação e classificação de artilharia, foguetes e morteiros sem degradação do desempenho em situações de fogo de barragem. Todos os dados do radar são transmitidos automaticamente ao centro de controle de combate. Um sistema C³ básico para controle direto de fogo de contrabateria é integrado ao sistema. Experiências e avaliações do radar ARTHUR serão iniciadas em princípios da década de 1990.

ESTAS BRASILEIRAS NÃO DEVEM NADA AOS AMERICANOS, EUROPEUS E JAPONESES.



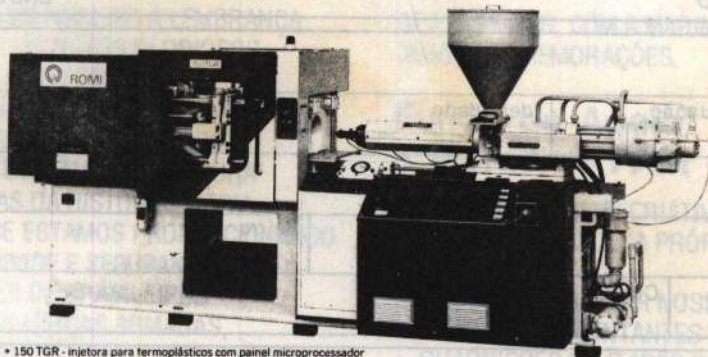
• Interact 4 - fresadora CNC, mesa de 1.200 x 420 mm, motor de 13,5 cv



• Galaxy - torno CNC com torre de 7 estações, motor CC de 14 cv



• E-45 - torno universal - Heavy Duty, com grande rigidez e precisão



• 150 TGR - injetora para termoplásticos com painel microprocessador

Durante um tempo, o Brasil não tinha tecnologia suficiente para se equiparar aos países desenvolvidos. E por muito tempo pagou caro por isso. Mas hoje a história é diferente. A Romi, uma empresa fundada em 1930, atualmente exporta para mais de 70 países e não fica devendo nada a ninguém. Nem em qualidade nem em tecnologia. Fabricando tornos, fresadoras e injetoras, a Romi conseguiu ficar entre as maiores indústrias de máquinas-ferramenta do mundo. Por isso, se você quiser saber um pouco mais so-

bre esta fábrica que começou em Santa Bárbara d'Oeste, fale com os americanos, europeus e japoneses. Quando se trata de Romi, todo mundo fala a mesma língua.



Indústrias Romi S.A.



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Palácio Duque de Caxias (térreo) Tel. 253-4628

Praça Duque de Caxias, 25

CEP 20455 Rio de Janeiro RJ

**Com apenas uma assinatura anual
você organiza uma mini-biblioteca
sobre os temas mais importantes da
realidade brasileira.**

**ESTRATÉGIA – POLÍTICA INTERNACIONAL – GEOPOLÍTICA –
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – ECONOMIA – ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS – HISTÓRIA – EDUCAÇÃO – SOCIOLOGIA**

A DEFESA NACIONAL

UMA TRADIÇÃO EM INFORMAÇÃO E CULTURA

PEDIDO DE ASSINATURA

☐ ASSINANTE
NOVO

☐ RENOVAÇÃO

☐ MUDANÇA DE
ENDEREÇO

Nome

Posto ou Graduação

Identidade

Profissão

Endereço

Bairro

CEP

Cidade

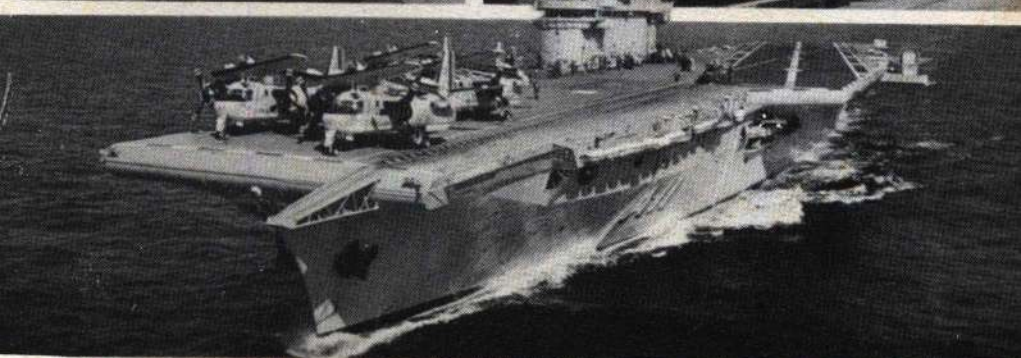
Estado

FORMA DE PAGAMENTO

☐ CHEQUE NOMINATIVO nº _____ Banco _____

☐ VALE POSTAL a favor de A DEFESA NACIONAL pagável na
Agência 520641 QUARTEL GENERAL
Rio de Janeiro – RJ

Companheiros da Marinha



NO DIA DO MARINHEIRO A LEMBRANÇA
NOS VEM DOS FEITOS GLORIOSOS
DA MARINHA DO BRASIL.
DE **TRANQUILIDADE E SEGURANÇA**
MUITO DEVEMOS A SEUS HERÓIS
QUE ESCREVERAM COM BRAVURA
AS PÁGINAS DA HISTÓRIA PÁTRIA.
E NÓS, QUE ESTAMOS PROPORCIONANDO
TRANQUILIDADE E SEGURANÇA
A MILHARES DE BRASILEIROS
DE NOSSAS FORÇAS ARMADAS,
TAMBÉM NOS SENTIMOS ORGULHOSOS

DE PARTILHAR, COM A MARINHA,
DESSAS COMEMORAÇÕES.

Fundo de Apoio à Moradia – FAM

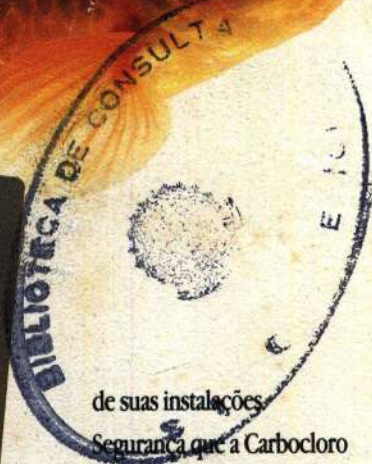
- O QUE HÁ DE MAIS CRIATIVO EM MATÉRIA
DE POUPANÇA, CASA PRÓPRIA
E SEGURO DE VIDA.
- PROCURE CONHECER NOSSOS PLANOS.
TEMOS REPRESENTANTES EM TODAS AS
GUARNIÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO.



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO

COMO PODE UM PEIXE VIVO VIVER EM CUBATÃO.

re nas dependências
bocloro. Juntamente
marrecos, patos,
lores e dezenas de
es de dólares
quipamentos
luentes. A
upação da Carbocloro
meio ambiente é
l numa indústria que
z cloro, soda e
dos. A diferença é que
cede vários padrões
gurança, dentro e fora



de suas instalações.
Segurança que a Carbocloro
manterá na ampliação de
seu parque industrial em
Cubatão e em seus novos
investimentos, na região de
Uberaba e no Pólo
Petroquímico do Rio de
Janeiro. Porque, onde existe
segurança e respeito ao
meio ambiente, é possível
existir a perfeita
convivência entre a química
e a natureza.

